



Manuel Soares

Cidades-Dormitório e Ligação ao
Lugar: um olhar sobre Condeixa-
a-Nova

Coimbra, 2018



**Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar
sobre Condeixa-a-Nova**

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre Condeixa-a-Nova
Autor	Manuel Pereira Soares
Orientador	Professor Doutor Paulo Peixoto
Programa	Mestrado em Sociologia
Área científica	Sociologia
Data	2018
Imagem da capa	Clker-Free-Vector-Images https://pixabay.com/pt/cidade-cityscape-casas-bairro-36095/



AGRADECIMENTOS

Gostaria de poder agradecer a algumas pessoas sem a ajuda das quais não teria conseguido conduzir este trabalho até ao fim.

Gostaria de começar por agradecer ao Senhor Professor Doutor Paulo Peixoto, meu orientador, pelo constante incentivo, partilha de conhecimento, orientação e preciosa ajuda no tratamento dos dados e por conseguir indicar o caminho a percorrer sempre que parecia deparar-me com becos sem saída. Foi por sentir que lhe devia esta dissertação que me decidi a fazê-la.

Gostava de agradecer a todos quantos colaboraram com o inquérito, parte fundamental desta dissertação, especialmente a todos os que a ele responderam e o partilharam com os seus contactos. Quero agradecer à Eng. Carla Pessoa por ter acedido em divulgar o inquérito pelos seus contactos, e aos responsáveis pela cafetaria do PO.RO.S, em Condeixa, por me terem permitido deixar alguns exemplares no seu espaço.

Impõe-se um agradecimento aos meus sogros, pelas inúmeras horas de *babysitting* ao meu filho e que me permitiram assistir às aulas, em primeiro, e escrever, depois. Obrigado também ao Paulo pelos livros emprestados e à Rute e ao Carlos por me terem deixado escrever uma parte desta dissertação em casa deles. Não posso esquecer-me do Cláudio, pela prontidão em ajudar quando tal lhe foi solicitado.

Quero agradecer também aos meus pais, por tudo o que têm feito por mim, e aos meus familiares, por estarem sempre comigo.

Agradeço também ao meu filho Miguel, que fez questão de nascer na semana em que iniciei esta viagem, e a quem esta dissertação roubou horas da minha companhia.

Por último, agradecer à Lena, minha companheira de sempre e para sempre, por toda a paciência, incentivo, apoio e compreensão. Se consegui levar isto até ao fim foi porque tu existes.

A todos, portanto, o meu Muito Obrigado.

Epígrafe

The commuter, who spends a good part of his day, from a hour and half to three hours, in wandering, like Tomlinson, between Heaven and Hell, presents a spectacle much more humiliating than a man without a country: he is a man without a city- in short a barbarian.

Small wonder that bathtubs and heating systems and similar apparatus play such a large part in his conception of the good life. These are the compensations that carry him through his perpetual neurosis – and heaven help him when Yankee ingenuity and salesmanship give out!

Lewis Mumford (1921), *The Wilderness of Suburbia*

Resumo

Numa altura em que mais de metade da população mundial habita em cidades é nos subúrbios que se concentra grande parte destes *novos urbanos*. As cidades-dormitório, tema pouco estudado, são, por norma, considerados espaços depreciados e que motivam pouca ligação ao lugar por parte dos seus residentes.

Nesta dissertação propusemo-nos estudar a problemática da ligação ao lugar por parte dos residentes das cidades-dormitório, tomando como objeto de estudo a vila de Condeixa-a-Nova enquanto dormitório de Coimbra.

Dividida em duas partes, num primeiro momento procurámos dotar-nos de informação relativa à cidade, suburbanização, cidades-dormitório e ligação ao lugar que serviram de suporte teórico para o estudo em causa. A segunda parte do trabalho consistiu na análise dos dados recolhidos num inquérito que foi dado a novos residentes da vila de Condeixa-a-Nova, tendo eles sido objeto de análise estatística realizada no programa SPSS. Os resultados foram depois confrontados com as hipóteses formuladas no início da investigação com vista a procurar responder à pergunta de partida.

A investigação permitiu confirmar que existe um défice de ligação ao lugar por parte dos residentes das cidades-dormitório, que norteiam a sua escolha residencial com base em opções de racionalidade económica e de proximidade ao local de trabalho, o que impacta na ligação ao lugar. Mas permitiu também perceber que nem todos os novos residentes optam pelas cidades-dormitório como segunda escolha, pelo que existem também opções voluntárias em termos residenciais destes lugares, sendo nestes casos que a ligação ao lugar parece ser mais vincada.

Concluiu-se que o tema, por ser pouco estudado, carece de mais trabalhos de investigação que permitam comparação entre realidades diversas que possam determinar a existência ou não de um perfil-tipo de residentes das cidades-dormitório.

Palavras-Chave: Cidades-Dormitório; Suburbanização; Ligação ao Lugar; Condeixa-a-Nova

Abstract

At a time in which more than half of the world's population lives in cities, it is in the suburbs that the great majority of the *new urbans* flock together. Dormitory towns, which in itself is a theme that has not yet been widely studied, are usually considered as being underappreciated spaces that promote little connection between themselves and their resident population.

With the present dissertation, we have proposed to study the place attachment between the residents of dormitory towns and the towns themselves, while taking as study object the town of Condeixa-a-Nova, while dormitory of Coimbra.

The study was divided in two stages. In the first, we set about to gather information and data concerning the city's domain, suburbanization, dormitory towns and place attachment, all of which would become the theoretical foundation for the study itself. The second part consisted of the analysis of the data gathered through an inquiry given to new residents of Condeixa-a-Nova, which were then statistically analysed using the SPSS software. The results were then confronted with the hypothesis formulated at the beginning of the study, so as to assess and validate the initial assumption.

The investigation allowed us to confirm that there is in fact a deficit when it comes to place attachment between dormitory towns and resident population who base their choices when it comes to place of residence upon nexuses of economical rationality and proximity to the work place, which in turn affect their connection to the place of choice. Furthermore, the study also permitted to come to the understanding that not all of the newer residents opt for dormitory towns as their second choice, and that there are, in fact, voluntary choices when it comes to choosing those places as one's residence. In these cases, the place attachment appears to be more amplified.

It has been concluded that this theme (due to the lack of in-depth study) requires further investigative work that may provide the opportunity of comparing different realities that might or might not confirm the existence of a typical profile of the residents in dormitory towns.

Keywords: Dormitory Towns; Suburbanization; Place Attachment; Condeixa-a-Nova

Lista de Siglas

AML- Área Metropolitana de Lisboa

AMP- Área Metropolitana do Porto

CBD- Central Business District

CE- Comissão Europeia

CEE- Comunidade Económica Europeia

CIAM- Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

DGOTDU- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

ESPON- European Spatial Planning Observation Network

EUA- Estados Unidos da América

EUROSTAT- European Statistics

LAU- Local Administrative Unit

NUT3- Nomenclatura de Unidade Territorial

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PO.RO.S- Portugal Romano em Sicó

SPSS- Statistical Package for Social Sciences

Lista de Figuras e Imagens

Figuras

Figura 1- How to define a city.....	30
Figura 2- High density cells, urban center and greater city.....	30
Figura 3- Modelo Territorial.....	55

Imagens

Imagem 1- Portugal à noite.....	23
Imagem 2- Exemplo de paisagem rural.....	61
Imagem 3- Exemplo de paisagem urbana.....	61
Imagem 4- Exemplo de paisagem rurba.....	61

Lista de Quadros

Quadro 1- 10 maiores empresas de Condeixa.....	86
Quadro 2- Comparação entre as maiores empresas dos concelhos-dormitório de Coimbra.....	86
Quadro 3- Estatística Descritiva Idade.....	91
Quadro 4- Divisão em escalões etários.....	91
Quadro 5- Cruzamento variável Idade e Número de Filhos.....	93
Quadro 6- Cruzamento variável Idade com Habitação.....	98
Quadro 7- Cruzamento escalão etário com opção residencial.....	101
Quadro 8- Cruzamento escalão etário com perspetiva residencial futura.....	102
Quadro 9- Cruzamento escalão etário com utilização de Condeixa para diversão noturna.....	106
Quadro 10- Cruzamento variável tempo em Condeixa e hábito de sair à noite no Concelho.....	106
Quadro 11- Cruzamento variáveis familiares e amigos com integração em Condeixa.....	112

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Distribuição da amostra por sexo.....	91
Gráfico 2- Estado civil.....	92
Gráfico 3- Número de elementos do agregado familiar.....	92
Gráfico 4- Habilitações académicas.....	93
Gráfico 5- Tipo de empresa/organização em que trabalha.....	94
Gráfico 6- Concelho onde exerce a profissão.....	95
Gráfico 7- Meio de transporte utilizado.....	96
Gráfico 8- Tempo gasto em viagens.....	97
Gráfico 9- Habitação própria ou arrendada.....	97
Gráfico 10- Tipo de habitação.....	98
Gráfico 11- Há quanto tempo vive em Condeixa.....	99
Gráfico 12- Razões que levaram a escolher Condeixa para viver.....	100
Gráfico 13- Especificação de opções.....	100
Gráfico 14- O que achava de Condeixa quando comprou/arrendou casa.....	102
Gráfico 15- O que acha de Condeixa atualmente.....	103
Gráfico 16- Utiliza ou não espaços públicos em Condeixa.....	104
Gráfico 17- Serviços públicos mais utilizados em Condeixa que noutra concelho....	104
Gráfico 18- Utilização do comércio de Condeixa.....	105
Gráfico 19- Espaços frequentados em Condeixa para diversão noturna.....	107
Gráfico 20- Utilização dos supermercados.....	108
Gráfico 21- Filhos em idade escolar.....	108

Gráfico 22- Filhos a frequentar escolas em Condeixa.....	109
Gráfico 23- Evolução matriculados escolas Condeixa.....	110
Gráfico 24- Relação da escolha da escola com base no local de trabalho.....	110
Gráfico 25- Grau de conhecimento dos vizinhos.....	112
Gráfico 26- Definição do relacionamento com os vizinhos.....	113
Gráfico 27- Sentir-se Condeixense.....	113
Gráfico 28- Membro de Associação ou Clube de Condeixa.....	114
Gráfico 29- Clube/Associação a que pertencia antes de vir para Condeixa.....	115
Gráfico 30- Associação/Clube a que pertence.....	115
Gráfico 31- Definição da relação com Condeixa.....	116
Gráfico 32- Como encara a ideia de permanecer em Condeixa.....	116
Gráfico 33- Resposta dada à pergunta <i>De onde é?</i>	117

Índice

INTRODUÇÃO	1
1. METODOLOGIA	7
2. CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA A DISCUSSÃO URBANA	11
3. CIDADE	16
3.1. O QUE É UMA CIDADE?.....	16
3.2. A CIDADE EM PORTUGAL	22
3.3. CENTROS, CENTRALIDADES E NOVAS CENTRALIDADES.....	32
4. SUBURBANIZAÇÃO	36
4.1. A SUBURBANIZAÇÃO	36
4.2. UM POUCO DE ETIMOLOGIA E DE HISTÓRIA DO SUBÚRBIO	36
4.3. SUBÚRBIO NEGATIVO E POSITIVO	37
4.4. SUBÚRBIO RESIDENCIAL E SUBÚRBIO INDUSTRIAL	40
4.5. O SUBÚRBIO NO MUNDO	42
4.6. O SUBÚRBIO EM PORTUGAL.....	49
4.7. PERIFERIA E SUBÚRBIO	56
4.8. PÓS-SUBÚRBIO	62
5. CIDADES-DORMITÓRIO	66
5.1. CIDADES-DORMITÓRIO.....	66
5.2. OS CRITÉRIOS DE UMA CIDADE-DORMITÓRIO.....	67
5.3. CIDADES-DORMITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO	67
5.4. AS RAZÕES PARA A ESCOLHA DO LOCAL DE RESIDÊNCIA.....	69
5.5. QUANDO OS PAPÉIS SE INVERTEM.....	71
5.6. CIDADES-DORMITÓRIO E <i>MILLENNIALS</i>	72
6. LIGAÇÃO AO LUGAR	74
6.1. IMAGENS DO LUGAR	74
6.2. IDENTIDADE COM O LUGAR	75
6.3. APROPRIAÇÃO DO LUGAR	77
7. CONDEIXA-A-NOVA- OBJETO DE ESTUDO	80
7.1. RAZÕES PARA A ESCOLHA DO OBJETO.....	80
7.2. NOTAS HISTÓRICAS DA VILA DE CONDEIXA-A-NOVA	80
7.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DE CONDEIXA	81
7.4. A NOVA CONDEIXA.....	83
7.5 ECONOMIA EM CONDEIXA.....	85
8. A OBSERVAÇÃO	88
8.1. A AMOSTRA	88
8.2. O INQUÉRITO	88
8.3. OS RESULTADOS	90
8.3.1 <i>Caracterização Sociodemográfica</i>	90
8.3.1.1 Ano de Nascimento	90
8.3.1.2 Sexo	91
8.3.1.3 Estado Civil.....	91

8.3.1.4 Número de Elementos do Agregado Familiar	92
8.3.1.5 Filhos.....	92
8.3.1.6 Habilitações Académicas	93
8.3.1.7 Ocupação Atual.....	93
8.3.1.8 Tipo de Empresa/Organização onde trabalha	93
8.3.2 Caracterização dos Movimentos Pendulares.....	95
8.3.2.1 Local de Trabalho.....	95
8.3.2.2 Tipo de Transporte Utilizado	95
8.3.2.3 Tempo Gasto com as Deslocações.....	96
8.3.2.4 Natureza da Propriedade da Habitação.....	97
8.3.2.5 Tipo da Habitação.....	98
8.3.2.6 Tempo de residência em Condeixa.....	98
8.3.3 Razões da Escolha do Local para Residência	99
8.3.3.1 Razões que levaram à escolha por Condeixa	99
8.3.3.2 Viver em Condeixa...	100
8.3.3.3 Em Relação ao Futuro	101
8.3.3.4 Impressões sobre Condeixa	102
8.3.3.5 Impressões sobre Condeixa hoje	102
8.3.4 Uso do Local.....	103
8.3.4.1 Utilização de serviços Públicos de Condeixa	103
8.3.4.2 Serviços Públicos mais utilizados em Condeixa	104
8.3.4.3 Utilização do Comércio.....	105
8.3.4.4 Diversão em Condeixa	105
8.3.4.5 Espaços de Diversão Frequentados	106
8.3.4.6 Supermercados.....	107
8.3.4.7 Filhos em Idade Escolar	108
8.3.4.8 Filhos em Escolas de Condeixa	108
8.3.4.9 Escolha da Escola com Base no Local de Trabalho.....	110
8.3.5 Relação com o Lugar.....	111
8.3.5.1 Familiares em Condeixa.....	111
8.3.5.2 Amigos em Condeixa	111
8.3.5.3 Integração em Condeixa	111
8.3.5.4 Conhecimento dos Vizinhos.....	112
8.3.5.4 Tipo de Conhecimento dos Vizinhos.....	112
8.3.5.5 Sentir-se Condeixense	113
8.3.5.6 Associativismo	114
8.3.5.6 Participação associativa que já existia antes	114
8.3.5.7 Relação com Condeixa	115
8.3.5.8 Perspetiva de permanecer em Condeixa	116
8.3.5.9 Local de Proveniência	116
8.4 OUTROS RESULTADOS	118
9. CONCLUSÃO.....	122
9.1. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	124
9.2. PISTAS PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES.....	125
BIBLIOGRAFIA	128
APÊNDICES.....	136

xi

INTRODUÇÃO

O estudo dos processos de urbanização tem sido feito sob diferentes ângulos, captando o interesse de sociólogos, geógrafos, historiadores e economistas que tentam, cada um à sua maneira, e dependendo da área científica da qual são oriundos, dar o seu contributo para esta discussão. Num mundo em que mais de metade da população mundial habita em cidades (United Nations 2014), não é, portanto, de estranhar o interesse que estes estudos despertam.

De entre as várias manifestações dos processos de urbanização, há uma que tem existência bem vincada e à qual os estudiosos não têm dedicado a atenção devida: as cidades-dormitório. Esquecidas por muitos, são, contudo, uma realidade crescente que alberga parte significativa da população urbana, quer os novos urbanos recém-chegados à cidade, quer os antigos que, de forma voluntária ou não, encontram nas aglomerações das periferias o seu novo local de residência.

O caso de Condeixa¹, que tem observado nas últimas décadas, especialmente nas últimas duas, um crescimento assinalável em termos de expansão urbana e de aumento do número de residentes, poderia incluir-se na tipologia deste tipo de cidade, ideia que sai reforçada quando atentamos noutras características normalmente apontadas às cidades-dormitório, nomeadamente a da monofuncionalidade e a pouca capacidade de retenção de população por via do emprego.

As cidades-dormitório são por norma vistas como espaços menorizados e na dependência de outro espaço maior. A partir desta premissa, o residente de uma cidade-dormitório passa ele próprio a ser também visto como um urbano de condição menor. Corresponderá esta ideia à realidade? Verifica-se na prática que as cidades-dormitório são espaços inferiorizados, dependentes e habitados por gente que não encontra cabimento na cidade central ou podem as cidades-dormitório atrair

¹ Doravante optaremos por escrever Condeixa sempre que nos quisermos referir à vila de Condeixa-a-Nova

voluntariamente residentes que optam por aí se fixar como opção consciente e como forma de fugir ao bulício da grande cidade?

Das questões surgidas a que em primeiro lugar nos assalta é a de saber se a Condeixa que resulta da notória expansão da malha urbana dos últimos anos é ou não uma cidade dormitório. Outra das questões que queremos também ver respondidas é o que motiva as pessoas a escolherem Condeixa para aí fixar residência, principalmente quando falamos da compra de um apartamento ou de uma casa, sendo que, num caso ou no outro, esse passo implica um compromisso duradouro e com grande impacto monetário para a vida de quem o faz. Importa também perceber se a relação identitária com a vila por parte dos novos residentes, se é que alguma relação desse tipo existe, impacta na forma como eles se relacionam com ela e se muda ou não ao longo dos anos. E, por último, perceber se a relação que os novos residentes mantêm com a vila lhe permite ir além do dormitório, e se esse envolvimento pode ou não contribuir para que a qualificação enquanto dormitório possa cair, ficando apenas a cidade.

Embora dotada de meios e recursos que possibilitariam, *a priori*, uma certa independência relativamente a Coimbra, uma vez que o residente encontra em Condeixa todos ou praticamente todos os serviços públicos essenciais para um regular funcionamento do seu dia-a-dia, é o fator emprego que parece ser o elemento menos presente e que determina, de forma muito vincada, uma muito significativa dependência a este nível de outros municípios em seu redor, especialmente de Coimbra, que concentra a oferta de emprego, nomeadamente de emprego público, dos concelhos em seu redor. Sabendo que o emprego é um elemento determinante para ancoragem das populações, o facto de os novos residentes de Condeixa não terem o seu trabalho no município onde residem obriga-os a terem de se deslocar para outro onde, efetivamente, se localiza o seu local de trabalho ou de estudo, obrigando-os a permanentes movimentos pendulares casa-trabalho/estudo, característica essencial que identifica as cidades-dormitório.

Se num primeiro momento procurámos captar a informação produzida sobre as cidades-dormitório, informação que nos serviria de substrato para esta

investigação, num segundo momento procurámos confirmar as hipóteses que nos surgiram para o problema identificado através da recolha de dados junto da população de novos residentes de Condeixa, conscientes de que as conclusões deste estudo não serão modelo para todas as cidades-dormitório, porquanto, na senda do que é fértil suceder nos estudos urbanos, não existirá certamente um único modelo de cidade-dormitório, mas sim vários.

Assim sendo, este trabalho está dividido em nove capítulos distribuídos por duas partes.

No primeiro capítulo começamos por apresentar os procedimentos metodológicos que nortearam a realização deste trabalho, procurando justificar as opções escolhidas para o desenvolvimento desta pesquisa, desde a recolha de informação bibliográfica até à aplicação do inquérito por questionário que nos serviu de instrumento para a confirmação ou não das hipóteses formuladas.

No segundo capítulo faremos uma breve referência aos contributos teóricos que alguns textos seminais dos estudos urbanos pertencentes a alguns autores como Louis Wirth, Georg Simmel, Manuel Castells, Jane Jacobs e Françoise Choay trouxeram para a teoria urbana. Servirá de entrada para a discussão que nos propomos abordar.

O terceiro capítulo será dedicado à cidade. Tentaremos saber se existe uma definição única de cidade, faremos uma incursão à história da cidade, procuraremos perceber que cidades existem no mundo e quais são os elementos essenciais para que possamos falar de cidade. Num segundo momento, abordaremos a realidade da cidade em Portugal e terminaremos este capítulo abordando a questão das centralidades e novas centralidades, elemento importante para podermos entender a dinâmica da alteração de estatuto das cidades centrais em relação com os seus espaços dependentes.

O quarto capítulo será dedicado à suburbanização, processo importante na relação com a cidade e intimamente ligado às cidades-dormitório. Começaremos por tentar perceber o que é um subúrbio recorrendo à sua etimologia. Dedicaremos depois alguma atenção ao subúrbio positivo e negativo, questão importante como

contraponto à imagem generalizada do subúrbio como espaço menor e negativo. De seguida procuraremos apresentar as distinções entre os dois principais tipos de subúrbio - o residencial e o industrial -, elemento nem sempre contemplado nos estudos sobre os subúrbios, mas importante na medida em que altera a ideia de que o subúrbio é essencialmente residencial. Haverá depois espaço para conhecer a realidade do subúrbio no mundo e como ele se manifesta de formas distintas dependendo da parte do globo para onde olharmos. Interessará depois conhecer melhor o subúrbio em Portugal, percorrendo a sua história e perceber em que medida ele teve impacto nas cidades-dormitório na realidade nacional. Para finalizar este capítulo, iremos debater a distinção entre periferia e subúrbio.

No quinto capítulo trataremos das cidades-dormitório. Iniciaremos este capítulo procurando saber o que é uma cidade-dormitório e quais os critérios utilizados para a sua definição. Tentaremos depois perceber quais as razões que levam os residentes a escolher as cidades-dormitório para aí localizarem a sua residência. Daremos alguns exemplos de cidades-dormitório que, fruto das dinâmicas dos processos de urbanização, trocaram de papel com as cidades que anteriormente as fizeram dormitório, tendo conseguido autonomizar-se delas ou mesmo superá-las. Terminaremos este capítulo abordando um aspeto que começa a ser falado e noticiado e que se prende com a aparente tendência para o regresso à cidade ou a opção para não escolher o subúrbio. A geração *Millennial* parece assumir um papel importante nesta tendência e pode contribuir para uma alteração de paradigma de escolha residencial nos próximos anos.

O sexto capítulo abordará a ligação ao lugar, elemento importante para que na cidade-dormitório o *dormitório* possa cair, deixando apenas a *cidade*. Começaremos por explorar a questão da imagem da cidade o impacto que a mesma pode ter para a maior ou menor ligação ao lugar por parte do novo residente. Da mesma forma, abordaremos também a questão da identificação com os lugares, igualmente determinante para os diferentes tipos de ligação aos lugares. Por último, fechamos este capítulo tratando da questão da apropriação do lugar.

A segunda parte do trabalho inicia com o capítulo sete, onde faremos uma breve incursão à história recente de Condeixa, vila escolhida para aplicarmos a componente prática do trabalho com vista a testar as hipóteses, e fazemos a sua caracterização sociodemográfica. Relacionaremos as informações obtidas na pesquisa bibliográfica com o nosso objeto de estudo.

O capítulo oito será onde vamos explorar os resultados obtidos com o inquérito por questionário que serviu de base à observação enquanto etapa do procedimento metodológico deste trabalho. É neste momento que vamos procurar verificar se as hipóteses que avançámos no início do nosso percurso de investigação encontram sustentação prática.

Terminaremos esta dissertação com a apresentação das conclusões a que pudemos chegar em resultado desta investigação.

PARTE I

1. METODOLOGIA

Qualquer investigação pressupõe a utilização de um método, um procedimento nas palavras de Raimond Quivy e LucVan Campenhoudt (2008). Para estes autores, ele “é uma forma de progredir em direcção a um objectivo” (*idem*, 25) e distribui-se por três atos e sete etapas, sendo os atos a rutura, a construção e a verificação, e as etapas a pergunta de partida, a exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e, por fim, as conclusões (*ibidem*, 27).

No caso desta dissertação, a nossa experiência enquanto residente alógeno da vila de Condeixa há mais de uma década tem-nos fornecido pistas e informações que nos têm levantado algumas inquietações no que ao tema da ligação ao lugar por parte dos novos residentes diz respeito. Tem-nos parecido que esta parte da população, que efetua a mais das vezes o maior investimento material das suas vidas quando adquire a sua habitação na vila, mantém depois uma ligação ao lugar de índole meramente utilitária de carácter residencial, isto é, faz dela apenas dormitório, quase se podendo dizer que dorme fora em casa. São muitas as pistas que nos vão surgindo que conduzem a nossa perceção nesse sentido e que se traduzem em pequenos episódios vastas vezes repetidos, como seja o facto de encontrarmos frequentes vezes novos residentes a cumprir algumas funções básicas do quotidiano, como sejam as compras, a frequência de locais de lazer, o pertencer a associações e coletividades, o colocar os filhos em escolas, centros de estudo ou clubes desportivos, por exemplo, fora da vila, principalmente em Coimbra, cidade capital de distrito. O facto de termos dificuldade em encontrar novos residentes a participar ativamente na vida de Condeixa adensa esta nossa perceção, pois não os vemos, ou vemos muito pouco, candidataram-se ao poder autárquico, não os encontramos a trabalhar nos serviços públicos da vila, não os vemos criarem negócios em Condeixa. Vemo-los partir de manhã para fora do concelho e regressar ao final do dia para vir dormir a casa.

Na sequência destas dúvidas que se vão formando surge, então, a nossa pergunta de partida que norteará esta investigação e que se traduz no seguinte: Existe um défice de ligação ao lugar por parte dos novos residentes nas cidades-dormitório? A justificação pela escolha de Condeixa como objeto do estudo, cremos ter ficado explicitada nas linhas que acabamos de escrever.

Identificado o problema há que reunir um conjunto de informação que nos permita alicerçar a nossa investigação e que nos dê o substrato teórico que nos levará a delinear estratégias para construir elementos que nos forneçam os dados que vão, numa fase final, permitir chegar a conclusões. As leituras e as entrevistas exploratórias serão dois pontos importantes que permitirão dar cumprimento a esta etapa. A partir delas vamos poder fazer o que Quivy e Campenhoudt (2008) afirmam ser a rutura, o momento em que largamos os nossos preconceitos e em que identificámos os conceitos e os indicadores que nos conduzirão durante a investigação.

Embora não tenhamos feito formalmente entrevistas exploratórias para este trabalho, fizemos, contudo, uso de contactos que fomos mantendo com atuais e ex-residentes de Condeixa. Com base nos relatos das suas experiências, vivências e motivações que os levaram a escolher casa em Condeixa, num primeiro momento, e deixar a vila, num segundo, obtivemos algumas pistas que nos permitiram apontar o nosso foco para questões como as da escolha do local de residência com base na questão económica, do acesso próximo a Coimbra, na qualidade de vida aceitável da vila como aspetos que pesaram nessa escolha. Da mesma forma, estas mesmas informações também indicaram pistas para a pouca ligação ao lugar por parte destes residentes.

O quadro teórico basear-se-á em quatro domínios que exploraremos nesta etapa da investigação. Recordemos que nos propomos descortinar se os novos residentes das cidades-dormitório (no caso concreto dos de Condeixa) têm uma relação de alguma indiferença com o lugar que escolheram para viver. Para tal teremos de perceber o que é uma cidade: o que a define; como se caracteriza; como a sua história tem evoluído; que diferenças existem entre as cidades.

Os subúrbios, enquanto espaços tradicionalmente vistos de forma nem sempre positiva, serão outra das dimensões a estudar. Interessa-nos recolher informação que permita confirmar ou não se esta ideia de subúrbio como espaço menor faz sentido. Poderá residir aqui alguma explicação, a confirmar-se esta ideia, para a pouca ligação ao lugar por parte dos novos residentes.

A cidade-dormitório, naturalmente, enquanto objeto de estudo desta investigação obrigará a uma leitura atenta daquilo que já foi produzido sobre ela. Essas leituras serão fundamentais para se poder perceber se, afinal, as cidades-dormitório existem ou não fora dos contextos metropolitanos e se a ligação ao lugar é uma realidade nestes espaços ou se, pelo contrário, essa ausência de ligação é uma sua marca identitária.

A ligação ao lugar completará este leque de leituras e fornecer-nos-á a informação para percebermos o que leva os indivíduos, alógenos ou não, a criar ligação identitária com os espaços, e o que os conduz a escolherem e a apropriarem-se dos lugares.

Para um processo de investigação apenas os conceitos não chegam para estudar os fenómenos, tornando-se indispensável as hipóteses (*idem*, 111). No caso do nosso trabalho, e tendo em mente a pergunta de partida, as hipóteses procurarão ser “proposições de resposta às perguntas postas pelo investigador” (*idem*). Nesse sentido, elas surgem como uma resposta temporária às seguintes questões: quem?, o quê? porquê, quanto?, quais? que?, materializando-se nas seguintes hipóteses:

- Os novos residentes das cidades-dormitório são uma massa sociodemograficamente homogénea que assume uma postura semelhante relativamente ao lugar;
- As cidades-dormitório são espaços funcionalmente monofuncionais com especial incidência na função residencial;
- Os novos residentes escolhem as cidades-dormitório por uma questão económica;
- Os novos residentes escolhem as cidades-dormitório como local de residência transitório;

- Os novos residentes fazem pouco uso dos serviços disponibilizados pelas cidades-dormitório;
- Os novos residentes mantêm uma relação superficial com o espaço físico e social nas cidades-dormitório.

Estas serão as hipóteses que nos permitirão conduzir a investigação, especialmente no que dirá respeito ao inquérito que utilizaremos na parte respeitante à etapa da observação. Optamos por recorrer a um inquérito por questionário, pois permitirá procurar confirmação para estas hipóteses junto da população de novos residentes. Na impossibilidade de abranger toda a população-alvo, o inquérito será do tipo não probabilístico.

Todo este processo culminará com a análise dos dados recolhidos através do inquérito e tratamento das suas variáveis no programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) que depois nos levará às conclusões que, esperamos, nos darão resposta à nossa pergunta de partida.

2. CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA A DISCUSSÃO URBANA

A cidade existe há séculos, mas foi principalmente a partir da cidade industrial que se começou a produzir teoria urbana.

Desde sempre que os sociólogos bifurcaram o entendimento do sentido do que se entende por urbanização em dois: a “concentração espacial de população com base em certos limites e densidade”, por um lado, e “a difusão de um sistema de valores, atitudes e comportamento chamado *cultura urbana*”, por outro (Castells 1977, 9). Desta forma, a forma espacial aliada ao tal sistema de valores e comportamentos seria uma maneira de identificar a urbanização. Castells não partilha desta ideia, e, embora reconheça que a ligação entre forma e cultura urbana possa servir de hipótese, considera que ela não constitui um elemento definidor de urbanização (*idem*, 10). Castells recorre à Gordon Child, para explicar que, em termos históricos, a cidade era o lugar onde se concentravam os especialistas não produtivos, como era o caso dos padres e dos funcionários, por exemplo (*idem*, 11).

Max Weber defendia que as cidades replicavam características que já se encontravam nas cidades do norte da Europa no século XVI (Parker 2004). Para Weber “economicamente definida a cidade é um assentamento de habitantes que vive essencialmente do comércio, mais do que da agricultura” (Weber 1969, 23, tradução nossa). A natureza da cidade está, portanto, muito associada ao mercado. Mas não é todo e qualquer mercado que torna um local em cidade, apenas “naqueles casos em que os habitantes conseguem satisfazer uma parte substancial das suas necessidades económicas no mercado local”, e maioritariamente com os produtos provenientes dos arredores, isso sucede (*idem*, 24, tradução nossa). Ainda assim, o que dá, no entender deste autor, um carácter especial à cidade é, precisamente, a existência do comércio e as atividades com ela relacionadas, como sejam os comerciantes, artesãos especializados, funcionários, etc. (Parker 2004). A cidade é, afinal, um mercado.

Nalguns dos textos seminais da sociologia urbana foram sendo apresentados aqueles que poderiam ser os elementos definidores do que seria a cidade. Louis Wirth, por exemplo, refere-nos a dimensão, a densidade e a heterogeneidade como aspetos

fundamentais de uma cidade (Wirth 2001). As observações de estudiosos como Wirth eram feitas com base na explosão urbana que as cidades industriais de início do século XX iam observando, momento em que o urbanismo como modo de vida, na expressão deste autor, se ia afirmando mais do que nunca. Georg Simmel no texto *A Metrópole e a vida do Espírito* encontra no individualismo permitido pela cidade uma marca distintiva que marca uma fronteira entre a cidade e o campo (Simmel 2001). A “individualidade metropolitana é a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos” afirmava Simmel (*idem*, 31). Do exacerbar de estímulos aos quais o indivíduo está sujeito na cidade decorre a “atitude *blasé*” de que nos fala este autor e que permite ao indivíduo contornar de forma racional as perturbações com que é ameaçado pelas “flutuações e descontinuidades do ambiente externo”, em vez de o fazer de forma emocional como sucedia na vida da aldeia (*idem*, 32). Não é que Simmel ignore os defeitos da cidade, mas ele enaltece as vantagens da libertação do paroquialismo e da vigilância da *Gemeinschaft* decorrente da pequena aglomeração (Parker 2004, 14). Também Walter Benjamin, neste caso utilizando a figura do *flâneur* procurará abordar esta questão que se prende com o individual no meio da multidão, à resistência aos estímulos da grande cidade, ao estilo de vida resultante das grandes cidades (Franklin 2001).

Ebenezer Howard, em inícios do século XX, identifica algumas limitações à vida nas cidades, às quais faltam, em seu entender, as amenidades do campo. A vida no campo, por sua vez, também carece dos atrativos da vida na cidade pelo que seria importante existir uma terceira solução “na qual todas as vantagens da vida mais ativa na cidade e toda a beleza e as delícias do campo podem estar combinadas de um modo perfeito” (Choay 2013). Na sequência desta necessidade, surge a ideia das cidades-jardim, uma terceira via que juntava campo e cidade, modelo pré-definido de cidade que poderia ser replicado por todo o lado sempre com o mesmo princípio em vista: mesclar os dois modelos de vida até aí conhecidos sem que as desvantagens de um e de outro se fizessem sentir.

Ao longo do tempo, foram vários os estudiosos que foram propondo ideias novas para acompanhar o desenvolvimento das cidades. Nuns casos - Howard, por exemplo - procurava delinear-se um modelo pré-definido em que as cidades eram

quase como que desenhadas *a la carte*. Lewis Mumford também reconhecia importância ao espaço natural, mas entendia como errado transportar a cidade para o campo, destruindo espaço natural em favor do cimento. Para ele, a cidade devia ser desdensificada, devendo os espaços degradados das cidades antigas serem substituídos por parques e jardins que transformassem as cidades em espaços tão agradáveis quanto os primeiros subúrbios tinham sido sem necessidade de se ter de se sair da cidade para tal (*idem*). Já Jane Jacobs, por sua vez, advoga as cidades em grande escala. As cidades-jardim de Howard estavam datadas e referiam-se a uma época que tinha precedido uma série de progressos surgidos em diversos campos que haviam transformado “revolucionariamente condições perigosas e degradantes que por algum tempo foram características inevitáveis da vida dentro das grandes cidades (*idem*, 300). Para Jacobs a cidade devia ter uma vida intensa, um pulsar constante que ocupasse as vinte e quatro horas do dia. Uma cidade com muita atividade permitiria, no entender desta autora, uma maior segurança, pois haveria “olhos para vigiar a rua” (*idem*). Os problemas da cidade resolviam-se vivendo mais a cidade e não compartimentando o espaço urbano em zonas diferentes, o que provocaria que certos locais se apresentassem desertos durante períodos consideráveis do dia e da noite.

A cidade industrial sofre mutações violentas e repentinas. O seu crescimento quase sem limite é acompanhado de um êxodo dos campos para a cidade. As cidades veem surgir novas funções urbanas e surge a necessidade de a cidade se adaptar à sociedade que nela habita, fruto das críticas que vão surgindo (Choay 2013). É nessa sequência que nos deparamos com a necessidade do surgimento de modelo(s) de construção de cidade. Françoise Choay apresenta três modelos: o progressista, o culturalista e o naturalista. Referimo-nos ao urbanismo que será executado por especialistas, normalmente arquitetos, e este ponto estabelece uma diferença com aquilo que a mesma autora afirmava ser o pré-urbanismo, “obra de generalistas (historiadores, economistas ou políticos)” (*idem*, 18). O modelo progressista estará associado à modernidade. As necessidades humanas são identificadas no quadro de quatro funções: habitar, trabalhar, locomover-se e cultivar o corpo e o espírito (*idem*). O planeador passa, fruto dos avanços da técnica, a poder fazer a cidade em qualquer local, independentemente das suas especificidades físicas. Importa à cidade

progressista a eficácia e a estética, apenas isso (*ibidem*, 21). Existe a preocupação com a saúde e o higienismo que se traduz em unidades de habitação autónomas separadas umas das outras por espaços verdes. A cidade industrializada passa a ser um “instrumento de trabalho” e, assim sendo, para que ela possa cumprir essa “função de instrumentalidade” as suas diversas funções devem ocupar áreas diferentes, o que se materializa no zoneamento (*ibidem*, 22).

Françoise Choay apresenta-nos também o modelo culturalista, que começa por se opor ao progressista na questão dos limites: para este modelo os limites, quer físicos quer populacionais, devem existir. A obsessão dos seus autores pela questão dos limites, que devem estar presentes desde a rua até à cintura verde que delimita a cidade, originará críticas ao modelo, que o reduz a uma tentativa de voltar à cidade medieval, acusando os seus teóricos de nostálgicos (Choay 2013, 28). Sitte, Howard e Unwin, fundadores deste modelo, demonstram preocupação com o espaço verde, que deve estar presente na cidade de forma marcada; advogam um equilíbrio da população em termos de classes etárias e nos sectores do trabalho; pretendem “particularidade e variedade ao espaço interior da cidade”; e defendem uma “ordem espacial modelo” para estas cidades (*idem*, 27).

O último dos modelos, o naturalista, resulta em grande medida da corrente antiurbana americana do século XX (Choay 2013, 29). Materializado na *Broadacre City* de Frank Lloyd Wright, este modelo pretende como que fazer uma junção dos dois modelos anteriores, colocando o enfoque nas unidades habitacionais de carácter individual em comunhão com a natureza, mas interligado com os restantes centros funcionais dispersos pela cidade através dos meios disponibilizados pela técnica, esquecendo os limites impostos pelo modelo culturalista. Este modelo tem a particularidade de se apresentar simultaneamente aberto e fechado, indo buscar características dos outros dois modelos, tornando-o complexo, no dizer de Françoise Choay.

A história urbana recente permite-nos concluir que todos estes modelos tiveram seguidores e foram sendo aplicados em maior ou menor escala a nível

mundial. Contudo, nenhum teve força para se impor e se tornar modelo único e consensual.

3. CIDADE

3.1. O que é uma cidade?

Experimente pedir-se a alguém que nos tente explicar o que é uma cidade e talvez sejamos surpreendidos com o facto de as respostas poderem ser acompanhadas de algumas hesitações e mesmo de alguns silêncios.

Definir cidade não é fácil, e têm sido vários os autores que têm tentado fazê-lo sem que o consenso numa explicação única e inequívoca surja. É contudo muito provável que a pessoa a quem pedimos para nos dar uma definição de cidade acabe por abordar um, dois ou mesmo os três aspetos utilizados por Louis Wirth, sendo que elementos como a dimensão e a densidade terão grande probabilidade de serem aludidos. Nesse sentido, podemos entender que uma cidade será, por natureza, um espaço altamente densificado e de grande dimensão. As típicas imagens das grandes cidades americanas, asiáticas, sul-americanas e mesmo europeias conduzem-nos a essa ideia: extensões intermináveis de prédios com milhares ou mesmo milhões de pessoas formigando pelas suas longas ruas e avenidas.

Mas, se a definição assenta em questões como a dimensão e densidade, como explicar que existam cidades com poucos milhares de habitantes e vilas com largas dezenas de milhar? A questão da densidade não parece, portanto, ser elemento suficiente para se saber o que é cidade e o que não é, especialmente se a densidade de que estamos a falar se refere à populacional. E esta dificuldade conduz ao problema com que se debatem há anos os estudiosos. Não há critérios uniformes que permitam, independentemente do contexto, definir com clareza o que é uma cidade, ou melhor, não existe uma definição única de cidade.

Além deste aspeto, pode-se também destacar o chamado “paradoxo urbano”, que se traduz no facto de por um lado, e num mundo cada vez mais urbanizado, as cidades serem cada vez mais iguais, os seus traços serem encontrados em toda a

parte, e, por outro lado, elas serem estudadas e vistas como lugares peculiares, como lugares particulares com papéis específicos (Balducci e Fedeli, 2008).

A literatura que tem sido produzida tem procurado fornecer algumas pistas para tentar encontrar um *corpus* de informação que permita chegar a uma definição de cidade, que acabam por se revelar normalmente divergentes dependendo do autor do qual falamos ou da disciplina da qual ele é oriundo. Para Jean Rémy e Lilliane Voyé (2004), por exemplo, a cidade surge “logo que se passe de uma situação de autoprodução de vários bens socialmente valorizados a um estádio em que a produção desses bens é considerada, tendo de passar por lugares e por atores especializados”(Jean Rémy e Liliane Voyé 2004, 34). A questão aqui assenta, portanto, na oposição do campo (que produz os bens) à cidade (que os transforma), um pouco na linha da cidade parasitária de Hoselitz à qual estes autores aludem; a cidade que nada produz e apenas aproveita o que o campo lhe fornece (*idem*: 39). Contudo, e ainda pelos mesmos autores, a oposição cidade/campo não deve ser vista apenas do ponto de vista da densidade, dimensão e heterogeneidade, mas sim colocar o enfoque na questão da funcionalidade e do poder que a cidade concentra. E mesmo a questão da produção, elemento caracterizador do campo durante todo o tempo em que à cidade coube a quase exclusividade da transformação das matérias, se válida durante séculos assistiu a uma mudança de paradigma com a revolução industrial, que transformou as cidades igualmente em centros de produção.

Fernando Goitia (2008) alerta para o facto de se incorrer no erro de querer encontrar-se uma definição única de cidade, e ela não é possível pois diferirá sempre, porquanto se refere a cidades diferentes, desde a cidade clássica em oposição à medieval passando pela europeia, construída em cima de um substrato de séculos, até à americana, desprovida das praças, elemento fundamental e essencial da cidade europeia, por exemplo, e a partir da qual ela se desenvolvia (*idem*). Assim sendo, no entender deste autor, o que define a cidade não é a dimensão, mas sim o que ele chama de “alma da cidade” (*idem*, 17), a alma que, em seu entender, falta às cidades modernas americanas e da Ásia, que não têm história. Esta é uma visão porventura extremada, mas que busca os seus fundamentos na história da cidade ao longo dos séculos, e permite ao autor afirmar haver maior afinidade entre um aldeão alemão e

italiano do que entre dois cidadãos das mesmas nacionalidades, pois a especificidade da cada cidade é mais vincada (*idem*).

François Ascher (2010) entende estarmos a viver uma nova revolução urbana que vem na sequência das duas que a precederam: a cidade clássica e a cidade industrial. Começa por dar a definição de cidade apresentada na linha da de Rémy e Voyé, isto é, “como agrupamentos de populações que não produzem os seus meios de subsistência alimentar” (Ascher, 2010, 21). Mais uma vez se alude aqui à cidade *parasitária* que aproveita o que o campo produz. Contudo, e já sabemos, essa foi a realidade, em certa medida, que se viveu no período pré-industrial. A cidade passou a ser muito mais do que uma aglomeração que não produzia os seus meios de subsistência (sempre foi). Com o desenvolvimento dos transportes passou a existir a possibilidade de escolher o local de residência ou do estabelecimento das atividades. Os lugares passaram a alterar a sua natureza. O que outrora foi espaço agrícola pode, quando necessário, passar a ser espaço urbano, assim seja entendido que isso é útil ou necessário (*idem*, 39). Isso sempre assim aconteceu e, historicamente, “as cidades irradiavam, muitas vezes desordenadamente, de antigos e estabilizados núcleos históricos para o espaço circundante” (Barros, 1990, 45). Para Ascher entrámos já na terceira revolução urbana, aquela que, assente na tecnologia, permitiu a mudança profunda dos territórios, o aproximar das distâncias, o tornar perto o que fisicamente está distante. Esta nova revolução terá, naturalmente, impactos nas cidades e nos modos de vida urbanos e traduz-se em cinco grandes evoluções que caracterizam esta terceira revolução: a metapolarização; a transformação dos sistemas urbanos de mobilidade; a formação de espaços-tempo individualizados; a redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais; e as novas relações com riscos (Ascher, 2010, 61). Decorrente desta realidade, as conurbações vão crescendo e absorvendo as cidades, vilas e aldeias dos arredores, tornando cada vez mais difícil descortinar os limites físicos e sociais entre a cidade e o campo (*idem*, 63.)

Talvez seja necessário recuar até à cidade medieval para poder, com clareza, estabelecer uma fronteira inequívoca entre o espaço urbano e o espaço rural, até porque essa fronteira existia nas cidades medievais em forma de muralha; a muralha que envolvia a urbe e a separava (protegia mesmo) do exterior não urbano. Se havia

um traço que tornava simples perceber onde acabava o campo e começava a cidade, ele traduzia-se através da muralha, que nos indicava que do muro para dentro outro mundo se abria. O camponês que se dirigia à cidade para vender os seus produtos, sabia que entrava num espaço que não era o seu. A cidade era o local do comércio, onde o homem do campo levava o que tinha produzido e buscava as matérias transformadas. A cidade era um local diferente para gente diferente. Habitar na cidade tinha exigências. Era necessário saber um ofício, algo que permitisse transformar o que vinha do campo em mercadoria útil que depois pudesse ser vendida, retirando daí um rendimento, fazendo de um determinado *mister* modo de vida. Mas a cidade acolhia muito mais do que artesãos. Era também onde se concentrava o poder, quer religioso quer político. Era onde os Senhores assentavam, vivendo dos rendimentos que o privilégio de ser proprietário da cidade lhes conferia. Para o rural que aí ia vender os produtos *em bruto* a cidade apresentava-se como muito mais do que local de troca de produtos por outras mercadorias ou dinheiro. Era o espaço que lhe permitia, embora de forma passageira, sociabilizar com outras pessoas, ver o que não podia ver no campo, encontrar as tabernas, com sorte alguma diversão e outras funções que lhe estavam vedadas pela vida no campo. A cidade não era para todos, e por essa razão apresentava-se como objeto de desejo para quem a ela não conseguia aceder, a não ser quando os portões (proteção às ameaças que vinham do exterior, não só militar como, em certa medida, também às ameaças à própria ideia de *urbanitas* por parte dos que não eram da cidade) lhes eram abertos para permitirem uma breve passagem para poderem tratar do que os tinha levado até lá.

A evolução tecnológica, nomeadamente no que ao modo de fazer a guerra dizia respeito, fez com que as muralhas deixassem, a certa altura, de conseguir cumprir a sua função, que era proteger a cidade das ameaças do exterior, tornando-as inúteis (Lamas, 2011, 204). Com o seu desaparecimento físico, e à medida que elas iam sendo destruídas, abria-se a possibilidade de a cidade se expandir para fora do perímetro ao qual os muros anteriormente a circunscreviam. Pode falar-se num primeiro momento de expansão urbana, o momento em que a fronteira física que separava o urbano do rural se começava a desvanecer, o momento em que os limites físicos da cidade deixavam de existir. Este fenómeno, da expansão histórica da cidade, irá desenvolver-

se durante anos e terá impactos duradouros em muitas, nomeadamente nas europeias onde mais se fez sentir. A cidade concentrada, compacta, limitada e circunscrita começa a alargar, a conhecer novos espaços, novos centros até. Esse alargamento vai deixando marcas, nalguns casos poderá falar-se até em cicatrizes, que ajudam a escrever a história da cada cidade. Nem sempre este alargamento foi pacífico. Em Genebra, por exemplo, a burguesia manifestou forte oposição à destruição das muralhas, pois adivinhava que isso eliminaria os limites da cidade, conferindo à muralha mais do que um valor de proteção às agressões externas, fazendo dela como que uma marca de delimitação clara do que era a cidade e do que não era, e que parte dos habitantes da cidade não aceitavam ser varrida da paisagem urbana (Rémy e Voyé, 2004, 71).

Definir a cidade torna-se, portanto, um desafio difícil de ultrapassar. Dir-se-ia que há tantas definições quantos definidores. O recurso à etimologia poderá dar algum contributo para a obtenção de um conjunto de informação que permita apontar para um caminho comum. Os termos referentes à cidade têm proveniência latina. A *urbs*, *civitas*, *villa* constituíram a base para os vocábulos modernos relacionados com a cidade, começando na urbe, derivada de *urbs*; na cidade, resultante da *civitas*; e na vila, proveniente da *villa* (Goff, 2007, 10–14). Curiosamente, encontramos na evolução destas palavras novos étimos que usualmente são utilizados para procurar estabelecer marcas caracterizadoras do modo de ser urbano. A *urbanidade* e o *civismo* são dois desses exemplos quando pretendemos marcar fronteiras de comportamento e de saber estar que permitam estabelecer diferenças entre o viver em sociedade num contexto de aglomeração de gente heterogénea e anónima. É evidente que estas marcas são também válidas para o espaço não urbano, e isso é feito no sentido de procurar que esse espaço se possa elevar, se possa aproximar ao que sucede na cidade, exemplo maior do viver em aglomeração.

A cidade começa por ser um “sítio natural no espaço geográfico” (Lacaze, 1999, 16). Tradicionalmente, ela surgia junto das vias de comunicação, rios, estradas e portos que permitiam o fluxo das mercadorias. Era igualmente importante que o espaço envolvente fosse rico em terra fértil e recursos naturais que permitisse abastecê-la com os produtos essenciais para a sobrevivência dos seus habitantes. É só mais tarde

na história que surgem as cidades de “criação voluntária” (*idem*, 17). Estas, ao contrário das anteriormente descritas, surgem fruto de necessidades ou estratégias que se iam fazendo sentir. Madrid, por exemplo, está estrategicamente colocada no centro de Espanha, parecendo quase querer desempenhar uma função panóptica de observação do reino; poder controlar tudo em seu redor. Brasília, por sua vez, procurou descentralizar o poder, levando-o para uma zona quase desabitada do país, procurando equilibrar o jogo de forças das cidades, surgindo como contraponto ao poder de cidades como São Paulo ou o Rio de Janeiro. Esta foi uma outra forma de se fazer a urbanização, não a espontânea que originou a grande maioria das cidades, mas a utilitária, que foi criando as *cidades novas*, muitas delas resultantes das explosões demográficas da história (*idem*).

Na Europa, as cidades vivem na atualidade um momento em que, em termos demográficos, parecem crescer e estagnar ao mesmo tempo, contrariamente ao que sucede noutros continentes em que a dinâmica de crescimento parece imparável (Balducci e Fedeli 2008, 243). Este fenómeno parece dever-se aos diferentes ciclos económicos que os diversos países vão vivendo, fazendo com que, nuns casos, alguns territórios, por se encontrarem em fase de mudança, observem momentos de crescimento, enquanto outros, por já terem passado essa fase, atravessem momentos de estagnação. As cidades maiores assistem, ainda assim, a crescimentos mais notórios que os territórios de menor dimensão (*idem*).

A mobilidade desempenha também um papel fundamental no redesenhar das áreas urbanas. É ela que, associada aos preços sempre crescentes da habitação, faz com que os centros sejam cada vez mais desprovidos de residentes e que as cidades se espaiem para as periferias, especialmente quando se trata de famílias jovens com crianças (*idem*, 245).

Embora os processos de urbanização se generalizem praticamente em todo o globo, as dinâmicas que lhes estão associadas divergem de país para país ou de continente para continente, originando resultados diferentes. Enquanto na Europa assistimos à suburbanização cada vez mais crescente justificada por razões económicas e não por uma vontade intrínseca do indivíduo de fugir do centro, nos EUA essa

mesma suburbanização deve-se muitas vezes a tentativas de encontrar mais espaço a melhor preço abandonando intencionalmente o centro, que fica reservado para o trabalho. No caso asiático, o imparável êxodo rural para as cidades ao qual assistimos na atualidade, e que durante anos políticas governamentais impediram, nomeadamente na China, através de mecanismos como o *hukou*², fazem com que as cidades do período pré-êxodo não tenham qualquer possibilidade de acolher os milhões de novos residentes que a elas se dirigem, originando o surgimento de centenas de novas cidades criadas de raiz para albergar esses milhões de novos urbanos. Estes são apenas três exemplos que espelham três realidades diferentes de processos de urbanização, reforçando, mais uma vez, a dificuldade que existe em encontrar uma definição única de cidade.

3.2. A Cidade em Portugal

Em Portugal as cidades foram-se estabelecendo ao longo das vias de comunicação fluviais e dos portos marítimos, dispersando depois pelo território por motivos demográficos ou militares. Desde o século XIX que a rede urbana pouco se alterou, desenvolvendo-se a partir dos aglomerados urbanos historicamente existentes, que se foram adaptando à evolução demográfica (Costa 1993). Apenas as cidades de Fátima (origem religiosa), o Entroncamento (tal como indica o nome, por ser local de cruzamento de várias linhas ferroviárias) e Santo André (para servir de assentamento da população que se esperava que o projeto de Sines viesse a atrair) surgiram na linha das cidades novas (*idem*, 6-7). De resto, as cidades portuguesas devem a sua origem à evolução dos aglomerados que já existiam. A dicotomia cidade/campo não tem de corresponder obrigatoriamente à dicotomia rural/urbano, pois podemos encontrar cidades “dominantemente rurais e campos marcadamente urbanos” (Baptista, 2006, 58). Historicamente, Portugal é caracterizado como sendo um país de vilas e aldeias, e podemos encontrar a realidade atrás descrita manifestada através de cidades rurais e campos urbanos (Carvalheiro, 2008, 48). Não obstante esta

² Nos anos 60 do século XX, o governo central chinês tentou limitar a passagem de população rural para urbana através do *hukou*, sistema que fixava o local de residência de uma pessoa ao seu local de nascimento, atribuindo às pessoas duas categorias: trabalhador agrícola ou não agrícola. O trabalhador não agrícola tinha acesso a regalias e privilégios aos quais o agrícola não conseguia aceder. Poder ir para a cidade era o sonho de qualquer rural (Friedmann 2005).

realidade, o caso português tem assistido a uma assinalável litoralização da população, que se vai concentrando no eixo que começa acima do Porto e vai até sul de Lisboa, formando como que uma cidade linear. Assiste-se também a uma assinalável concentração populacional na zona do litoral algarvio, em contraponto com a chamada desertificação do interior, cuja mancha livre do território é pontualmente interrompida por alguns aglomerados mais significativos, normalmente referentes às capitais de distrito e seu entorno muito próximo, como podemos observar na Imagem 1.



Imagem 1 Portugal à noite (editada), fonte: Jornal Público

<http://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/files/2014/09/portugal-de-noite-NASA.jpeg>

Embora muito marcada pelas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (AML e AMP), que concentram cerca de 43% da população residente no país (INE 2014b), observa-se uma rede de cidades médias que vão constituindo algumas conurbações de diferentes tipologias, como, por exemplo, a de Aveiro, no centro norte do país, que, embora em dependência relativamente à Área Metropolitana do Porto (AMP), constitui uma constelação industrial juntamente com os concelhos vizinhos, e um pouco mais abaixo Coimbra, que preside a uma constelação urbana de emprego assente nos serviços públicos proporcionados pela universidade e pelos hospitais,

formada com os concelhos de Montemor-o-Velho, Soure, Miranda do Corvo, Lousã, Póvoa do Varzim e também Condeixa-a-Nova (Marques 2006), concelho que será alvo do nosso estudo. Estas constelações, embora de menor dimensão que as áreas metropolitanas, acabam por também se caracterizarem por terem um polo dinamizador que atrai e influencia significativa população em seu redor que faz uso da mobilidade, muito associada ao transporte individual, para se poder deslocar de casa para o trabalho ou local de estudo.

Não deixa de ser quase paradoxal que a cidade, enquanto termo isolado, seja tão difícil de definir e exista depois uma panóplia imensa de expressões cujo significado é facilmente explicável através da decomposição das palavras que a compõem. É nesse sentido que encontramos expressões como cidade-região, cidade média, cidade dormitório, megacidade ou cidade global, por exemplo. Nestas palavras compostas, a cidade é como que adjetivada, permitindo-nos, mesmo sem conseguirmos definir muito bem o que é uma cidade, saber de que cidade se trata quando falamos, por exemplo, em cidade dormitório.

No grupo destas (diríamos) cidades adjetivadas encontramos as cidades médias, conceito que parece surgir pela primeira vez em França nos anos 70 como alternativa às grandes cidades (Costa, 2002). No caso deste tipo de cidades a sua definição assenta em dois aspetos: a sua dimensão à escala urbana (sempre a dimensão) e as funções e papel que desempenham no sistema urbano ao qual pertencem (*idem*). Diz ainda esta autora que numa tentativa para se encontrar um critério mensurável que permitisse identificar uma cidade média, o congresso Ibero-Americano de Pamplona de 1996 apontou para o intervalo entre 20.000 e 50.000 habitantes para se poder atribuir tal classificação. Este número foi posteriormente revisto para outro mais baixo. A Comissão Europeia (CE), por sua vez, indicava que seriam cidades grandes as que tivessem mais de 250.000 habitantes, médias as que tivessem entre 100.000 e 250.000 habitantes e pequenas as que tivessem menos de 100.000 habitantes (Costa, 2002). À luz destes critérios, Portugal teria apenas seis cidades médias no continente (maioritariamente nas AML e AMP) e uma na região autónoma da Madeira (INE 2014b). Sendo Portugal um país com pouca população, a definição de cidades médias com base no número de habitantes terá de ser necessariamente diferente para países como a França ou Alemanha em comparação com outros com menor número de

habitantes. É nesta linha de pensamento que concluímos que Portugal é composto maioritariamente por cidades com baixa demografia que se podem incluir naquilo que internacionalmente se pretende classificar como cidade média, isto é, cuja “importância regional” e “contributo para a organização dos sistemas urbanos regionais” é determinante (Costa, 2002, 108), ou seja, cidades que assumem um papel fundamental para a fixação de população fora das duas grandes áreas metropolitanas nacionais e que funcionam como centros dinamizadores de todo um sistema regional. É nesse sentido que uma cidade com apenas 20.000 habitantes, que poderia nem tão pouco acolher o estatuto de cidade à luz de critérios demográficos, pode ser um centro absolutamente determinante para o funcionamento de uma região, como sucede em inúmeros casos no nosso país.

O papel das cidades médias assume, portanto, uma importância maior do que aquela que, à partida, o seu nome poderia sugerir. Em primeiro lugar pelo contributo que têm para a distribuição do sistema urbano nacional, já de si bastante desequilibrado em termos da concentração de população (e não só) que encontramos nas duas áreas metropolitanas nacionais, e, por outro lado, pela importância que elas podem assumir na hierarquia das redes urbanas, permitindo alguma, ou mesmo assinalável, independência relativamente às grandes cidades, descartando a quase subserviência relativa aos grandes centros que absorvem tudo em seu redor.

E é quando falamos nas funções das cidades que temos de equacionar a questão da hierarquia que norteia a rede urbana, até porque “a densidade funcional e relacional das cidades é mais importante do que a sua densidade populacional” (Domingues 1999, 55). Entram aqui em jogo os princípios de complementaridade entre aglomerados e que são decisivos para o desenvolvimento regional (*idem*).

Mas numa escala mais pequena, interessa entender a importância funcional dos lugares, desde o mais pequeno, isolado no meio da montanha, até ao grande centro urbano de Lisboa ou do Porto, pois a hierarquização que os seus habitantes fazem deles prende-se muito poucas vezes com a sua dimensão ou com a sua densidade e liga-se muito às funções que eles oferecem ou às quais permitem aceder. Se tomarmos Condeixa, que nos propomos estudar, como exemplo, poderemos perceber que ela influencia e é influenciada desde o pequeno lugar integrante da freguesia mais rural até à capital de distrito, que se encontra na sua proximidade. Para o trabalhador rural

do pequeno lugar, que na melhor das hipóteses tem um café que lhe permite conviver com os vizinhos ou descansar um pouco do trabalho diário, a freguesia será o que, em termos funcionais, constituirá a referência para a satisfação de algumas das suas necessidades para um regular funcionamento do seu dia-a-dia. É lá, na sede de freguesia, que encontrará a respetiva junta de freguesia, representação do poder, onde poderá tratar de alguma burocracia; o posto médico (quando existe), para resolver os problemas de saúde; e a escola, onde poderá colocar os filhos a aprender. O que não encontrar na sede de freguesia já o obrigará a deslocar-se à sede do concelho, onde poderá encontrar os bancos, as finanças, os correios e o tribunal. Será aqui também que conseguirá comprar alguns produtos ou objetos aos quais não consegue aceder nos espaços que descrevemos anteriormente. Para algumas pessoas, bastará subir estes dois degraus para satisfazer quase todas as suas necessidades do dia-a-dia. Para estas pessoas ir à vila será como ir à cidade, sendo que, para elas, ela funciona como cidade, pois a forma como a veem é semelhante à do residente mais exigente que se sente obrigado a recorrer à cidade para satisfazer as suas necessidades. Assim sendo, enquanto para alguns Condeixa assegura as suas necessidades do quotidiano, reservando-se as deslocações para outros concelhos maiores ou para a capital de distrito para situações excecionais, para outros ela não consegue suprir a maior parte das suas necessidades, podendo limitar-se a servir apenas de espaço monofuncional, por norma residencial, obrigando a procurar todas as restantes funções noutra lugar. Enquanto para uns a sede do concelho é percecionada como cidade, para outros é aldeia. A Carta de Atenas, saída do CIAM³ de 1933, definia as quatro funções básicas da vida urbana: *habitar, trabalhar, circular e recrear-se* (Wilheim, 1979: 52). Um espaço que não permita o cumprimento de todas estas funções vê colocado em questão a sua capacidade de estar alinhado com a vida urbana. No caso das cidades-dormitório, por exemplo, ao centrarem a sua existência na função do *habitar* não conseguindo um equilíbrio no que respeita ao *trabalhar*, apenas em parte assistem ao exercício da *vida urbana*. Parafraseando este autor:

(...) não é possível pensar em cidade sem pensar em vida urbana ... uma população é formada por indivíduos que, ao nível das suas atividades cotidianas (*sic*), estabelecem e recriam subsistemas de vida (conjuntos de

³ CIAM era a sigla para Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

atividades de significância para a vida de cada um) ... esta escolha de subsistemas significativos determina não só o caráter dominante de uma cidade, como também, em última análise, a sua forma física (*ibidem*, 65).

Mas, mais do que impor critérios para aferir se determinado espaço cumpre ou não com as exigências da vida urbana, importa, talvez, atentar nas necessidades individuais. Da mesma forma que um residente de um pequeno lugar pode considerar não necessitar mais do que uma ou outra deslocação esporádica à sede do concelho para suprir as suas necessidades, um residente do centro da vila pode achar-se na obrigação de se deslocar para fora dela para encontrar resposta a parte considerável das suas exigências, remetendo a vila para apenas uma ou outra função por ele considerada de menor importância. Trata-se de uma questão individual e é a capacidade que os lugares têm para contentar o mais diverso tipo de necessidades que as tornam mais ou menos importantes para os seus habitantes. Mais do que administrativamente determinar que este lugar é cidade e aquele é vila, importa perceber se aquele que vai passar a ser cidade é autónomo na satisfação das necessidades da sua população ou se obriga a deslocações recorrentes ao concelho vizinho (que até pode ser uma vila) para as satisfazer.

Como parece ser comum com quase todos os aspetos que envolvem as questões urbanas, a distinção entre o que é vila e o que é cidade não é clara. Enquanto uns almejam alcançar o estatuto de cidade, outros nem querem pensar em deixar de ser vila. Num artigo sobre este assunto em 2010, o Presidente de Câmara de um dos maiores concelhos do país pronunciava-se desta forma relativamente a este assunto:

"Em oposição a vila, a (des)promoção a cidade dá a imagem de aglomerado densamente urbanizado, satélite e dormitório da capital, com características bem distintas da vila de Cascais e que queremos continuar a manter"..."[A elevação a cidade] Não adianta nada e só dá despesa com a alteração da simbologia a que obriga." (PÚBLICO 2010).

Observe-se a forma como o responsável máximo do município se refere à possibilidade de sua vila *ascender* à condição de cidade: essa possibilidade é vista como uma (des)promoção. Mais uma vez, mais do que a questão do termo, parece importar refletir sobre a questão das funcionalidades e da satisfação das necessidades dos habitantes. Enquanto para uns, passar de vila a cidade traz um acréscimo de

estatuto e faz subir na hierarquia urbana, para outros traz apenas despesa e não acrescenta nada ao que já têm.

Ainda no mesmo artigo deparamo-nos com outra observação interessante:

"Gostaria de poder pensar a cidade de Algueirão-Mem Martins", assume Manuel do Cabo, presidente da junta desta freguesia do concelho de Sintra, "mas não existe uma cidade sem pavilhão gimnodesportivo, um complexo polidesportivo, um centro de saúde que não seja num prédio de habitação com seis andares (onde as pessoas com deficiência são atendidas à porta), sem um centro dia ou um lar público, sem piscinas (há uma para 120.000 habitantes), sem creches públicas, sem um parque ou jardim digno desse nome". "Nada disso existe na minha freguesia. Os construtores não deixaram espaços disponíveis para outra coisa que não fosse habitação. E a culpa é da câmara municipal, que autorizou que se construísse mesmo por cima das ribeiras..." (PÚBLICO 2010).

A observação aqui feita pelo presidente à data da entrevista da junta de freguesia de Algueirão-Mem Martins é ilustrativa do que temos vindo a destacar: de pouco vale a elevação administrativa a cidade se, em termos funcionais, estamos a falar de locais que, exceção feita à sua densidade, dimensão (e até heterogeneidade), pouco diferem de lugares desprovidos das mais básicas infraestruturas. E essa é a realidade que ajuda a mascarar cidades que, elevadas a esse estatuto, na prática servem apenas de dormitório da cidade central da sua proximidade e onde a sua população busca a satisfação das mais elementares condições para uma boa qualidade de vida, para uma vivência plena da *urbanitas* que ali não conseguem encontrar.

Mas é quando se decide comparar as cidades entre países que a dificuldade em definir cidade surge de forma mais clara. Até há poucos anos, não havia no seio da Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Económica (OCDE) uma harmonização no que à definição de cidade dizia respeito o que provocava a desigualdade nas comparações que eram feitas no âmbito urbano entre os vários países integrantes deste organismo. Foi nesse sentido que em 2011 a OCDE criou uma nova definição de cidade (Dijkstra e Poelman 2012). À luz desta nova definição foram identificadas na Europa 828 cidades com um centro urbano de pelo menos 50.000 habitantes, limite mínimo para essa classificação, sendo que metade eram

consideradas pequenas cidades. Foram também identificadas na Europa duas cidades globais, Paris e Londres (*idem*).

A definição harmonizada instituída pela OCDE recorreu ao critério da densidade demográfica para encontrar uma forma uniforme de comparação entre países. A necessidade dessa harmonização surge da dificuldade em comparar cidades com base apenas na sua classificação por país. É precisamente por os critérios que determinam o que é e o que não é cidade divergirem de país para país que essa dificuldade existe. Em Inglaterra, por exemplo, é o rei que atribui o título de cidade, classificação que fica até que ele a decida revogar. É por isso que na atualidade podemos encontrar locais com estatuto de cidade com apenas 2.000 habitantes, quando outras no mesmo país podem acolher mais de 3.000.000 (Dijkstra e Poelman, 2012, 5). Como é fácil de entender, numa situação destas não é possível estarmos a comparar situações tão diferentes, daí a necessidade de criação de um mecanismo que permita comparar o comparável.

Esta nova definição toma como base a existência de um centro urbano identificado com base em critérios de densidade demográfica. Para tal parte-se da identificação de células densificadas com mais de 1500 hab. km², células que se vão juntado a outras contíguas com o mesmo critério e que vão, em conjunto, apurar o que é o centro urbano logo que deixem de existir mais células compatíveis com o critério definido, sendo que para tal o conjunto resultante tem de totalizar pelo menos 50.000 habitantes. Num terceiro passo, procura-se verificar se nas unidades administrativas adjacentes ao centro urbano pelo menos metade da sua população se encontra dentro do centro urbano, concluindo-se, nesse caso, que elas são elegíveis para fazerem parte da cidade. Por fim, a cidade é definida assegurando que: 1- existe uma ligação a nível político; 2- pelo menos 50% da população da cidade vive num centro urbano; 3- pelo menos 75% da população do centro urbano vive numa cidade (Dijkstra e Poelman, 2012, 2).

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre Condeixa-a-Nova

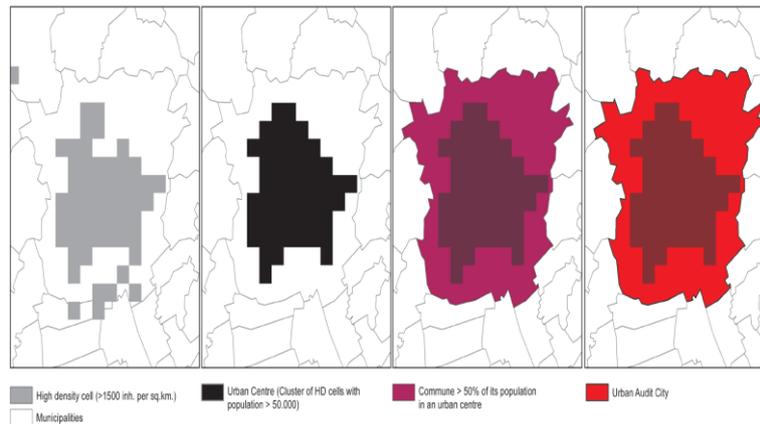


Figura 1 – How to define a City

Fonte: (Dijkstra e Poelman 2012, 2)

Num segundo momento, podem identificar-se as zonas de comutação baseadas nos padrões de comutação. Com base nessas zonas identificam-se as de abrangência da cidade, sendo que o mesmo centro urbano pode ser partilhado por mais do que uma cidade, estabelecendo-se assim diversas tipologias que vão das pequenas cidades (50.000-100.000 hab.) até às cidades extra grandes (1.000.000-5.000.000 hab.) que precedem as cidades globais que terão mais de 5.000.000 de habitantes.

Estes critérios permitirão que os centros urbanos possam, por vezes, ser maiores que os próprios limites da cidade. No seguimento desta realidade, algumas das cidades *alargadas* são compostas por mais do que uma cidade, como sucede com o Porto (Dijkstra & Poelman, 2012, 8).

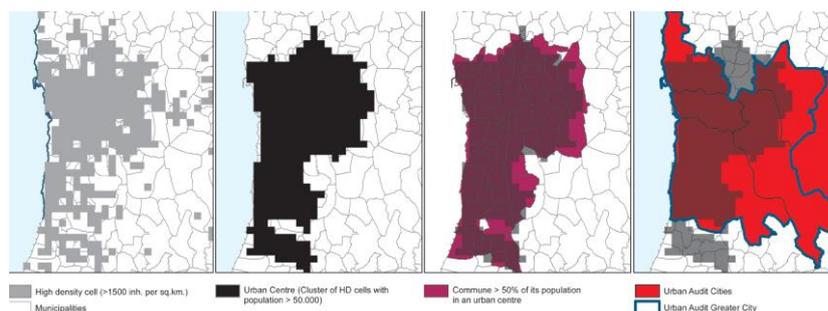


Figura 2 *High density cells, urban centre, cities and greater city (Porto)*

Fonte: (Dijkstra e Poelman, 2012, 8)

Entende-se, portanto, que face à necessidade de procurar alguma uniformização de critérios que permitissem análises comparativas esta metodologia tenha sido

criada. Desta forma, foram identificadas no caso português dezasseis cidades: doze classificadas como pequenas, uma média, uma grande, uma classificada como XL e outra como XXL (*idem*). Comparadas com as pouco mais de centena e meia de cidades que têm essa classificação legal em Portugal, observamos que esta definição da OCDE reduz largamente este número. E há que observar que alguns dos exemplos de cidades de maior dimensão que a metodologia da OCDE identifica para a realidade nacional referem-se não a cidades, mas sim a vilas. E nesse seguimento surge outra das discussões que observamos amiúde, e que se prende com a distinção entre a cidade e a vila, distinção que é possível nalguns países pelos próprios termos diferentes utilizados, mas mais difícil onde isso não acontece. No caso português, temos cidade e temos vila. No caso francês temos *cit e* e *ville*. No caso alemão, italiano ou espanhol, por exemplo, temos apenas um termo para classificar realidades diferentes (ESPON, 2012, 3).

Uma busca em qualquer dicionário da língua portuguesa apresentar  como defini o primeira de vila "Povo o, de categoria inferior   de cidade e superior   de aldeia"⁴. Como já foi referido anteriormente, esta defini o nem sempre tem correspondência ao concreto, e esta   uma realidade não são vivida no contexto nacional, mas também em termos internacionais. Nesse sentido, o ESPON (European Spatial Planning Observation Network) produziu em 2014 um relatório onde procurou dar algum contributo para a defini o das cidades de pequena ou média dimensão (as *Towns*), em muitos países equivalendo às vilas portuguesas como elas são percebidas no sentido mais comum. Para esta defini o, e ao contrário da op o tomada pela OCDE para as cidades que se fundava apenas em critérios de densidade, a abordagem teve em conta critérios morfológicos, funcionais e administrativos (*idem*, 3). Nesse sentido, estas unidades de pequena ou média dimensão têm em conta aglomera es de 5.000 a 50.000 habitantes densamente edificadas com mínimos de concentra o demográfica. Ela deve igualmente ser em termos administrativos uma unidade de governo local e em termos funcionais concentrar atividades, serviços e outras fun es que sirvam outro aglomerado das proximidades (*idem*, 4). Para a identifica o deste tipo de aglomerados, continua a utilizar-se células de 1 km²,

⁴ "vila", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/vila>

embora a concentração de população aqui desça para as 300 pessoas por célula, ao contrário das 1.500 tomadas como marcador para as cidades. Verifica-se que estes territórios trabalham em estreita ligação com outros que lhes ficam nas proximidades e que, em muitos casos, acabam por cumprir os critérios definidos para a classificação de *Town* quando analisados num *continuum* e não de forma estanque. No caso português, verifica-se que uma parte considerável dos 308 municípios existentes são aglomerações deste tipo, fazendo do caso nacional um território que concentra grande parte da população nacional em poucas cidades e que distribui a restante por inúmeras pequenas cidades e vilas.

Por último, a organização europeia de estatística EUROSTAT, e para nos mantermos em contexto europeu, define em termos estatísticos uma cidade como uma área densamente povoada, remetendo as áreas de densidade intermédias para as *Towns* e identificando como áreas rurais as de baixa densidade populacional (Eurostat 2016). Uma cidade será, assim, uma unidade administrativa local (LAU) onde a maioria da população habita no centro urbano com um mínimo de 50.000 habitantes; a área funcional urbana será composta pela cidade e pelas suas zonas de comutação; e a região metropolitana será uma NUT 3⁵ estatística ou uma combinação de pelo menos 250.000 habitantes identificados como recorrendo à área funcional urbana (Eurostat 2016). Esta é mais uma forma de recorrer à densidade para definir cidade, embora aqui remetendo também para a sua vertente funcional.

3.3. Centros, Centralidades e Novas Centralidades

Durante séculos a cidade, principalmente enquanto esteve encerrada sobre si mesma dentro do espaço delimitado pelas muralhas, apresentava uma morfologia característica. Era o centro que delineava o desenho da cidade. Partindo da praça principal, que desde a antiguidade era “uma necessidade de primeira ordem” (Choay 2013, 206)⁶, a cidade irradiava depois em seu redor através de ruas, ruelas e bairros, sendo cada um deles ocupados por determinada profissão ou atividade que

⁵ As NUT são Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

⁶ A praça ocupou durante séculos um papel fundamental na vida das cidades enquanto local de encontro, reminiscências da ágora grega e do fórum romano, local de discussão e de encontro dos cidadãos, onde se debatiam os problemas e se resolviam os assuntos.

permitiam, a quem necessitasse desses serviços, saber facilmente onde encontrá-las. Este modo de organização fez com que durante séculos o centro das cidades fosse o local onde se concentravam os serviços e o comércio. Era no centro, por exemplo, que se situava o hotel, pois era a partir dali que o “estranho”, podia “introduzir-se no espaço e na vida da cidade” (Rémy e Voyé, 2004, 40). Essa herança perdurou durante muito tempo e, ainda hoje, é nos centros que continuamos a encontrar muitos dos serviços.

Os centros faziam, assim, convergir os milhares de pessoas que se dirigiam às cidades para esse espaço específico, fazendo com que durante muito tempo elas fossem de tipo monocêntrico. Essa realidade reproduzia-se também a uma escala mais alargada com as cidades de preponderância central de certos territórios. Em meados do século XX, especialmente nos Estados Unidos da América (EUA), os empregos começaram a surgir também fora dos centros económicos e comerciais das cidades americanas (CBD) e as cidades passaram gradualmente a ser de tipo policêntrico (D. Lin et al. 2012). Este fenómeno ficou muito associado a processos de suburbanização de algumas cidades que, de um dia para o outro, viram perder a sua importância regional e serem, por vezes, ultrapassadas pelos seus subúrbios, que entretanto se foram autonomizando delas, especialmente em contextos metropolitanos, originando as chamadas metrópoles multicêntricas (*idem*, 2). Esta descentralização não se verificou, naturalmente, apenas no que dizia respeito aos empregos, mas também relativamente a outros serviços. Desta forma, este policentrismo passou a atrair as pessoas para vários locais, fazendo com que surgissem dois tipos de cidade policêntrica: as que possuem vários subcentros de emprego de importância equivalente, gerando cada um deles fluxos de comutação de origens e destinos que mais parecem de tipo aleatório; as que têm vários subcentros de emprego, mas onde se verifica que um se sobrepõe aos restantes, provocando um fluxo radial em direção a este último (*ibidem*, 3).

As cidades policêntricas não são um exclusivo das cidades norte americanas, antes se fazem sentir um pouco por todo o mundo. Por essa razão, a fragmentação espacial é algo ao qual vamos assistindo por toda a parte e que se vai traduzindo em novas centralidades que vão concorrendo com as velhas centralidades e,

especialmente, colocando em questão o papel subalterno das periferias (ou de algumas delas) em relação aos centros (Júnior, 2009).

A passagem do monocentrismo para o policentrismo poderá permitir que os espaços de menor dimensão possam competir com outros que na hierarquia estavam acima deles, permitindo aos seus residentes o acesso a recursos que até aí estavam reservados aos espaços hierarquicamente acima (Gonçalves, 2016). As novas centralidades permitem, portanto, o surgimento de outros espaços que tanto podem competir com os já existentes como complementar-se uns aos outros. Dessa forma, esses diversos espaços acabam por conectar-se formando aquilo que se pode chamar de cidades-região. Numa primeira análise, estas cidade-região deverão permitir funcionar como motores económicos para as regiões ou até mesmo para os países (Sýkora, Mulíček, e Maier, 2009, 235). Contudo, na prática o que se observa muitas vezes é que vários territórios que se encontram entre os vários nós destas redes são como que marginalizados, porque não conseguem acompanhar a dinâmica de outros. Isso acaba por colocar em causa a ideia de coesão territorial, acabando por não extrair todas as potencialidades que o desenvolvimento policêntrico, *a priori*, poderia proporcionar (*idem*), traduzindo-se essa incapacidade em desigualdade e desenvolvimento a dois tempos. Este é um dos desafios que se coloca às políticas de desenvolvimento urbano e que contribui para o acentuar de diferenças intra-territórios e, conseqüentemente, na dificuldade em poder encontrar uma definição única de cidade que sirva a espaços fisicamente muito próximos, mas estrutural e funcionalmente muito diferentes.

4. SUBURBANIZAÇÃO

4.1. A Suburbanização

A par com o tema das cidades encontramos um outro que lhe está intimamente associado, que é o da suburbanização. Contudo, os estudiosos não lhe têm dedicado a mesma atenção que ao estudo da cidade (Phepls e Wu 2011; Grant et al. 2013). Onde há urbanização encontramos suburbanização, onde temos cidade temos, por norma, subúrbios.

O estudo desta temática assenta numa visão depreciativa para os subúrbios, que se traduz na ideia de espaços dependentes de uma cidade central, para onde são atiradas as populações menos dotadas de recursos e meios. A ideia que ressalta, portanto, é a de que a suburbanização é uma espécie de urbanização menor, de categoria inferior à qual recorrem aqueles que não têm condições para se inserirem na urbanização *nobre* proporcionada pela cidade principal. Contudo, numa altura em que o mundo se urbaniza como nunca antes, grande parte da nova vaga de urbanos pode ser encontrada precisamente nos subúrbios, pelo que o estudo desse tema se justifica plenamente.

4.2. Um pouco de etimologia e de história do Subúrbio

É recorrente que nos textos dedicados ao estudo do subúrbio o autor ou autores comecem por recorrer à etimologia da palavra como forma de iniciar a discussão (Forsyth 2012; Fishman 1989; McManus e Ethington 2007; Soto 2008). Desta forma, decompondo o étimo latino de subúrbio obtemos duas palavras: o prefixo *sub*, que significa infra, sub, por baixo, e a palavra *urb*, que significa cidade. Da junção das duas palavras concluímos, portanto, que o subúrbio será, em sentido literal uma sub-cidade, uma infra cidade, uma cidade que está por baixo, uma cidade menor, portanto. É o próprio étimo que parece querer rebaixar a posição do subúrbio, nomeadamente quando comparado com a urbe com a qual ele se relaciona.

Em termos históricos, o subúrbio era, de facto, visto com um território menor, nas margens da cidade, para onde eram enviados os indesejados, os excluídos e as atividades menos citadinas ou poluentes, que não encontravam cabimento no interior da cidade muralhada (McManus e Ethington 2007; Phepls e Wu 2011). O sentido do subúrbio, perante esta realidade, não podia ser outro que não negativo. Estabelecia-se, assim, uma clara distinção entre a cidade valorizada e o seu espaço envolvente depreciado. A carga negativa do subúrbio parece sobreviver até aos nossos dias, e é ainda hoje difícil falar destes territórios sem que surja a imagem de espaço menor. A realidade, contudo, indica-nos que esta ideia nem sempre corresponde à verdade. Convém não esquecer que o mundo que se urbaniza fá-lo, em grande medida, nos espaços suburbanos, e este processo convive, de há décadas a esta parte, com a desertificação dos centros das cidades, pelo que parece pertinente perceber de que subúrbios estamos afinal a falar. Serão eles de facto espaços menores das cidades? Não encontraremos nós a imagem que temos dos subúrbios no interior das cidades? Onde fica, afinal, a periferia marginalizada: no exterior ou no interior da cidade? Estas são algumas questões interessantes para as quais procuraremos resposta nas próximas linhas.

4.3. Subúrbio negativo e positivo

Assumamos que o subúrbio ao longo de muito tempo foi, de facto, um espaço menor, assim considerado em comparação com a cidade. A cidade e o subúrbio de que falamos eram os que podíamos observar até bem perto, mais concretamente até ao momento da industrialização dos séculos XVIII e XIX. Até essa altura, e durante muito tempo assente nas muralhas que formavam uma barreira física que enclausurava a cidade num espaço bem delimitado, pouca confusão podia haver entre o que era o espaço urbano e o que lhe estava nas margens. E era precisamente nessas margens que podíamos encontrar o que não era cidade, ou melhor, o que pretendendo vir a incluir-se na cidade não o era. Esse espaço era o tal subúrbio dos indesejados e das atividades que não encontravam acolhimento dentro dos limites da cidade. Ainda assim, era possível observar-se uma diferença entre estes espaços no entorno próximo da malha urbana e o campo, pelo que o campo já não seria o subúrbio, mas sim a

periferia⁷. Essas diferenças manifestavam-se quer pelas atividades, que nem sempre eram as dos campos, quer pelos marginalizados que as povoavam; os que não trabalhavam e que viviam da caridade ou do crime, os excluídos (Teaford, 2011) predecessores dos grupos que viriam mais tarde a tornar-se partes integrantes de qualquer cidade de grande dimensão.

Com a industrialização a paisagem das cidades assistiria a grandes mudanças. Em primeiro lugar, as fábricas e os processos de produção mecanizados obrigaram a novas necessidades por parte da indústria emergente. A realidade da pequena produção artesanal na pequena oficina da residência no centro da cidade passava a dar lugar a enormes espaços de produção: as fábricas (Fishman 1989). Com o surgimento de extensos bairros operários, primeiro no interior da cidade, mais tarde nos seus arredores muito próximos, a cidade passou a ser local insalubre, poluído e de acumulação de gente e problemas (*idem*). Mais tarde, com o desenvolvimento de novas e mais modernas tecnologias, as fábricas passaram a necessitar de mais espaço e a indústria começou a expandir-se para fora do centro urbano. Surgia na mesma altura a consciencialização de que a cidade era um espaço repleto de problemas e que havia que encontrar soluções para eles. O higienismo começava a ser uma preocupação e teria, muito mais tarde, influência nalgumas tentativas na criação de novos modelos de cidade que as tornassem espaços mais adaptados às grandes aglomerações a que eram sujeitas, preocupando-se com o bem-estar dos seus habitantes (Lacaze 1999). Mas durante muito tempo, a cidade industrial não teve essas preocupações, antes se deteve a atrair o maior número de mão-de-obra possível para as novas fábricas. As cidades transformam-se em sítios cinzentos, poluídos e perigosos e o burguês que prosperava decidia que não teria de sujeitar a família ao convívio com essa realidade, até porque já não existia a necessidade de trabalhar na oficina a partir de casa, pois agora existia a fábrica (Fishman 1989). Aproveitando os meios de transporte disponíveis, primeiro o transporte a cavalo, posteriormente o ferroviário, (Lang, Le Furgy, e Nelson 2006) assiste-se à fuga das classes mais prósperas para o campo, onde constroem casas em espaços tranquilos e saudáveis, muito diferente daquilo com que tinham de conviver na cidade. A mulher e os filhos podiam, assim,

⁷ Esta distinção, que nem sempre é feita, existe, contudo, para muitos estudiosos, e a ela propomos regressar mais à frente.

viver na tranquilidade do campo em casas bem apetrechadas, enquanto os maridos se deslocavam à cidade para tratar dos negócios, voltando ao final do dia (Teaford 2011). Nasce, desta forma, o subúrbio decorrente da revolução industrial, primeiro em Inglaterra, mais tarde um pouco por todo o mundo, com especial incidência nos EUA, e começa o fenómeno dos movimentos pendulares casa-trabalho, que terá influência determinante nos processos de suburbanização daí para a frente. Este subúrbio, ao contrário da etimologia, não assume um sentido negativo. Tendo em conta que se trata de uma fuga à poluição e à confusão por parte das classes mais favorecidas, uma busca por uma maior qualidade de vida, este subúrbio é o dos privilegiados. O campo passa a ser habitado não apenas pelos camponeses mas também pelas elites, enquanto a cidade, outrora espaço nobre, fica para os operários pobres, que aí se sujeitam a condições de vida sub-humanas, aqui, sim, na verdadeira aceção da palavra, com todo o sentido do sufixo.

Desta forma, percebemos que a história do subúrbio, tal como a história da cidade, conheceu vários momentos e não será, por isso, correto fazer-se uma leitura de subúrbio como espaço menor ou, pelo menos, espaço para desfavorecidos. Nesse sentido, importa fazer a distinção entre o que é o subúrbio negativo (que também o houve e há) e o positivo. O subúrbio que resultou dos inícios da revolução industrial em Inglaterra, o subúrbio dos abastados, o subúrbio da fuga à cidade tinha um sentido positivo. O subúrbio dos excluídos, dos marginalizados, dos que não conseguiam (conseguem) aceder à cidade porque para tal lhes faltam os meios, é o de sentido negativo. Daí que faça sentido a distinção que se pretende fazer entre estes dois tipos de subúrbio. Por norma ela faz-se explicando as diferenças entre ambos, conforme estamos a falar de um ou do outro. A palavra utilizada pelos estudiosos para se referirem a eles é, contudo, a mesma: subúrbio. É a partir do contexto que teremos de extrair as diferenças. Há, no entanto, algumas tentativas de recorrer a léxico específico para designar cada uma destas realidades. Uma tentativa interessante é a de Robert Fishman (1989) que opõe o subúrbio (negativo) ao *suburbia* (positivo). Para este autor, o subúrbio moderno é definido como uma zona periférica onde as pessoas optam por morar, ao contrário do da cidade antiga, para onde as pessoas eram empurradas (*idem*). Existe, para Fishman, o subúrbio, que pode ser o espaço que acolhe aqueles

que, embora querendo estar na cidade não o conseguem por razões económicas, e o *suburbia*, espaço descendente do subúrbio burguês da altura da revolução industrial, espaço que é procurado pelos que, embora tendo condições para habitar na cidade, optam voluntariamente por ir para fora dela, procurando aí o que a cidade não lhes consegue dar: tranquilidade, espaço para construir casas em espaço desafogado, ausência de poluição e de trânsito. Tratam-se, portanto, de duas realidades diferentes motivadas por interesses igualmente diferentes.

4.4. Subúrbio residencial e subúrbio industrial

Outra questão recorrente nas discussões sobre a temática dos subúrbios é associá-los quase exclusivamente à função residencial. Na verdade, os subúrbios decorrentes da revolução industrial foram surgindo assentes em duas funções: por um lado os subúrbios industriais, resultado da necessidade de as indústrias encontrarem mais espaço a menor preço fora das cidades para aí construírem as fábricas que, em resultado das inovações tecnológicas, clamavam cada vez por mais espaço; do outro lado, e como já tivemos oportunidade de abordar, assistiu-se ao surgimento dos subúrbios residenciais da burguesia economicamente prosperante com os frutos da industrialização descontente com os impactos da nova cidade na sua qualidade de vida, e que procurava nos subúrbios rurais as amenidades perdidas com a transformação da cidade. Recorde-se que, num primeiro momento, a industrialização esvaziou os campos, fazendo com que se assistisse a um movimento centrípeta dos campos para a cidade. Apenas muito mais tarde, com o desenvolvimento dos meios de transporte, o subúrbio residencial se vai tornar uma realidade para a extensa massa de trabalhadores das cidades que passam, uns voluntariamente outros não, a encontrar o seu local de residência fora da cidade, longe do seu local de trabalho. A atenção, contudo, tem sido mais dedicada à questão do subúrbio residencial, deixando como que esquecido o industrial, que em termos histórico conviveu de perto com ele, se é que não o precedeu mesmo. O facto é que os grandes subúrbios industriais mundo fora, com especial enfoque nos EUA, originaram também imensos subúrbios residenciais, porquanto as indústrias que se iam afastando das cidades centrais originavam novos centros e atraíam novos residentes. A esta questão alguns

estudiosos americanos têm dado alguma atenção, precisamente por entenderem que o papel destes subúrbios industriais para os processos de urbanização foi de maior relevância do que aquele que parece querer ser-lhes atribuído (Lewis 2004).

A suburbanização residencial nos EUA é apontada por alguns estudiosos como tendo surgido a partir da industrial (Harris 2004). Este autor defende que foi a partir da expansão das indústrias para as franjas urbanas que as funções residenciais surgiram em muitos territórios. Ao contrário do que é comum entender-se nos EUA, os subúrbios residenciais não tinham de ser sempre devidos à influência da cidade central. Muitos deles surgiram por causa da indústria que emergiu próxima. Ele distingue entre o subúrbio residencial em sentido estrito, isto é, o que existe como residência para os habitantes que trabalham na cidade das proximidades e aquele que acolhe residentes que trabalham noutros subúrbios próximos, e não na cidade. Neste caso falamos de “suburbanização alternada” (*idem*, 224). Estabelece-se, portanto, uma distinção entre tipos de suburbanização e, conseqüentemente, uma distinção entre subúrbios, parecendo certo, principalmente na realidade norte-americana, que a dinâmica de deslocalização de indústria influencia o tipo de suburbanização a que vamos podendo assistir. Em certa medida, o autor parece quase querer questionar quem nasceu primeiro, se o ovo se a galinha, sempre que falamos de determinado subúrbio e não conseguimos dizer com clareza se ele é industrial ou residencial, ou melhor, se foi a indústria que chamou os residentes ou se foi a mão-de-obra disponível que chamou a indústria.

Contudo, quando abordamos este tema há que ter presente que ele é percebido de forma diferente consoante falamos da realidade norte-americana ou europeia. O americano, como já vimos, tende para ser do tipo positivo; o subúrbio da procura voluntária. No caso europeu, embora a suburbanização não seja um fenómeno recente, o subúrbio tendeu sempre a assumir o carácter negativo; é entendido como o subúrbio do bairro social em contraponto com o subúrbio residencial da casa unifamiliar e garagem para dois carros dos EUA (Domingues, 2007, 140; Forsyth, 2012). Porém, esta visão simplista induz em erro se pretendermos assumir como certo de que no caso norte-americano o subúrbio é bom e no caso europeu ele é mau. É difícil comparar realidades tão diferentes como são o bairro da

classe média dos EUA, as favelas brasileiras, os subúrbios das cidades novas de milhões de habitantes do sul da Ásia ou dos bairros periféricos das grandes capitais europeias (Laura Vaughan, Sam Griffiths 2015). O certo é que mais de 80% dos habitantes dos EUA e mais de metade da população europeia habita neles, pelo que talvez faça sentido assumir a suburbanização como algo que tem a sua própria dinâmica. Como citam estes autores, “para uns o subúrbio é um espaço geográfico; para outros uma forma cultural; para outros um estado de espírito” (Hinchcliffe *apud* Laura Vaughan, Sam Griffiths, 2015, 13, tradução nossa).

A prova que o subúrbio pode, em muitos casos, não se limitar apenas a ser uma parte descentralizada da cidade e acabar por ter capacidade de se autonomizar e enveredar por uma via multifuncional está nos pós-subúrbios que cada vez mais vão surgindo. Não é raro que estes subúrbios, tanto no continente americano como na Europa, acabem inclusivamente por ultrapassar a cidade principal que lhe deu origem, passando de fornecedor de trabalhadores a recetor de mão-de-obra, muitas vezes especializada. Este é um fenómeno que vai emergindo e que parece ser uma tendência que dá consistência à ideia de que os subúrbios são resultado do processo de urbanização, umas vezes desenvolvendo-se de forma centrípeta, outras de forma centrífuga (*idem*, 20).

4.5. O subúrbio no mundo

Um tema como é o da suburbanização dificilmente poderia não oferecer dificuldades de análise, nomeadamente quando ela incide sobre uma visão mais global em detrimento da localizada. Assim sendo, o processo de suburbanização comporta-se de modo muito díspar dependendo da parte do globo que queremos estudar. Além da já estafada oposição do subúrbio europeu ao norte-americano, podemos também opor o grande subúrbio emergente das cidades asiáticas ao subúrbio sul-americano, por exemplo. Em todos os casos estaremos a falar de subúrbios, e em todos os casos encontraremos diferenças profundas entre os vários fenómenos.

As realidades dos vários países e continentes ditam que estas diferenças existam. Há como que uma linha cronológica que influencia a forma como os processos de

suburbanização decorreram. Por um lado, e utilizando o período da revolução industrial como ponto inicial desta abordagem, pudemos assistir ao início do subúrbio moderno partindo de Londres no século XVII e XVIII (Marat-Mendes, 2006) e espalhando-se depois a outras cidades industriais em Inglaterra, como Manchester, por exemplo. Esse primeiro momento foi o da deslocação da burguesia bem estabelecida das cidades para o campo, uma espécie de fuga da cidade. No outro lado do atlântico, um pouco mais tarde, pode assistir-se a processos semelhantes em várias cidades norte-americanas, numa altura em que a industrialização assumia um caminho sem retorno e era a grande responsável pelas grandes alterações morfológicas a que muitas cidades eram sujeitas. Não podemos, contudo, esquecer que, em paralelo, as cidades norte-americanas assistiam a um afluxo significativo de população imigrante proveniente dos mais diversos sítios da Europa. Essa realidade foi bastante visível em Chicago e foi determinante para a chamada Escola de Chicago no início do séc. XX e de alguns dos seus académicos para estudarem a questão urbana de um ponto de vista sociológico muito assente no trabalho desenvolvido por alguns teóricos alemães como Simmel, Weber e Franklin (Rafael, 2009, 287). A atração que a cidade exercia sobre milhares de pessoas proporcionava aglomerações consideráveis de pessoas diferentes num mesmo espaço, tornando cidades como Chicago autênticos laboratórios de estudo social. É dessas mega aglomerações que fazem as cidades expandirem-se para os territórios no seu entorno que, gradualmente, se assistirá ao emergir dos subúrbios. E os problemas resultantes das aglomerações que as cidades americanas vão vendo surgir fazem com que a fuga para o espaço exterior à cidade seja visto como uma escapatória a esse ambiente de problemas sociais e de algum caos com que as grandes cidades vão vivendo. É isto que, em certa medida, conduz a que o subúrbio norte-americano tenha conseguido escapar à classificação de espaço menor, espaço abaixo da cidade, remetendo inclusivamente essa classificação para o centro das cidades, que foram ficando entregues às classes menos favorecidas. Os centros das cidades americanas foram, durante décadas, vistos como o território dos guetos, as zonas proibidas e perigosas que deviam ser evitadas. Contudo, a realidade nem sempre parecia confirmar esta ideia. Já nos anos 40 do século passado estudos realizados permitiram concluir que o estatuto económico dos residentes dos núcleos centrais das cidades era superior ao dos residentes dos subúrbios (McManus e Ethington 2007,

323). E mais tarde iria assistir-se aos processos de gentrificação dos espaços centrais das cidades, expulsando os residentes de menor rendimento e substituindo-os por novos residentes de maior condição económica. Este fenómeno, aliás, começa neste momento a ser tema de discussão também em Portugal, especialmente com os casos dos centros gentrificados de Lisboa e do Porto, que se vão transformando em espaços para turista com posses poder habitar, temporária ou permanentemente, expulsando quem neles viveu desde sempre e que lhes foi dando vida e trazendo algum oxigénio em todo o tempo em que essas zonas centrais não eram ainda moda e definham a cada dia. Fica, então, a ideia de que, mesmo nos EUA, os subúrbios não eram de tipo único, embora se deva reconhecer que a ideia do *american dream* traduzido na casa com jardim e garagem espaçosa continua a vingar e a nortear as opções residenciais de muitos americanos.

Na Europa, por sua vez, após o subúrbio ditado pela industrialização observaram-se algumas dinâmicas distintas do que sucedeu nos Estados Unidos. Em primeiro lugar, a indústria foi originando algumas cidades, mas nas que já existiam ela foi-se concentrando muito próximo dos centros, atrasando o surgimento dos subúrbios. O que se assistiu na Europa foi a uma permanente expansão do núcleo original que se foi espraiando para os territórios em seu redor de forma quase descontrolada, aumentando cada vez mais o perímetro da cidade. Em França, por exemplo, durante muito tempo não se assistiu ao fenómeno da suburbanização residencial provocada pela indústria, pois a transformação urbana haussmaniana do séc. XIX fez com que os parisienses não tivessem abandonado o centro da cidade, aproveitando os novos apartamentos que haviam sido construídos nas *boulevards* por Haussmann para aí se estabelecerem (Fishman 1989). Foi a indústria que teve de procurar o seu espaço fora da cidade. Só mais tarde, já no período entre guerras mundiais do séc. XX, é que a população da periferia de Paris aumentou significativamente, e em grande medida devido ao afluxo desmesurado de residentes, tornando a cidade pequena para albergar tanta gente (Teaford 2011). Os *grand ensembles* franceses (que foram surgindo um pouco por toda a Europa pós segunda guerra mundial, embora com outros nomes) permitiram albergar largos milhares de pessoas nos espaços em redor dos centros. Esta solução, que surgiu para acolher milhares de novos residentes que

chegavam às cidades, não eram, contudo, a solução desejada pelos seus utilizadores, ao contrário do que parecia ser a ideia dos seus planeadores. Em 1964, 66% dos parisienses assumiam que preferiam viver longe do centro numa casa unifamiliar a viver perto dele num *ensemble*, aproximando-se, dessa forma, do desejo pela vivenda unifamiliar no subúrbio espelhado pelos norte-americanos (*idem*, 24). Mas a contínua urbanização europeia faria com que os subúrbios se tornassem uma realidade um pouco por todo o lado. Apenas as formas diferiam. Nuns casos resultava da dinâmica do crescimento urbano de algumas cidades, noutros a forte reindustrialização do pós-guerra de alguns países ditava esse surgimento, noutros ainda era a urbanização planificada centralmente nos países pertencentes ao bloco de leste que atrasava ou condicionava o surgimento dos subúrbios. Em todos os casos, de forma mais ou menos vinculada, a suburbanização era um fenómeno indisfarçável servindo quer às aspirações da classe média que, numa linha americana, optava pela tranquilidade do campo para aí estabelecer a sua residência, quer pelo operariado das fábricas da cidade, que nas suas margens encontrava habitação compatível com os seus recursos económicos. Outros países houve em que estes processos se verificariam apenas mais tarde, sendo Portugal um desses exemplos. O facto de durante muito tempo ter permanecido um país profundamente rural foi um dos responsáveis por esta suburbanização tardia. E foi precisamente nas zonas mais industrializadas, especialmente dos arredores de Lisboa, que o êxodo rural de largas quantidades de pessoas fugidas dos campos do Alentejo e das Beiras para a cintura industrial da capital originou os primeiros grandes subúrbios, fenómeno mais tarde replicado também a norte nas imediações do Porto e depois ao redor de outras cidades.

Houve, no contexto europeu, pós segunda guerra mundial um aspeto que não foi observado nos EUA e que marcou de forma clara uma diferença entre o subúrbio deste lado e do lado de lá do atlântico. De facto, o estado-providência europeu e as políticas sociais criadas para acudir aos milhares de necessitados dessa ajuda foram essenciais para o surgimento dos *Grands Ensembles* e das *New Towns* (Nunes, 2011, 31). Naturalmente que os alvos dessas políticas de habitação eram as franjas da população com menos recursos, o que contribuiria para uma certa desqualificação desses espaços, ficando eles associados ao valor depreciativo do subúrbio, o que, como já

vimos, não sucedia nos EUA, onde a realidade era distinta. Daí que quando falamos em subúrbio europeu ele seja, efetivamente, visto como algo menor em relação à cidade principal. A ideia que vinga na Europa é que não habita no subúrbio quem quer, mas quem não consegue aceder à cidade. E aqui temos uma marca da suburbanização europeia que tem vingado durante décadas. O subúrbio europeu é depreciado, mesmo que, em muitos casos, de forma injustificada.

Vale a pena debruçarmo-nos, ainda que de forma breve, nos subúrbios sul-americanos, designadamente o brasileiro, que nos é mais familiar por uma questão de proximidade linguística e de contacto com a sua cultura. No caso brasileiro o subúrbio consegue assumir um papel ambivalente, sendo perçecionado como espaço inferior por uns e por espaço de privilegiados por outros, consoante estejamos a falar do subúrbio informal de casas construídas na senda das favelas das grandes metrópoles ou dos condomínios de luxo em espaços fechados localizados em espaços idílicos rodeados de natureza deslumbrante. Embora em clara maioria os do primeiro tipo, podemos encontrar subúrbios de classe alta nas imediações das grandes cidades, e que em tudo se afastam da imagem negativa que o subúrbio sul-americano desperta. Importa referir que no caso brasileiro as migrações para as cidades são um fenómeno relativamente recente, mas que foram acontecendo de forma explosiva ao longo dos últimos anos. Até aos anos 60 do século passado a maior parte da população brasileira era rural. Apenas a partir dessa altura se assistiu a um verdadeiro esvaziamento do mundo rural em direção à cidade e muito assente nos processos de formação das regiões metropolitanas (Brito 2006). Este afluxo incontrolável de milhões de novos urbanos provocou concentrações inimagináveis nalgumas cidades brasileiras, com São Paulo e Rio de Janeiro à cabeça. A solução encontrada para conseguir albergar tanta gente foi expandir a cidade até zonas muito distantes do que era o seu centro, estendendo-se a sua influência até aos municípios vizinhos. No caso brasileiro, e sul-americano em geral, são conhecidas as favelas com mega aglomerações de gente na proximidade das zonas centrais das cidades e dos subúrbios mais distantes. Em cada um dos casos, estas aglomerações densas e desorganizadas remetem de imediato para uma situação não muito positiva que, embora já imagem de marca, volta e meia inunda os media fruto da violência e problemas de insegurança, mais nos casos das

favelas do que propriamente dos subúrbios, diga-se. Verifica-se, contudo, no contexto brasileiro uma alteração dos crescimentos demográficos das metrópoles, com nítida desvantagem das capitais metropolitanas em relação às periferias (*idem*, 226). Conclui-se, portanto, que existe uma maior dinâmica de crescimento por parte das periferias, que vão conseguindo ganhar terreno aos centros metropolitanos, verificando-se como que uma periferização do fenómeno urbano brasileiro.

No caso asiático, e para concluir esta breve volta ao mundo, tal como já pudemos observar o afluxo de milhões de novos residentes traduz-se na criação de cidades novas, embora neste caso se continue ainda a falar em países muito rurais, resultado de décadas de políticas anti-urbanização (Friedmann 2005). Ainda assim, a partir dos anos 80, especialmente na China, houve uma mudança de paradigma, e a palavra de ordem passou a ser urbanizar, tendo sido removidas as barreiras a esse processo, pois as políticas governamentais passaram a ir no sentido de uma metropolização crescente que conduziu o país a uma posição internacional mais forte (Zhou e Logan 2004). Contudo, verifica-se um fenómeno que distingue o processo de suburbanização observado na China dos restantes processos, principalmente os que ocorreram no mundo ocidental, nomeadamente nos EUA (S. Lin 2014). O principal dado a reter da suburbanização chinesa é a que ela, ao contrário do que sucedeu nos Estados Unidos (e em grande medida também na Europa) não enfraqueceu os centros das cidades, antes contribuiu para o seu fortalecimento (*idem*). De facto, a partir do momento em que, a partir dos anos 80, fábricas e outras atividades foram deslocalizadas para as franjas das cidades na China, os centros beneficiaram de um investimento forte na terciarização. Enquanto a suburbanização norte-americana contou com a colaboração do governo para o incentivo ao desenvolvimento de teor capitalista da propriedade em redor das cidades, contribuindo esse mesmo governo para esse desenvolvimento com a construção das infraestruturas essenciais para que essa suburbanização pudesse ocorrer, entrando os diversos municípios em concorrência uns com os outros na oferta de melhores condições e incentivos fiscais para que empresas e particulares decidissem por os escolher para aí se fixarem, no caso da China é o governo que continua a assumir as rédeas do poder na cidade e nas periferias onde os subúrbios surgem (*idem*). O

sistema administrativo chinês tem os espaços rurais sob sua jurisdição, o que lhe permite continuar a aplicar o *hukou* aos novos residentes dos subúrbios construídos nas zonas rurais, fazendo com que os seus impostos continuem a reverter para a cidade (*ibidem*, 135). Isto tem contribuído para um revitalizar das cidades centrais, habitada pela classe média cada vez mais emergente e dotada de boas infraestruturas e condições de vida, destinando-se os subúrbios, por sua vez, aos trabalhadores menos qualificados e com menores condições económicas que chegam dos campos ou pelos operários que para lá foram acompanhando as fábricas deslocalizadas dos centros para a periferia (*ibidem*: 136).

A China, pelo menos por enquanto, vai assistindo a um tipo de suburbanização diferente do que pudemos observar ao longo do século XX e XXI um pouco por todo o mundo, um processo de suburbanização que não assenta no enfraquecimento do centro da cidade, e que acaba por se tornar mais central do que a própria cidade, mas antes num subúrbio que alimenta o seu fortalecimento.

Contudo, como muitas vezes sucede nos estudos sobre a urbanização, dependendo de quem se dedica ao estudo de determinado processo as conclusões podem variar. Ainda no referente à China podemos encontrar trabalhos que vão no sentido de valorizar o papel dos subúrbios. Um desses trabalhos apresenta-nos o processo de suburbanização de Pequim como seguindo um modelo de subúrbio orientado pelo mercado, seguindo o modelo norte-americano de subúrbio residencial de habitação de qualidade e dependente de carro próprio (Feng, Zhou, e Wu 2008). É-nos, portanto, apresentada uma tendência muito diferente da anterior, aborda-se aqui um tipo de subúrbio que aposta na captação de residentes de classe média, servidos por boas infraestruturas e zonas de lazer e comércio.

Interessa, por último, referir que os processos de suburbanização assumem diversas formas no sudeste asiático. Seria errado julgar-se que a realidade chinesa se replica por toda a região, pelo que será sempre passível de erro fazer generalizações de processos tão complexos como é o da suburbanização e que exigem sempre alguma cautela no seu estudo.

4.6. O Subúrbio em Portugal

O estudo do subúrbio em Portugal não tem sido alvo de muita atenção, incidindo os trabalhos disponíveis principalmente na metrópole de Lisboa. O facto é que Portugal assistiu a um arranque mais tardio do processo de suburbanização quando comparado com os outros países europeus, especialmente a decorrente da explosão suburbana europeia do pós-segunda guerra mundial ocorrida entre os anos 1945-1975, tendo, no caso nacional, esse fenómeno ocorrido cerca de uma década mais tarde (Pereira, 2004, 132). Para tal terão contribuído alguns fatores, como o mercado carácter rural do país, que se fez sentir até mais tarde quando comparado com as nações industriais do centro e norte da Europa.

A suburbanização portuguesa conheceu, ainda assim, várias fases. Em termos históricos, podemos considerar que as primeiras manifestações de suburbanização ocorreram ainda nos séculos XVII e XVIII com a “transformação da paisagem rural da envolvente de Lisboa [...] que deu por sua vez lugar à formação da paisagem suburbana de Lisboa contemporânea” (Marat-Mendes, 2006, 4). Este primeiro subúrbio era aquele que seguia o modelo inglês, materializado na construção de casas de veraneio para a nobreza que encontrava no campo um refúgio à vida na cidade (*ibidem*, 5). Só dois séculos mais tarde a verdadeira suburbanização (e não este tímido exercício da classe alta) viria a acontecer, mais concretamente a partir dos anos 50. É nessa altura que o país se industrializa visivelmente, nomeadamente em Lisboa. Esse crescimento começa a espalhar-se para os concelhos vizinhos e contribuirá para a formação da metrópole presidida pela capital do país. Numa primeira fase, essa expansão, nomeadamente a residencial, incidirá sobretudo nos concelhos adjacentes situados a norte de Lisboa, como nos casos de Algés, Amadora e Pontinha (M. Pereira 2004). A indústria, por sua vez, revelará uma preferência pela fixação no eixo Amadora-Sintra e Vila Franca de Xira (*idem*). Ainda segundo esta autora, a partir de 1965 a expansão urbana da capital vai estender-se até territórios mais longínquos, aproveitando a rede ferroviária que permitirá às populações facilidade de deslocação para a capital para trabalhar, e para fora dela para residir. Começam os primeiros subúrbios dormitório a tomar forma. Ora, esta dinâmica de construção de habitação

no exterior para fazer face ao constante afluxo de população nova à cidade de Lisboa vai coexistir, a partir de certa altura, com o fenómeno do esvaziamento do centro da cidade. Perante a quase ausência de políticas públicas de construção de habitação de tipo social na cidade, verifica-se o surgimento de habitação sem condições mínimas próximo da capital, coexistindo esta realidade com a alternativa da habitação com algumas condições que surgirá fruto da iniciativa privada que toma para si as rédeas da construção de habitação acessível às classes mais baixas, que não conseguem encontrar casa em Lisboa por não terem os meios económicos para procederem à sua aquisição ou arrendamento (Pereira, *idem*). Os *grand ensembles* nacionais surgem pela primeira vez em meados dos anos 50 em Olivais Norte e Olivais Sul, contrastando estes projetos, de iniciativa pública e elaborados por equipas especializadas compostas por arquitetos e urbanistas, da restante construção que se encontrava nos arredores de Lisboa, muita dela de carácter clandestino ou dinamizada por promotores privados, os chamados “patos bravos” (Nunes, 2011, 47), construção pouco cuidada e praticamente desprovida de qualquer estudo urbanístico. Nos anos 60, Lisboa e os seus concelhos limítrofes ultrapassam o milhão de pessoas, apontando para o surgimento da grande metrópole portuguesa (*idem*, 60). Mas será nos anos 70 que se assistirá a uma significativa invasão de novos residentes que afluem à metrópole de Lisboa, sendo nesta altura que os concelhos limítrofes da capital começam a suplantá-la em termos de densidade populacional, como sucedeu com o concelho da Amadora, por exemplo (Baptista e Silva Nunes 2004). A partir desta década, mais de metade da população da metrópole passa a viver nos subúrbios da capital. É a altura em que ao grande afluxo de gente que vem do país rural em direção à cidade se juntam também os muitos milhares de regressados das ex-colónias. Ainda nesta década, e fruto da quase ausência de leis e regulamentos que norteiem a construção de habitação tanto em Lisboa como na sua zona envolvente, grandes urbanizações legais, embora muito deficitárias em termos de infraestruturas e de equipamentos urbanos básicos, partilham o protagonismo com bairros de génese ilegal, sem condições mínimas de habitabilidade, construídos à imagem dos tristemente célebres *bidonville* franceses dos anos 60, sendo esta a herança com que o poder local saído da revolução de abril vai ter de se debater (M. Pereira 2004).

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 marca um momento importante para os processos de suburbanização nacionais. Aposta-se na construção de extensa rede viária que aproxima os grandes centros urbanos das suas periferias. Não apenas em Lisboa, mas um pouco por todo o país, o que anteriormente era longe passa a estar acessível. A necessidade de residir perto do centro - da cidade - deixa de ser um imperativo, pois, fruto das mudanças sociais, a população começa a ter acesso a carro próprio e a crédito fácil por parte da banca privatizada que empresta dinheiro com facilidade para a aquisição de casa própria fora dos grandes centros urbanos (*idem*). Lisboa vê os concelhos contíguos crescerem a cada ano que passa e a fazer-lhe concorrência na captação de novos residentes. Mas não é só a questão residencial que faz crescer os concelhos em redor de Lisboa. Muita da outrora forte indústria da cintura industrial de Lisboa encerra portas e assiste-se a uma cada vez maior terciarização dos subúrbios da capital com a construção de grandes centros comerciais, centros de escritórios e até de parques tecnológicos fora da cidade (*idem*). A capital ganha concorrência, tendência que prosseguirá e aumentará na década de noventa. Esta tendência de densificação de uns espaços e desdensificação de outros dá origem ao que alguns autores apelidam a “dança das densidades” (Jorge et al. 2016). Contudo, a perda de população do centro de Lisboa não faz com que ela perca importância (Xerez 2008). A habitação no centro da cidade permanecerá cara e inacessível para grande parte da população, que continuará a optar pelos subúrbios para aí encontrar a sua residência. Esta parece ser, aliás, uma tendência à qual se ia assistindo um pouco por todo o país. Ao mesmo tempo que centenas ou mesmo milhares de casas dos centros de Lisboa, Porto, Coimbra e outras cidades iam ficando devolutas, assistia-se ao êxodo de milhares de candidatos a ocupantes dessas mesmas casas para os subúrbios destas cidades. Estando o mercado da venda e arrendamento de habitação quase exclusivamente nas mãos de privados, tornava-se mais rentável construir novos prédios nos subúrbios, onde o terreno era mais barato e os municípios acolhiam com satisfação essa intenção de trazer novos residentes para os seus municípios, em detrimento da reconstrução e remodelação dos prédios antigos dos centros das cidades. Daí que as poucas apostas na requalificação urbana das habitações nos centros históricos acabassem por ser colocadas no mercado a preços totalmente inacessíveis a uma classe média com

poucos recursos e que não estava interessada em hipotecar o seu futuro numa casa com boa localização, mas na maior parte das vezes de pequena dimensão e preço demasiadamente elevado. Mas a perda de população da cidade não é sinónimo de perda de importância, pois é na capital que continua a estar o poder político e o poder económico, mantendo a cidade o seu papel cimeiro na hierarquia metropolitana e nacional.

Atualmente, a realidade metropolitana de Lisboa indica-nos que aí se concentra cerca de um quarto da população nacional (Baptista e Silva Nunes 2004). A sua capacidade de atração parece não ter diminuído, mesmo após anos de aposta em infraestruturas, nomeadamente viárias, um pouco por todo o país que visavam a construção de um país mais equilibrado, mas que se transformou num interior cada vez mais desertificado e num litoral cada vez mais povoado.

O facto de o centro de Lisboa ter perdido população residente em favor dos subúrbios tem implicações na realidade que vamos podendo assistir hoje, pois desprovida dos seus habitantes tradicionais, Lisboa é hoje uma cidade que, em contexto residencial, serve duas lógicas distintas: a do utilizador que vem de fora e a do residente que é de dentro. O que vem de fora é o que utiliza a cidade por motivos de trabalho ou lazer, o homem de negócios ou o turista que nela permanece apenas algum tempo. O que vem de dentro é o que a habita efetivamente e que vê a sua vida afetada pelos que vêm de fora e que fazem um uso diferente da cidade daquele que ele faz (Baptista e Silva Nunes, 2004, 92–93). A dinâmica à qual parecemos estar a assistir atualmente é a da tentativa de imposição de uma destas lógicas, nomeadamente a dos utilizadores, que se parece querer sobrepor à lógica dos residentes, afastando estes últimos para longe dos seus bairros para que eles possam ser transformados em espaços destinados aos utilizadores temporários da cidade. Isto parece também ser fruto dos processos de suburbanização que a cidade viveu nas últimas décadas e que fez afastar do seu centro muitos milhares de habitantes, dando oportunidade a que estas dinâmicas se manifestassem.

O processo de suburbanização do Porto praticamente está desprovido de estudos que permitam fazer a sua história. Da pouca produção encontrada, a

suburbanização no Porto parece remontar ao início do século XX, demonstrando os concelhos periféricos um dinamismo demográfico assinalável, com crescimentos sempre maiores do que os observados pelo próprio Porto (Vázquez, 1992, 191–192). Observa-se que a cidade do Porto foi assinalando decréscimos de população constantes desde os anos vinte e trinta do século passado, mas a periferia não teve, no mesmo período, crescimentos constantes, antes alternando entre períodos de maior e menor acréscimos populacionais (*idem*), embora sempre superiores aos do Porto cidade, pelo que foram estes territórios os responsáveis pelo travão ao seu crescimento populacional. O posterior investimento e instalação de infraestruturas de vulto nesses territórios circundantes ao Porto permitiu-lhes assumirem posições de destaque. Falamos de obras como o aeroporto, dos diversos parques empresariais e dos centros de congressos e de exposição que surgiram em cidades como Matosinhos, a Maia ou Santa Maria da Feira, por exemplo (Fernandes 2000). Estes espaços, em conjunto com outros de índole comercial e que se foram criando um pouco por todos os concelhos limítrofes da cidade da capital nortenha permitiram criar novas centralidades, permitindo diminuir o papel subalterno relativamente ao Porto, quer por via do acréscimo de população, e conseqüentemente dos votos, quer pelo aumento da dotação orçamental destas cidades, aquelas que formam a chamada “cidade periférica” no dizer de Fernandes (2000). Assim sendo, e embora o Porto continue a assumir o seu papel de grande referência do norte do país, o grande dinamismo industrial e empresarial de toda a área metropolitana e a particularidade de a AMP se encontrar entre duas regiões muito dinâmicas em termos económicos (Braga, a norte, Aveiro, a sul), formam um contínuo de urbanização com várias cidades com peso na hierarquia do sistema urbano nacional. É interessante observar este maior equilíbrio intermunicipal que se assiste a norte, ao ponto de se falar inclusivamente na ideia de fundir as duas maiores cidades da AMP, Porto de Gaia, numa só cidade, parecendo querer com esta proposta reforçar a ideia de que esta é uma área metropolitana policentrada e com forte autonomia funcional dos municípios mais urbanizados adjacentes ao Porto, como é o caso de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos, que só teria a ganhar com a criação de uma cidade de grande dimensão a nível nacional que só assim poderia fazer frente à capital do país (Fernandes, 2004, 71–73)

O Porto, especialmente o seu centro histórico, parece viver neste momento alguns episódios de gentrificação de alguns bairros resultantes de uma constante atratividade que a cidade tem conseguido nos últimos anos, resultando essa atratividade na aposta do setor da construção na reconstrução dos espaços centrais da cidade⁸. Este movimento gentrificador parece não ser estranho ao ritmo do desenvolvimento das cidades de urbanização madura que, historicamente, se vai traduzindo num relegar para um patamar inferior os complexos de habitação social (como os que existem em França), no empurrar de parte da sua população de classe média para fora da cidade central, centro esse que se vai degradando por falta de habitantes e que, mais tarde, acaba por ser repovoado já não pelos seus antigos residentes, mas por outros de maiores rendimentos e interesses diferentes dos seus. É a cidade dos diferentes ritmos, que se rende às diferentes tendências de cada momento a que Jaques Donzelot (2004) chama a cidade das três velocidades.

A suburbanização que se vive no Porto não difere, em génese, da que podemos observar a sul: historicamente não houve grande investimento público na habitação acessível para as classes mais baixas, tendo essa falta de casas a preços compatíveis com os rendimentos das pessoas feito com que muitas delas procurassem alternativas nos concelhos à volta do Porto. Contudo, elas não procuravam apenas casa mas também trabalho, fazendo com que o subúrbio dormitório, embora existente, não tivesse que ser necessariamente a marca identitária dos territórios envolventes da grande cidade, uma vez que existe vida autónoma em muitas das cidades que encontramos nos arredores do Porto.

Se no que respeita às duas áreas metropolitanas do país o tema da suburbanização tem merecido pouca ou nenhuma atenção, no que concerne ao resto do território os trabalhos existentes neste domínio são praticamente inexistentes. Contudo, com base numa análise do retrato estatístico das cidades portuguesas (INE 2014a) podemos concluir que o fenómeno da suburbanização não é um exclusivo das

⁸ Para a dinâmica da reconstrução de casas nos centros históricos, além do grande afluxo de turistas e da maior procura de habitação nesses locais por uma população mais jovem e menos disposta a aceitar trocar a cidade pelos subúrbios, poderá também ter contribuído a recente crise económica do início desta década em Portugal que fez estagnar o mercado da construção nova nas periferias das cidades, tendo os atores do negócio da construção dedicado maior atenção à recuperação dos espaços devolutos nas cidades, investimento mais avultado, mas de retorno financeiro também maior.

metrópoles nacionais, fazendo-se notar também noutros pontos do território, embora com dinâmicas diferentes. É visível que o país assiste a uma distribuição pouco equilibrada da sua população, com grande concentração no litoral e povoamento disperso no interior. Encontram-se, ainda assim, alguns pontos de maior concentração populacional distribuídos ao longo do território, normalmente afetos às capitais de distrito que funcionam como polos de atração. É, portanto, em redor destas cidades que encontramos também manifestações de suburbanização no resto do país, seguindo, por norma, o padrão de cidade principal que aglomera em seu redor e na sua dependência funcional outros territórios de menor dimensão.

Na costa litoral, mais especificamente na faixa que vai de Aveiro até Leiria, podemos observar duas dinâmicas diferentes. Encontramos, por um lado, Coimbra como motor de uma polaridade assente numa dinâmica de serviços e, por outro, Aveiro (a norte) e Leiria (a sul) como centros dinamizadores de polaridades de tipo urbano-industrial (DGOTDU, 2011, 35).

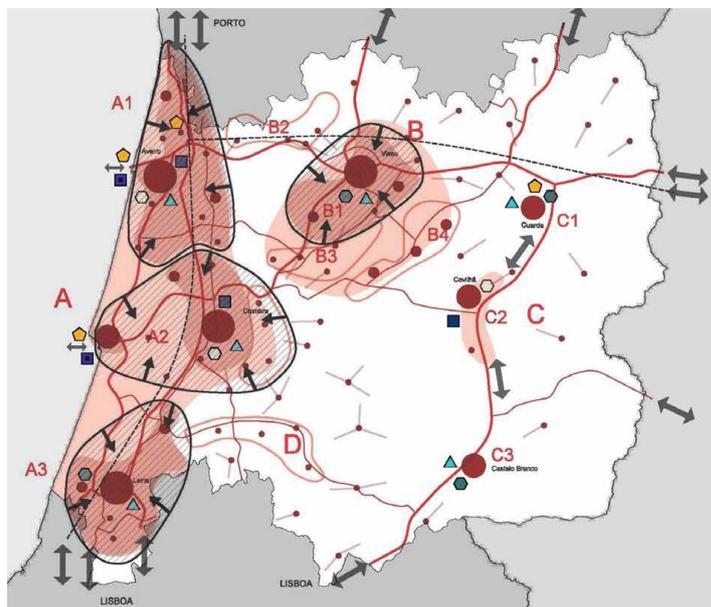


Figura 3 Modelo Territorial – Estrutura, Fonte (DGOTDU, 2011, 35, editada)

Temos, portanto, dois modelos diferentes de constelações urbanas na zona centro. De um lado Coimbra e os municípios envolventes de Montemor-o-Velho, Condeixa, Soure, Miranda do Corvo, Penacova e Lousã que atuam como fornecedores da mão-de-obra que os serviços públicos da cidade, especialmente os Hospitais da

Universidade de Coimbra, o maior empregador da região centro, atraem. O processo de suburbanização parece, portanto, fundar-se aqui numa dinâmica residencial. Do outro lado temos as constelações urbano-industriais de Aveiro e de Leiria que encontram manifestações de suburbanização nos concelhos em seu redor, mas neste caso já não tanto do tipo residencial, antes com a sua complementaridade funcional em termos industriais, como sucede com os concelhos de Ílhavo, Águeda e Vagos, a norte, e Marinha Grande e Pombal, a sul, tornando-os subúrbios com outra dinâmica e peso estratégico na economia da região, permitindo-lhes alguma autonomia em relação à cidade capital de distrito (DGOTDU 2011; Marques 2006).

No caso do presente trabalho, interessa-nos a realidade que se vive na constelação de emprego presidida por Coimbra, cidade que há muito perdeu parte significativa da sua indústria e que tem colocado a sua aposta no fornecimento de serviços, nomeadamente das áreas da saúde e da educação, observando o movimento diário de um número significativo de trabalhadores, muitos deles especializados, que pendulam entre a cidade (trabalho/estudo) e os subúrbios (residências). Será este aspeto que procuraremos detalhar na última parte desta dissertação.

4.7. Periferia e Subúrbio

Ao estudar o processo de suburbanização há uma questão que surge com alguma frequência e que se prende com a tendência que existe em tratar a periferia e o subúrbio como um único e mesmo elemento. Curiosamente, esta discussão faz-se em português, pois o francês chama à suburbanização *périurbanisation* (etimologicamente mais próximo de periferia, portanto), enquanto na língua inglesa encontramos *suburbanization* (mais próximo de subúrbio). Importa, então, perceber se, de facto, além da questão etimológica faz sentido estabelecer outras diferenças entre o subúrbio e a periferia.

Alguns autores têm procurado dar o seu contributo para a clarificação desta temática. Álvaro Domingues afirma, relativamente a esta questão, que “os conceitos de periferia urbana e subúrbio banalizaram-se de tal forma que é hoje difícil encontrar uma definição clara e consensual desses conceitos” (Domingues 1994, 5). Por norma,

quer se trate de subúrbio ou de periferia em ambos os casos associamo-los a algo ligado a um centro em relação ao qual eles estão afastados geograficamente, mas do qual dependem em termos funcionais, o que dita as suas conotações negativas (*idem*). Contudo, se entendermos o subúrbio como o espaço circundante do centro que, fruto das dinâmicas dos processos de urbanização, pode ser entendido como espaço suburbano temporário, até que não seja integrado no espaço central da cidade, podemos entendê-lo como um “espaço de rutura e de transição para a modernidade da cidade” (Soto 2008, 110). A periferia, por sua vez, pode ser entendida como o contrário de subúrbio, isto é, do espaço à margem da cidade e que é a negação do urbano, podendo, neste caso, ser entendida como o espaço da subordinação à cidade (*idem*). Esta visão assenta na opinião do sociólogo brasileiro José de Souza Martins (2008) e tem alimentado vasta discussão em torno da questão da distinção entre subúrbio e periferia. Para Martins, existe, desde logo, uma distinção de tipo espacial entre estes dois conceitos, pois o subúrbio foi-se construindo através de moradias em lotes de terreno generosos e com lugar para um quintal que permitisse aos seus proprietários manterem um vínculo com a sua origem rural, preservando no espaço urbano uma memória viva do rural. A periferia, por sua vez, corresponde ao que este sociólogo chama de “urbanização patológica”, a negação do urbano, a construção rendida à especulação imobiliária, feita de ruas estreitas, terrenos pequenos, de construção de baixa qualidade (Martins, 2008, 50). Esta opinião parece ser secundada por outros autores (Soto 2008; Burgos 2011) que entendem o subúrbio como espaço intermédio entre a cidade e o campo e a periferia como sinónimo de uma espécie de espaço anti-urbano, no sentido em que esta é percecionada como o espaço da exclusão.

Assim sendo, e de um ponto de vista geográfico, o subúrbio é o território intermédio entre o rural e o urbano e a periferia o espaço não urbano, mas ainda assim dependente do centro (Soto, 2008, 111). Esta distância para o centro pode, contudo, ser vista de formas distintas: de um lado a distância geográfica, do outro a distância sociológica (Domingues, 1994, 7). Nesta perspetiva, o subúrbio em termos sociológicos representará o que está marginalizado, representará a exclusão. E essa marginalização pode não coincidir com o espaço geográfico, uma vez que ela pode

existir (e existe) no centro, como sucede com os *guetos* americanos, por exemplo (*idem*).

O facto é que a literatura dedicada ao processo de formação da periferia tem procurado assentar não apenas na questão geográfica, espacial, mas também recorrido ao contributo sociológico, nomeadamente aos estudos urbanos (Burgos 2011). Na realidade, torna-se difícil afastar a aceção negativa do subúrbio quando esta temática é abordada, mesmo que a prática, como sucede com os *suburbia* norte americanos, venha contrariar essa ideia de espaço desvalorizado e habitado pelos excluídos do centro. Assim sendo, numa perspetiva geográfica o subúrbio será sempre um espaço à margem do centro, e na perspetiva sociológica ela poderá existir quer na margem quer no próprio centro (Domingues 2007).

No contexto europeu, a aceção negativa que o subúrbio carrega consigo dever-se-á a uma certa coincidência de espaços (geográfico e sociológico), visto que os grandes bairros sociais foram sendo construídos ao redor dos centros, tornando-se com o tempo conhecidos como lugares pouco atrativos e muitas vezes desprovidos das infraestruturas que deviam fazer parte do que se entendia por urbano. Estes espaços eram também vistos como locais de “reprodução dos grupos sociais” que lá habitavam (Corrêa, 1986, 76), o que reforçava a imagem negativa deles⁹. Nem sempre, contudo, a realidade confirma estas perceções.

As dinâmicas de urbanização, nomeadamente em Portugal, foram gerando subúrbios (e aqui mesclamos o geográfico com o sociológico) de dois tipos: os “subúrbios-margem” (densificados, sub-infraestruturados, muitas vezes clandestinos) e os “subúrbios jardim”, de génese legal, com loteamentos para moradias e com infraestruturização (Luís Soares *apud* Mateus, 2011, 650). Observamos, então, que os processos de urbanização que se traduzem na expansão da cidade afetam espaços diferentes e fazem-se de forma diferente, pelo que há que identificá-los de forma diversa.

⁹ No caso do subúrbio desqualificado. Caso se trate do subúrbio qualificado, essa reprodução dos grupos sociais irá, à partida, no sentido positivo.

Podemos, então, entender o subúrbio como o espaço em transição, ainda não urbano, mas também não rural; um território que pode ascender à categoria de integrante da cidade e que apresenta já muitos elementos do espaço urbano, elementos que convivem com imensos vestígios rurais.

No caso da periferia, ela poderá ser entendida como o espaço que se encontra distante do centro, não urbano, embora potencialmente urbanizável, tendência que a facilidade de deslocação permitida pelo transporte individual tornou acessível a cada vez mais gente, fazendo com que os limites da cidade medida pelas suas extremidades periféricas aumentem a cada dia.

Para quem estuda os processos de urbanização, o alargamento dos limites da cidade para os espaços anteriormente não urbanos e a sua consequente transformação são realidades incontornáveis. Esses processos, contudo, não se processam de forma igual em todo o lado, pois intervêm em espaços diferentes. A forma e a intensidade como esses espaços se transformam faz com que esses processos tenham designações diferentes. É nesse sentido que podemos falar em suburbanização, periurbanização e *rurbanização*, dependendo do tipo de espacialidade envolvida no processo (Mateus, 2011).

No que respeita à suburbanização, ela caracteriza-se pelo “processo de mudança que ocorre na imediata envolvência rural além dos limites urbanos, [e] está associada à expansão urbana e às mobilidades residenciais, funcionais e económicas daí decorrentes” (*idem*). Este processo pode ser motivado pela deslocação de unidades fabris ou comerciais para o entorno próximo da cidade que leva consigo os seus trabalhadores, ou pela deslocação voluntária dos novos residentes para esses espaços. De qualquer forma, falamos no espaço mais próximo ao centro e que vai sendo como que contagiado por ele, sendo transformado em espaço urbano de continuidade.

Temos depois a periurbanização. A cada vez maior facilidade de deslocação, principalmente a que se baseia no transporte individual, vai permitir que a área de influência da cidade se faça notar em espaços nitidamente não urbanos, mas que passam a incorporar elementos urbanos, quer por via do emprego, quer por via residencial e que provocam o crescimento de algumas áreas rurais com maior

acessibilidade ao centro (*idem*). Passamos, então, a assistir a espaços rurais com marcas urbanas em territórios distantes do centro, intercalando baixas densidades com pontos de alguma densidade de construção e população, embora ainda e sempre em espaço eminentemente rural.

Maria Mateus (2011) fala-nos também em *rurbanização*. Este fenómeno caracteriza-se por uma afluência de população alógena, por norma constituída por ex-citadinos, a territórios que não são os seus de origem, e que essas pessoas acabam por transformar ao levarem consigo novos hábitos e exigências para esses locais¹⁰. Paradoxalmente, o que leva muitas delas a procurar esses espaços é, precisamente, a fuga à cidade e às suas desvantagens, como sejam a grande densidade, o trânsito caótico, a falta de sossego e as habitações pequenas. No espaço *rurbano* têm a possibilidade de encontrar o que a cidade não lhes permite: terreno para construir a sua moradia à sua vontade, vida tranquila e sossego. Mas nem todos os ex-citadinos conseguem libertar-se dos hábitos da cidade e acabam por renunciar mais tarde a esta opção (*idem*). Mas tendemos a achar que os *rurbanos* não fazem a sua escolha apenas por uma questão voluntária, antes são obrigados a optar por uma solução que lhes permite fazer coincidir alguma qualidade de vida com a possibilidade de continuar ligados à cidade. Importa saber se a opção *rurbana* é maioritariamente voluntária ou forçada pelas leis do mercado imobiliário, que afasta estes citadinos para os territórios periféricos. Estas três realidades traduzem-se em morfologias distintas, que implicam com a paisagem dos espaços, como as imagens seguintes pretendem ilustrar¹¹:

¹⁰ É neste momento que podem surgir conflitos entre a população “invasora” e a autóctone, especialmente nos espaços rurbanizados. Os hábitos dos citadinos nem sempre se adaptam aos das zonas rurais que eles contribuem para transformar em urbanas. Um dos exemplos pode ser dado com o hábito das populações de carácter rural fazerem queimadas com material resultante das podas de árvores e limpeza das propriedades que é efetuada por altura do outono. Estas queimadas vão produzir fumo que entrará nos prédios que circundam os campos, situação que causa desagrado à população alógena, que vê o cheiro invadir-lhes a casa e que os impede de atos como o de secar roupa ao sol. Surge, neste momento, a questão de saber se é o autóctone que está errado por fazer o que sempre fez ou o alógeno por querer impor novos hábitos a um espaço que até há pouco tempo não era o seu.

¹¹ As três fotografias foram feitas na mesma varanda de um prédio em Condeixa, o que atesta a diversidade de paisagens que podem conviver num espaço em processo de rurbanização.

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre Condeixa-a-Nova



Imagem 2 exemplo de paisagem rural, fotografia do autor



Imagem 3 exemplo paisagem urbana, fotografia do autor



Imagem 4 exemplo de paisagem rurbana, fotografia do autor

4.8. Pós-Subúrbio

Um dos temas que vai surgindo amiúde na literatura relativa aos processos de urbanização é o Pós-Subúrbio. A definição de Pós-Subúrbio é complexa e propícia a diversas interpretações.

A pós-suburbanização pode ser abordada como um fenómeno decorrente da descentralização das cidades principais. Com o emergir de novas centralidades nos espaços próximos a essas aglomerações, e a sua fragmentação em novos polos, essas novas realidades urbanas tornam-se policentradas e os papéis tradicionais de um centro hierarquicamente estruturador e de periferias dependentes modificam-se.

Nas últimas décadas, temos podido verificar esse reconfigurar dos papéis, assistindo à descentralização de atividades económicas em muitas cidades como resultado da suburbanização da população, passando a haver uma partilha do espaço suburbano outrora residencial com outras funções, nomeadamente as de carácter económico resultante da deslocalização de atividades de grande ocupação de espaço e também pelo acompanhar dos fluxos de pessoas que procuram essas áreas, criando a necessidade de satisfação de serviços que antes só encontravam na cidade central (Burdack e Hesse 2007). Esta dinâmica tem contribuído para que algumas áreas suburbanas, fruto da sua maior densificação e da diversificação de funções, deixem de assumir o papel de subúrbio residencial e passem a ser cada vez mais parecidas com as cidades (*idem*). Desta forma, pode procurar definir-se a pós-suburbanização como sendo a junção da função residencial do subúrbio a outras funções de carácter económico, proporcionando-lhe um misto de usos e uma crescente autonomia relativamente aos centros próximos, que pode inclusivamente culminar em independência relativamente aos mesmos (Musil 2007). Este processo tem sido mais visível nos EUA, e isso poderá dever-se ao facto de os seus subúrbios terem ali sempre conseguido níveis de crescimento de emprego mais acentuados, possibilitando essa emancipação relativamente ao núcleo, sendo ela determinante para a reconfiguração do jogo de forças entre o centro e a periferia (*idem*).

Ao longo dos tempos, a visão estereotipada da homogeneidade suburbana ancorada na função residencial tem sido como que uma imagem de marca dos

subúrbios. Contudo, afirma-se estarmos a assistir a um novo processo de urbanização traduzido nos pós-subúrbios enquanto espaços que atraem empresas, geram emprego, reduzem a comutação dos seus residentes com a cidade principal, em suma, autonomizam-se (Phepls & Wu, 2011). Neste novo tempo, a outrora ligação de dependência quase exclusiva do subúrbio à cidade central vai estando ultrapassada, pois as funções e as atividades podem migrar para qualquer lugar (Teaford, 2011, 16). Embora alguns subúrbios mantenham quase exclusivamente o seu caráter residencial, outros há que procuram alargar as suas valências, procurando atrair comércio, indústria e serviços (Phepls & Wu, 2011, 7). Os subúrbios que o conseguem atingem, dessa forma, um novo patamar, transformando-se em espaços intermédios, por vezes algo indistintos, entre a cidade e o subúrbio, não sendo ainda cidade, mas também já não sendo apenas um subúrbio (*idem*).

No seguimento do aparecimento destes novos nós ou polos económicos, têm surgido vários conceitos para os tentar caracterizar, como sejam *edge city*, *tecnourb* ou *exopolis*, por exemplo (Burdack e Hesse 2007). Em todos estes casos não deixamos de falar de subúrbios, embora alguns desses espaços consigam assumir papéis importantes para o funcionamento das dinâmicas urbanas onde se inserem. Continua, contudo, a ser difícil descartar o pendor negativo de subúrbio, mesmo quando falamos nestes novos espaços autonomizados. Num trabalho sobre os *boomburbs* identificam-se cinquenta termos que remetem para tipos de subúrbios, alguns deles com sentidos depreciativos como as que podemos encontrar em *anticity*, *city a la carte*, *disurb*, *minicity*, *mini-downtown*, *outer-city*, *outtown*, *rururbia*, *servurb*, *slurb* ou *subcenter*, por exemplo (Lang & Furgy, 2007, 13). Essa desvalorização, especialmente na realidade norte-americana, onde uma percentagem muito significativa da população vive e trabalha já nos subúrbios, é cada vez mais colocada em causa, abundando exemplos de subúrbios que não só se autonomizaram das cidades das quais dependiam como inclusivamente até já as ultrapassaram quer em termos de população, quer em termos de importância regional.

Na Europa, por sua vez, esta realidade não é tão visível quanto aquilo que sucede nos EUA. Isso deve-se, em parte, à forma diferente como a suburbanização se foi processando no nosso continente. Não existem ainda muitos casos de subúrbios que

tenham conseguido esgotar o papel polarizador das cidades centrais, embora nalguns casos já consigam, pelo menos, rivalizar com elas. Na Europa, ao contrário dos EUA, o maior papel regulador do estado foi permitindo que as cidades principais mantivessem o seu papel na hierarquia urbana (N. Phelps, Parsons, Ballas, & Dowling, 2006, 29). Contudo, existe já a noção nas cidades europeias de que as cidades centrais necessitam das suas periferias para se desenvolverem e para conseguirem manter o seu lugar no *ranking* urbano, um pouco ao contrário dos EUA onde a periferia não só se autonomiza do centro como acaba até por o organizar (*ibidem*, 28-29).

Observamos, portanto, que alguns subúrbios se têm conseguido transformar em espaços independentes do centro, assumindo papéis que não tinham aquando da sua génese e que vieram reordenar o tabuleiro urbano em termos de equilíbrio de forças. Esta questão torna-se importante, pois contribui para o redesenho do sistema urbano de países e de regiões.

Em Portugal não há muitos exemplos de subúrbios que tenham conseguido sobrepor-se às cidades das quais elas se tornaram território acessório. Mas, como já tivemos oportunidade de observar na parte respeitante à suburbanização em Portugal, na AMP verifica-se já um maior equilíbrio de forças do que aquele que se vive, por exemplo, na AML. Importa não esquecer que este jogo é dinâmico, e estes processos vão sendo modificados. Veja-se, por exemplo, o caso muitas vezes apresentado de Croydon, o maior subúrbio londrino, que começou por ser dormitório da capital inglesa, tendo depois conseguido atrair muitas empresas, tornando-se um importante centro de escritórios da cidade, um verdadeiro complemento multifuncional de Londres, vivendo no presente um momento de inversão, uma vez que os seus edifícios de escritórios e as suas infraestruturas começam a acusar o peso da idade (têm já cerca de 40 anos) e a perder terreno para outros subúrbios mais recentes, antevendo-se que o futuro próximo volte a ser o de dormitório de Londres («Croydon- Dormitory Town?», 2015; Phelps et al., 2006)

Embora não nos pareça haver grandes possibilidades de surgimento de pós-subúrbios, na forma como os vimos nos parágrafos anteriores, em Portugal, parece, contudo, ser interessante poder estudar-se até que ponto a redefinição do papel dos

subúrbios das cidades médias, para entrarmos numa escala mais próxima da nossa realidade, pode contribuir para uma alteração do sistema urbano regional e nacional, principalmente no que respeita às sinergias intermunicípio e no equilibrar de forças no mosaico urbano com a possibilidade de surgimento de novas centralidades em complemento das já existentes.

5. CIDADES-DORMITÓRIO

5.1. Cidades-Dormitório

O estudo das cidades-dormitório não tem merecido especial atenção, resumindo-se a sua abordagem a esparsos trabalhos, a maior parte das vezes incluídos no estudo da questão metropolitana.

A literatura de origem anglo-saxónica não tem um nome específico para se referir às cidades-dormitório, podendo elas ser designadas por *dormitory towns*, *residential cities* ou *satellite cities*. Na língua alemã temos a *Schlafstadt*, literalmente *cidade-dormitório*, mas muito raramente é possível encontrarmos um trabalho que lhe seja dedicado em exclusividade. No caso francês, por norma as cidades-dormitório são tratadas juntamente com os *banlieues*, o que, desde logo, lhes confere um sentido pejorativo. Da mesma forma, no caso brasileiro, onde encontramos mais trabalhos sobre este tema, as cidades-dormitório são também vistas de forma não muito abonatória, sendo associadas às periferias pobres e subinfraestruturadas das metrópoles, mas aqui, reconheça-se, existe alguma produção escrita sobre o assunto, sobressaindo o nome do sociólogo Ricardo Ojima como autor da maior parte dos estudos sobre o assunto (Ojima et al. 2008; Ojima, Silva, e Pereira 2007; Ojima, Monteiro, e Nascimento 2015; Ojima et al. 2010).

O carácter menos abonatório destes espaços não é generalizado, fazendo-se sentir mais nos países de industrialização tardia, uma vez que estes não foram capazes de suprir as necessidades de habitação aos milhares de novos trabalhadores que se dirigiam dos campos para as cidades, remetendo-os para as periferias onde eles encontravam o solo a preços mais acessíveis, embora desprovidos de praticamente todas as infraestruturas e serviços que podiam encontrar na cidade, cujo acesso lhes era praticamente vedado dada a sua condição económica (Ojima, Monteiro, e Nascimento 2015). Noutros países, nomeadamente nos EUA, as cidades-dormitório estiveram sempre associadas ao *suburbia*, isto é, ao espaço exterior à cidade onde a classe média podia cumprir o seu sonho de ter acesso a uma casa individual e espaço para criar os filhos e viver o *american dream*. Conclui-se que a imagem negativa das

idades-dormitório não pode ser generalizada pois, historicamente, tem conhecido dinâmicas diferentes.

5.2. Os critérios de uma cidade-dormitório

Independentemente do seu cunho positivo ou negativo, parece resultar certo que as cidades-dormitório têm um denominador comum que se prende com a mobilidade pendular, critério primeiro para concluir se determinada área se inclui ou não na categoria de dormitório. O saldo positivo ou negativo de entradas e saídas de uma cidade determina se ela se enquadra ou não no estatuto de cidade-dormitório (Aranha, 2005. 99). Para tal terá o fluxo de saídas de ser superior ao de entradas. Contudo, a este critério junta-se um outro que é o da funcionalidade da cidade em causa, ou melhor, da existência de uma prevalência de monofuncionalidade assente na questão residencial.

As cidades-dormitório são, por definição, espaços onde parte significativa da população vai dormir, ausentando-se durante o dia para trabalhar ou estudar noutra município, algo parecido com dormir fora em casa.

O tema das cidades dormitório, contudo, é um pouco mais complexo e não deve ser analisado apenas com a ligeireza da abordagem dos critérios de saldos de entradas e saídas. Facilmente, encontramos cidades que apresentam saldo negativo de deslocamentos pendulares (ou seja, veem sair mais gente do que aquela que entra no município) sem que com isso possamos taxativamente afirmar que se trata de um dormitório.

5.3. Cidades-Dormitório em transformação

Existe a tendência para considerar as cidades dormitório como espaços menores e de condição fixa, ou seja, dormitório uma vez dormitório para sempre. Como já tivemos oportunidade de ver quando falámos dos pós-subúrbios, as cidades-dormitório monofuncionais e totalmente dependentes de um centro não são uma condição permanente, uma vez que as próprias dinâmicas dos processos de urbanização permitem que a cada momento elas possam dotar-se de centralidades,

modificando a sua condição. Outro erro é o de as associar quase sempre às áreas metropolitanas, uma vez que, como faz notar Ricardo Ojima, desde 2000 que, por exemplo no Brasil, apenas 40% dos municípios com elevada percentagem de movimentos pendulares se situa nas regiões metropolitanas (Ojima et al. 2010). Da mesma forma, não é correto generalizar que as cidades-dormitório são espaços subinfraestruturados e habitados essencialmente por gente de classe baixa. Esta ideia, muito presente na América do Sul, foi sempre contrariada quer pela realidade norte-americana quer pela europeia, que não encontrou nas cidades-dormitório necessariamente um assentamento de gente desfavorecida. As novas dinâmicas de consumo do espaço periférico, nomeadamente no Brasil, têm feito com que esta cidade pobre e estigmatizada do passado já não se faça sentir da mesma forma no presente (Ojima, Monteiro, e Nascimento 2015). Atualmente, podemos encontrar no Brasil exemplos de cidades-dormitório constituídas por condomínios fechados para classe alta e que se opõem a esta ideia de espaços depreciados, como sucede com o caso de Valinhos, por exemplo, que se transformou num dormitório de luxo de Campinas (Miglioranza e Cunha 2006; Ojima et al. 2008). Da mesma forma, podemos também encontrar as cidades-dormitório como alternativa ao centro, como acontece com o caso da cidade de Cubatão, também no Brasil, polo industrial e fornecedor de empregos, mas que, devido aos problemas relacionados com a poluição, empurrou os seus trabalhadores para a periferia, onde encontraram melhores condições para residência. Neste caso, temos um exemplo onde o centro se tornou margem (Ojima et al. 2008). Há ainda casos de cidades que começaram como dormitório, mas que viram o seu estatuto modificar-se para cidades autónomas, fruto de transformações socioeconómicas que permitiram a sua autonomização em relação às cidades das quais começaram por ser dormitórios, como sucedeu com o caso de Aparecida de Goiânia, (Pinto 2005).

5.4. As razões para a escolha do local de residência

A busca pelas cidades-dormitório como local de residência tem variado, dependendo da altura e do país que estamos a estudar. Se no Brasil até aos anos 80 do século passado a escolha era forçada, pois não restava outra alternativa a quem necessitava de ir viver para perto da cidade fornecedora de emprego, nas últimas décadas já vão entrando na equação outros critérios que não apenas os económicos, pesando a questão do ambiente, da fuga à confusão da cidade, da possibilidade do contacto com a natureza, tudo isto apoiado na possibilidade de se recorrer ao transporte individual ou coletivo que permita o acesso relativamente rápido ao local de emprego.

As escolhas de residência podem ancorar-se em duas correntes teóricas: o ciclo de vida e racionalidade económica, por um lado; a abordagem biográfica e relacional, por outro (S. M. Pereira e Marques 2011). Neste sentido, podemos encontrar nestas correntes teóricas alguma explicação para entender o que leva as pessoas a escolherem os locais de residência. A abordagem do ciclo de vida e da racionalidade económica parece ser determinante para a opção pelas cidades dormitório, especialmente quando falamos de jovens casais em início de vida e que pensam em ter filhos, necessitando de uma casa maior, algo que não conseguem encontrar ou manter na cidade principal, optando pela periferia mais ou menos próxima e que lhes permitirá aí encontrar habitação compatível com os seus rendimentos. Esta abordagem parece ser aquela que está mais presente nos novos residentes das cidades-dormitório, quer nas duas grandes áreas metropolitanas nacionais, mas também nas imediações das cidades médias. Existe também a abordagem biográfica e relacional, que explica a vontade de o indivíduo encontrar a residência nos seus locais familiares, nos espaços com os quais tem ligações afetivas e identitárias e onde decide permanecer, pois não lhe interessa ser um estranho noutra sítio qualquer.

Estas abordagens assumem importância para a compreensão das escolhas dos locais de residência, especialmente se dermos atenção ao papel que a segunda abordagem, a biográfica e relacional, assume para a decisão de alguns residentes de espaços-dormitório para regressarem aos seus locais de origem após alguns anos a

residir fora, mesmo que para isso tenham de ser obrigados a fazer um maior esforço económico.

A decisão de escolha de habitação segue, por norma, os mesmos critérios de aquisição de outro produto (Schwanen e Mokhtarian 2005). É normalmente o poder económico individual que rege a escolha da habitação e do local. O poder do mercado exerce, portanto, influência tanto na mobilidade como na fixação das pessoas (Kellermann 2006). Contudo, há que considerar que, no caso das cidades-dormitório, as escolhas podem ser de cariz voluntário (o indivíduo, fruto da evolução da sua carreira profissional, decide fazer uso do seu rendimento e prefere ter uma casa maior fora do centro do que viver num espaço apertado na cidade) ou forçado (devido à elevada especulação imobiliária praticada nos centros, o indivíduo vê-se obrigado e ir para a periferia, onde as casas são mais baratas, embora a sua primeira opção fosse continuar a residir no centro).

Em grande parte dos casos, é a capacidade económica das pessoas que dita se a escolha final pelo local de habitação vai ao encontro da sua primeira opção ou se, pelo contrário, os afasta para outro local por não poderem suportar os custos de aquisição ou arrendamento de uma casa na cidade. Mesmo nos casos de pendularidade voluntária observa-se o chamado *commuting paradox*, isto é, uma menor satisfação com a qualidade de vida, como um estudo feito na Alemanha parece comprovar (Stutzer e Frey 2007). Os locais ancorados apenas na função residencial obrigam a frequentes deslocações entre o local de residência e de trabalho ou lazer, pelo que a insatisfação com a qualidade de vida dos indivíduos tem tendência a aumentar (*idem*).

Os estudos apontam que, por norma, os residentes das cidades-dormitório começam por procurar casa nas cidades e são os motivos económicos que acabam por os enviar para as periferias (Bauer, Holz-Rau, e Scheiner 2005). Contudo, o que à partida era uma forma de encontrar habitação compatível com os seus rendimentos acaba, muitas vezes, por se revelar uma opção errada, pois a maior distância ao local de trabalho e aos serviços que utilizam frequentemente no dia-a-dia faz com que haja um acréscimo de despesas que inicialmente não tinham sido contabilizadas. Essas despesas traduzem-se na necessidade de aquisição de uma segunda viatura, quando a

opção é a deslocação em transporte individual. Por outro lado, o constante movimento de idas e voltas para a cidade, muitas vezes mais do que uma vez por dia, provocam também um acréscimo das despesas. Estima-se que cerca de 80% dos indivíduos que optam por ir viver para a periferia passam a ter mais despesa do que aquela que tinham antes de terem feito essa opção, pelo que a escolha por residir afastado do local de trabalho nem sempre é sinónimo de poupança (*idem*).

5.5. Quando os papéis se invertem

As cidades-dormitório estão muito associadas à dicotomia centro-periferia, sendo-lhe reservado um papel de dependência em relação ao centro, que é quem gera emprego e fornece serviços. Tal abordagem deve-se, como já vimos, aos critérios que norteiam a definição de cidade-dormitório, assentes no fluxo de entradas e saídas de população. Num curioso texto publicado numa revista alemã, Stefanie e Philipp Oswalt (2011) designam Berlim como sendo uma cidade-dormitório, pois ela, ao contrário de outras capitais europeias, não fornece empregos, oferecendo antes habitação a preços acessíveis para uma população de artistas e de intelectuais que aí encontram uma cidade interessante para viver e para ser vivida (*idem*). Alex Marshall no seu livro *How cities Work?* procura dar a ideia de que a cidade e o subúrbio trocaram de papéis, tendo a outrora cidade confusa e impessoal passado a significar ordem e comunidade e o seu subúrbio, antes espaço calmo e pequeno, essencialmente residencial, passado a ser sinónimo de mudança, gigantismo e mercado (Marshall 2000, 87). Utilizando como suporte para as suas ideias um subúrbio de San Antonio nos EUA, o autor procura explicar que muitas das cidades antes centrais foram perdendo esse papel em detrimento de alguns dos seus subúrbios, algo muito presente na realidade norte-americana (*idem*). No caso europeu, a troca de papéis funciona em sentido contrário, isto é, a periferia atrai e o centro repulsa, apresentando Marshall o exemplo de Copenhaga que tem visto a classe média da cidade migrar para os subúrbios, uma espécie de *suburbia* de Fishman (1989), deixando o centro da cidade para os estudantes, os pobres e os desempregados, ficando a cidade com as habitações mais antigas e menos dotadas (Marshall 2000, 93).

Cruzam-se aqui duas visões de subúrbio distintas: a americana e a europeia. Embora a níveis diferentes, é um facto que os subúrbios, e consequentemente as cidades-dormitório, estão em constante mutação, pelo que as alterações sugeridas por Marshall podem, em certa medida, ter alguma sustentação, aligeirando-se o papel centralizador de uns espaços em favor do reforço de outros na sua área de influência. Contudo, dificilmente os subúrbios, mesmo que consigam autonomia em relação ao centro, se libertam do domínio desse centro, especialmente na Europa, onde as periferias têm grande dificuldade em conseguirem atrair a concentração do capital e da finança global (Dumont e Hellier 2010, 11), não deixando de ser espaços sob domínio de outro.

5.6. Cidades-dormitório e *Millennials*

Num futuro próximo, em que serão os *Millennials*¹² a desempenhar um papel importante nas tendências da habitação, a continuação de crescimento e de surgimento de novas cidades-dormitório poderá estar em questão. Não é que a força do mercado imobiliário nas periferias se vá desfazer, mas há indicações que a geração *Millennial* tem outros interesses e objetivos que diferem das que a antecederam. Esta geração vai indicando que poderá ser um fator importante para a revitalização e repovoamento das cidades centrais, pois não se importam de adquirir ou arrendar casas mais pequenas, desde que perto do centro e fora do subúrbio (Expresso 2017). Menos direcionados para constituir famílias com filhos e mais interessados em colocar a carreira profissional em primeiro lugar e com grande consumo de cultura, os *Millennials* não parecem querer abdicar de viver fora do centro das cidades, ainda que para tal tenham de partilhar casa com amigos para contornarem os obstáculos de índole económico.

A ideia de que os subúrbios residenciais estão em risco não é novidade. Há alguns anos que autores vêm alertando para o declínio de alguns desses subúrbios e para a revitalização dos centros de algumas cidades (Lucy e Phillips 2000). O problema parece assentar no facto de muitos subúrbios residenciais terem atingido a sua maturidade e estarem em declínio, não conseguindo ombrear com as cidades quando

¹² *Millennial* são os nascidos entre 1980 e 2000

se trata de atraírem investimentos para a sua revitalização. Também em Portugal se assiste a políticas públicas que vão no sentido de revitalizar os centros das cidades principais, havendo uma tendência para desvalorizar as mesmas intervenções nos centros degradados dos subúrbios (J. Gonçalves, Da Costa, e Abreu 2015).

A atenção às cidades não se faz sentir só na Europa. Também nos EUA se assiste a um maior interesse pelo regresso à cidade. As qualidades negativas dos subúrbios e os investimentos e criação de soluções fiscais que tornem mais atrativa a opção pela cidade em detrimento do subúrbio poderão, a breve prazo, ditar um novo paradigma de regresso à cidade em detrimento dos subúrbios (Kotkin 2005; Acolin, Voith, e Watcher 2016). Embora mais de metade da população do país habite nos subúrbios, assiste-se nos últimos anos à chamada crise suburbana que se traduz num assinalável movimento de regresso à cidade (Florida 2017). O subúrbio americano tem-se deteriorado e vai sendo ocupado pelas classes desfavorecidas que não têm condições para habitar os centros gentrificados das cidades (idem). Assiste-se, portanto, a uma mudança de paradigma.

6. LIGAÇÃO AO LUGAR

6.1. Imagens do Lugar

Os lugares têm influência sobre os indivíduos. Uma vez ela pode ser de índole positiva ou negativa, conduzindo à valorização ou estigmatização dos indivíduos. A estigmatização decorrente dos lugares é um assunto que tem merecido atenção (Wacquant 2007). Um espaço rotulado como sendo desfavorecido, problemático e degradado conduz facilmente à ideia de que quem lá vive partilha destas características.

O espaço suburbano tem apetência para ser visto como espaço menor quando comparado com a cidade. Nesse sentido, quem mora nos subúrbios pode facilmente ser rotulado como um urbano de segunda, pois não se inclui no centro, no espaço principal. Há a tendência para considerar que o espaço social se retraduz no espaço físico (Bourdieu 1997). Mas não deve ser assumido que os lugares estão, por natureza, predestinados à pobreza, pois ela é fruto de uma série de processos que faz com que os espaços acabem por se tornar desfavorecidos, como o défice de infraestruturas, a falta de serviços, etc (Sélimanovski e Catherine 2009). Intervenções nesses espaços podem conduzir à sua alteração de estatuto. A gentrificação parece atestar esta ideia, transformando espaços desvalorizados noutros considerados enobrecidos. Desta forma, o consumo ostentatório do espaço pode refletir a ostentação do poder, e da mesma forma “a posição de um agente no espaço social pode exprimir-se pelo espaço físico em que ele se situa” (Bourdieu 1997), passando, assim, a ser um dos lugares onde o poder se afirma e exerce.

Neste sentido, a distância para um centro pode ser geográfica e também económica e social, sendo que

o espaço propriamente político de dominação define-se pela relação que se estabelece entre a distribuição dos poderes e dos bens no espaço geográfico e a distribuição dos agentes neste espaço, sendo a distância geográfica em relação aos bens e poderes um bom índice de poder (Bourdieu 2011, 127).

O lugar importa, portanto, e enquanto para uns morar afastado do centro pode não fazer diferença, para outros constitui um entrave às suas expectativas, que os obriga a repensar a opção por morar longe desse centro¹³.

Para este trabalho, interessa-nos explorar a questão da identificação com o lugar por parte dos novos residentes das Cidades-Dormitório. É importante perceber que importância tem o papel da identificação com o lugar para a apropriação do espaço, e em que medida essa apropriação permite modificar o estatuto destes espaços.

6.2. Identidade com o Lugar

As questões da relação identitária com os lugares são campo de estudo lavrado essencialmente pela psicologia. Os psicólogos concluem que os lugares estão associados a certos tipos de pessoas, de estilos de vida e de estatuto social. Os indivíduos, com o intuito de quererem manter uma autoestima positiva, podem mover-se para lugares que lhes permitam manter essa estima ou sair de lugares que têm impactos negativos na sua autoestima (Hauge 2007, 50)¹⁴.

A ligação ao lugar pode ser definida como uma ligação afetiva entre pessoas e lugares específicos (Hidalgo e Hernández 2001, 274). Contudo, esta definição torna-se demasiado ambígua e pode confundir-se com outros conceitos próximos como o da satisfação residencial (positiva ou negativa) que os residentes têm com os lugares (*idem*). Os espanhóis têm um termo para designar a ligação afetiva positiva com o lugar, o desejo de ficar próximo desse lugar, que é *querencia*, podendo essa ligação ir desde uma escala micro – objeto – até a uma escala maior – região ou país (*ibidem*). Pode partir-se do princípio que, sendo os lugares espaços onde ocorrem relações interpessoais, comunitárias e culturais, a ligação vai além do lugar, abarcando também as pessoas. Contudo, estudos feitos sobre a ligação ao lugar permitiram concluir que,

¹³ Recordamo-nos de um caso de um novo residente de Condeixa, militante de um partido político em Coimbra, que optou por comprar casa na vila por razões económicas, mas que sentiu a necessidade de regressar a Coimbra, pois o afastamento do centro constituía um entrave à sua atividade política, obrigando também a constantes deslocações extra para assistir às reuniões do partido, que acabavam por se transformar numa despesa suplementar ao seu orçamento mensal.

¹⁴ A identificação dos lugares com os estilos de vida e o seu impacto na auto-estima levanta uma questão interessante que é a de saber que lugares querem os residentes dos subúrbios ocupar quando manifestam vontade de se mudarem para as cidades. Querem eles ir para os centros das cidades, degradados, com habitação deficiente e habitados essencialmente por idosos, ou pensam ir para as novas urbanizações nas zonas mais nobres da cidade?

em determinados casos, a ligação à vizinhança é o fator que menos pesa na ligação ao lugar, pelo que a ideia de que este é o fator mais importante nem sempre corresponde à realidade pelo que é desejável que esta análise se faça não só com base na relação com a vizinhança, mas também tendo em conta a relação à casa e à própria cidade (*ibidem*: 275).

A vizinhança, e fruto do modo de vida cada vez mais individualizado, vai sendo erodida (Forrest e Kearns 2001, 2129), pelo que se deve fazer uma diferenciação entre a vizinhança e o vizinhando (*idem*, 2130). Como afirmam Forrest e Kearns, “nos bairros desfavorecidos pode ser a qualidade do *fazer vizinhança* o elemento importante para as pessoas enfrentarem um ambiente físico decadente e pouco atrativo” enquanto “em áreas mais valorizadas a vizinhança pode ser mais importante que o vizinhando” (*idem*: tradução nossa).

O espaço torna-se um elemento importante para a construção da identidade do indivíduo, e alguns bairros da periferia das grandes cidades podem funcionar como um misto de local de refúgio e de controlo (Buffet 2006). O controlo social exprime-se nestes locais pela existência de normas e vigilância de proximidade exercida sobre os indivíduos, especialmente as jovens, que se veem limitadas na forma de vestir, atuar e agir (*idem*). À partida, estes espaços, muitas vezes estigmatizados e problemáticos, não teriam muitos argumentos para fazer frente à atratividade que a cidade exerce sobre estes jovens. Contudo, verifica-se que o bairro funciona como lugar de identificação para eles, são o espaço onde se movimentam à vontade, que reconhecem e onde são reconhecidos. Neste caso, segundo o autor, o anonimato proporcionado pela grande cidade parece funcionar não como uma vantagem, mas como uma desvantagem, pois obriga-os a sair da sua zona de conforto, a ir para um lugar onde são apenas mais um e não o ator principal. O bairro controlador e vigilante pode, portanto, funcionar como lugar de coesão através da identificação. É por se reconhecerem daquele lugar que se sentem em casa e estabelecem aí os seus laços fortes das suas redes sociais. A cidade fica reservada como espaço de fuga a esse mesmo controlo social, especialmente para as jovens, por norma mais condicionadas no seu dia-a-dia, que, refugiadas no anonimato da grande urbe, aí podem comportar-se e vestir-se de forma diferente daquela a que são obrigadas no bairro (*ibidem*). Percebe-se, desta forma, que os

espaços, independentemente do seu ambiente social ou físico, podem funcionar como âncoras para os seus residentes. Mais facilmente se encontra algum dinamismo no que podemos chamar vida de bairro onde se faz vizinhança do que nos bairros que atraem residentes pelo seu ambiente físico e onde a interação com a vizinhança é escassa ou inexistente. A força dos laços sociais tendem a enfraquecer nas grandes aglomerações e são, por norma, do tipo fraco, sendo reconstruídos com outras pessoas quando existe mudança de local de residência, permanecendo fracos (Grossetti 2006). A antiguidade num determinado lugar tem influência na construção e fortalecimento desses laços, pois quanto mais tempo se vive nele, menos vezes são citadas as relações exteriores (*idem*). Os laços fortes correspondem, por norma, a pessoas que estão mais distantes geograficamente e que não pertencem à vizinhança, especialmente quando se trata de novos residentes de determinado lugar (*ibidem*). Desta forma, as Cidades-Dormitório oferecem todas as condições para que se assista sobretudo à existência de laços fracos entre os residentes, pois os laços fortes situam-se fora destes espaços (Forrest e Kearns 2001).

6.3. Apropriação do Lugar

Na tomada de decisão sobre ficar ou mudar de um bairro ou de uma cidade a apropriação assume um papel decisivo (Pol 1996). Lefebvre afirma que “a apropriação é o objetivo, o sentido, a finalidade da vida social” (Lefebvre *apud* Pol 1996, 57, tradução nossa). Nesse sentido, deve ser dada importância a esta questão, pois ela parece pesar na decisão de escolher um novo espaço para morar. A ideia que muitas vezes está inculcada nas mentes é a de que as pessoas querem abandonar os bairros dos centros degradados das cidades, mas um estudo realizado para a *Ciutat Vella* de Barcelona permitiu concluir que 70% dos seus residentes não estava disponível para abandonar o seu bairro sob qualquer condição, o que parece contrariar esta ideia (Pol 1996, 57).

Os modelos de apropriação propostos diferem uns dos outros. Para alguns, como Tomeu Moranta (2005), destacam-se três processos que provocam a continuidade e a mudança da identidade: identificar o entorno; ser identificado pelo entorno; identificar-se com o entorno. Para outros a apropriação do espaço através da

identificação e da ação sobre o entorno explicam o apego ao mesmo, dividindo-se essa ação em três componentes: a ação quotidiana, traduzida através de ações de compras no bairro e na relação com os vizinhos; na ação orientada para o bairro, que se materializam no assistir a atividades realizadas no bairro; nas ações relativas a projetos futuros, que ganham forma através da participação e apresentação de propostas para a renovação urbanística do bairro, como o orçamento participativo, por exemplo (*idem*, 292).

Quando esta apropriação não existe, a identificação com o lugar não se estabelece e, em consequência, as ações atrás referidas não são executadas, ou são-no de forma deficiente. Esta questão torna-se premente nas cidades-dormitório, espaços onde existe maior apetência para não se estabelecerem laços de identificação e apropriação com o lugar. A fraca participação cívica por parte dos novos residentes pode ser um indicador desta falta de apego ao lugar. Da mesma forma o facto de não se fazerem compras no local de residência e não se participar nas atividades por ele oferecidos são também indicadores desse fraco apego ao lugar que não pode ser sempre justificado apenas por questões de maior comodidade em praticar estas ações em outros locais, nomeadamente nos lugares de onde são provenientes estes novos residentes. No que à participação cívica diz respeito, os processos de urbanização não têm conseguido retirar à cidade o estatuto de “*locus da cidadania à cidade*” (Silva, Aboim, e Saraiva 2008). Ainda assim, o associativismo, entendido como a pertença a instituições ou organizações coletivas de natureza política, religiosa ou recreativa, consegue captar o interesse dos residentes nos espaços suburbanos, mas a mobilização, entendida como participação em manifestações, comícios, petições ou dar dinheiro a causas públicas, manifesta-se essencialmente na cidade (*idem*). Esta realidade vivencia-se não apenas em Portugal, como o trabalho referenciado parece comprovar, mas um pouco por todo o mundo. As cidades-dormitório, constituídas por percentagens significativas de novos residentes, têm dificuldade em atrair a atenção desta população alógena para a participação cívica, nomeadamente em termos políticos, para as questões relacionadas com o seu novo espaço. Num estudo feito relativamente a Maracanaú, cidade-dormitório de Fortaleza, no Brasil, que em apenas duas décadas passou de pequena cidade rural com 15.000 habitantes para uma cidade

industrial com 157.000 habitantes, verificou-se que a falta de identidade com o lugar por parte dos novos residentes os afastou da participação na resolução dos problemas da cidade, tendo, por sua vez, o núcleo original de moradores mantido o seu sentimento de pertença e apropriação ao lugar, conduzindo politicamente a cidade até 2004, ano em que o grupo político oriundo destes moradores originais perdeu as eleições locais (Mourão e Cavalcante 2006). O desinteresse pelo lugar traduz-se em menor participação cívica e isso resulta também de níveis baixos de identificação com o lugar.

Procurar entender a relação socioespacial dos indivíduos com os lugares com base apenas numa das dimensões espaciais conduz, por norma, a leituras muito simplistas do problema e com resultados aquém do pretendido. Cientes desta questão, Jessop, Brenner e Jones propuseram o modelo teórico TSPN de análise das relações socioespaciais (Jessop, Brenner, e Jones 2008). Com base neste modelo, e ao contrário do que era habitual fazer-se, estes autores advogam que a análise das relações socioespaciais deve ser feita de uma forma multidimensional e não unidimensional. Até este modelo a abordagem era feita com base numa única dimensão espacial, que podia ser a do território (T), da escala (S), do lugar (P) ou da rede (N). Pegando em apenas uma destas espacialidades, o que sucedia era que a análise da relação socioespacial incidiria apenas nessa dimensão. No caso das cidades-dormitório, por exemplo, o lugar seria com muita probabilidade a dimensão escolhida para fazer esta análise. Contudo, o modelo TSPN, cruzando as várias espacialidades (*idem*, 295), permitirá um resultado mais profundo do entendimento das relações socioespaciais. Voltando ao exemplo das cidades-dormitório, ao cruzarmos a dimensão do lugar (preço mais acessível das casas) com a do território (localização próxima do trabalho), com a da escala (dormitório é dependente do centro), e com a rede (dormitório e cidade funcionam em rede), podemos obter uma visão mais alargada do que motiva as escolhas pelos dormitórios e que ajudam a compreender relação dos indivíduos com os lugares para onde escolhem ir viver. Este modelo poderá, portanto, constituir um elemento importante para a análise das relações socioespaciais e que indicam pistas para perceber o tipo de relação com o lugar que é estabelecida.

PARTE II

7. CONDEIXA-A-NOVA- OBJETO DE ESTUDO

7.1. Razões para a escolha do objeto

Enquanto residentes alógenos da vila de Condeixa-a-Nova há mais de uma década, optámos por escolher esta vila como objeto de estudo para esta dissertação em primeiro lugar por ser nela que fomos recolhendo informação ao longo dos anos que nos foi levantando algumas questões relativamente à relação com o lugar que os novos residentes mantêm com os espaços dormitório. Por outro lado, a história recente da vila, principalmente nos últimos vinte anos, reveste-se de um conjunto de características atribuídas às cidades-dormitório, nomeadamente o rápido crescimento demográfico, o surgimento de um parque habitacional ocupado por residentes provenientes de fora do concelho, a grande dependência funcional, principalmente nas questões de emprego, de um polo próximo, neste caso Coimbra.

A vila de Condeixa enquadra-se, portanto, no âmbito do problema que nos propusemos estudar, daí ter sido alvo da nossa atenção e a ela termos dedicado a componente prática deste trabalho.

7.2. Notas históricas da vila de Condeixa-a-Nova

A primeira referência ao topónimo de Condeixa remonta ao ano de 1219, mas foi apenas no século XVI (1514) que D. Manuel I lhe conferiu foral elevando-a a jugado (Conceição 1983), constituindo-se a freguesia de Condeixa-a-Nova em 1541 («Câmara Municipal de Condeixa» sem data). Com a 3ª invasão francesa de inícios do século XIX, a vila foi completamente incendiada, obrigando à sua reconstrução. Desde o foral de D.Manuel I que Condeixa era vila, mas nunca pôde aproveitar-se desse facto, por depender do termo de Coimbra¹⁵, pelo que só a partir do ano de 1838 se tornou território emancipado (Conceição 1983, 20).

¹⁵ A proximidade a Coimbra parece influenciar a dependência de Condeixa em relação à cidade desde há vários séculos, como este exemplo ilustra. A própria bandeira do município replica as cores da de Coimbra.

Localizada no caminho que vai de Coimbra para Lisboa, Condeixa beneficiou em termos de desenvolvimento económico da mala posta, que passava junto à vila (*idem*). Com a construção do caminho-de-ferro na segunda metade do século XIX, a vila entrou em declínio, uma vez que esse serviço passou a ser feito pelo novo transporte (*ibidem*). É com a descoberta das ruínas romanas de Conímbriga e a abertura do seu museu monográfico em 1962 que Condeixa volta a ganhar alguma notoriedade a nível nacional. Antes, em 1929, a aquisição das ruínas do Palácio dos Sás por parte da Câmara Municipal permitiu a ampliação da praça e o início da renovação urbanística que daria nova morfologia à vila (*ibidem*).

A partir dos anos 1990 a vila assistiu ao surgimento de um conjunto de novos edifícios de habitação que fizeram com que Condeixa visse aumentar consideravelmente o seu parque habitacional e que a sua população passasse de cerca de treze mil residentes em 1990 para dezassete mil em 2011¹⁶, representando um acréscimo de cerca de 30% da população residente do concelho.

7.3. Caracterização Sociodemográfica de Condeixa

A vila de Condeixa pertence ao distrito de Coimbra e, em termos estatísticos, faz parte da Região Centro (NUT II), inserindo-se na sub-região do Baixo Mondego (NUT III), tendo uma área de cerca de 140 km² (Ferreira, Peixoto, e Silva 2012). Na sequência da reorganização administrativa do território das freguesias de 2013, o concelho passou a ser composto por sete freguesias, em vez das dez anteriores à reforma, que acolhem, segundo os Censos de 2011, cerca de dezassete mil residentes.

Desde que existem dados censitários, a vila de Condeixa tem observado variações positivas de população residente, tendência invertida apenas nalgumas décadas e em linha com o que sucedeu nos restantes territórios da região (Mateus 2009, 113), destacando-se os crescimentos de dois dígitos registados nos decénios 1991-2001 e 2001-2011, que coincidem com a expansão urbanística assente no surgimento de novas urbanizações no concelho (*idem*, 5).

O aumento da população residente em Condeixa não se fez, contudo, sentir em todas as suas freguesias. Foram as de localização mais central e mais urbanas as que

¹⁶ Fonte: INE 1991, 2011

registaram maiores crescimentos, com destaque para as de Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha¹⁷ e Sebal (*idem*, 8), coincidindo com as novas urbanizações que foram sendo construídas para acolher os milhares de novos residentes que foram chegando à vila.

A chegada destas levas de novos residentes trouxe consigo um rejuvenescimento da população residente, tendo contribuído igualmente para uma subida considerável das qualificações escolares, que permitiu passar de apenas 11% de população com escolaridade ao nível do ensino secundário ou superior para um valor a rondar os 30% em 2011 (*ibidem*, 12). Resulta desta análise que, no caso de Condeixa, a sua transformação em dormitório teve implicações quer no aumento do número de novos residentes que afluíram ao concelho quer no elevar do nível de qualificações escolares em termos estatísticos, uma vez que esta massa alógena foi composta de população com um grau de escolaridade superior. É importante notar este fenómeno, pois ele vai no sentido oposto à ideia que se associa muitas vezes aos residentes das cidades-dormitório e que os associa a classes com baixo nível de estudos.

Relativamente à população residente no concelho, mais de metade (56,1%) situa-se na faixa entre os 25 e 64 anos, pelo que se conclui que se trata de uma população em idade ativa, representando os idosos acima dos 65 anos cerca de vinte por cento (19,2%) e os jovens com menos de 24 anos cerca de um quarto da população nas freguesias centrais, um pouco acima da média concelhia que se situa pouco acima dos 20%, pelo que se conclui estarmos perante um concelho jovem.

O acréscimo de população fez com que aumentassem também os movimentos pendulares assistindo Condeixa, segundo os Censos de 2011, a uma entrada diária no município de 1432 pessoas e a uma saída de 5847 (INE, sem data), o que lhe confere uma das características fundamentais das cidades-dormitório.

¹⁷ Atualmente, estas duas freguesias compõem a União de Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova.

7.4. A Nova Condeixa

O parque habitacional de Condeixa tem assistido a um crescimento significativo desde os anos 90, tendo passado de 5469 alojamentos em 1991 para 8603 segundo os dados mais recentes de 2016 («Instituto Nacional de Estatística» sem data; Ferreira, Peixoto, e Silva 2012). A maior parte desse crescimento tem-se verificado nas freguesias mais urbanas em redor do núcleo da vila, com destaque para as urbanizações de Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha e Sebal. A construção das Urbanizações Nova Conímbriga I e II surgidas ainda nos anos 90 veio trazer o impulso ao movimento de atração de população de novos residentes que decidiram fixar residência no concelho atraídos pelos preços acessíveis das novas habitações. O nome destas duas urbanizações partilham a curiosidade do adjetivo *nova*, que parece não ser inocente, como que se os seus promotores pretendessem fazer um rompimento com o concelho onde foram construídas, quase parecendo querer colocá-las à parte da velha Conímbriga, da Condeixa original¹⁸. E, de facto, esta *Nova Conímbriga* encontra-se fisicamente separada da *Velha Conímbriga*, uma vez que uma das principais vias rodoviárias do país, o IC2, corta a ligação física entre os dois espaços. Esta coincidência não deixa, contudo, de assumir uma relevância especial tendo em conta o tema desta dissertação, pois parece que, desde a sua génese, a nova Condeixa proporcionou todas as condições para que os seus residentes não se misturassem com os originais.

As principais urbanizações de Condeixa situaram-se, na sua maioria, sempre do outro lado do IC2, separadas da velha Condeixa. Para tal poderá ter contribuído o facto de a parte central da vila estar repleta de palácios e quintas, propriedade que, sendo privada, não tem sido dedicada à especulação imobiliária. Nos anos mais recentes, contudo, assistiu-se a um plano de urbanização junto ao centro, assente na renovação urbanística levada a cabo pelo município, a Urbanização da Quinta de S.Tomé. Com a

¹⁸ A imaginação dos promotores imobiliários é pródiga em querer vender uma ideia aos seus potenciais compradores logo a partir do nome. Há inúmeros casos de novas urbanizações em espaços urbanos que adotam nomes que pretendem conferir a essas aglomerações uma marca distintiva e diferente. Um dos exemplos é a utilização do nome *Quinta* para batizar as urbanizações, quase parecendo que se pretende dar a ideia de que aquele espaço trará um pouco do campo para dentro da cidade. Veja-se, por exemplo, o caso da Quinta do Barroso ou da Cerejeira, em Condeixa, ou a Quinta da Portela, da Várzea, da Romeira ou de S.Jerónimo em Coimbra. Em todas parece haver uma vontade de as vender como uma espécie de cidades-jardim, mesmo que de quinta só tenha permanecido o terreno onde foram construídas.

construção desta urbanização o centro da vila viu surgir uma leva de novos residentes com a particularidade de estes terem ficado mais perto dos residentes originais.

O *boom* de novas construções iniciadas nos anos 90 trouxe para Condeixa alguns espaços comerciais que não existiam antes, especialmente as superfícies comerciais de média dimensão como o Intermarché, Lidl e mais recentemente o Pingo Doce, do outro lado do IC2, e o Minipreço, mais próximo do centro, junto à Quinta de S.Tomé. Este fenómeno contribuiu para uma concorrência destas superfícies ao comércio local da vila.

As novas urbanizações e o seu conseqüente afluxo de novos residentes conduziram à necessidade de novas construções de espaços e de serviços públicos, com o intuito de conseguir atender às exigências do acréscimo de população¹⁹. Assim se justifica que nas últimas duas décadas Condeixa tenha assistido à construção de novos equipamentos em substituição dos anteriores que já não ofereciam condições ou não satisfaziam esta nova leva de residentes. Como exemplo, podemos apontar o novo Centro de Saúde, os novos centros escolares, a Biblioteca, o novo Estádio, as Piscinas, o Parque Verde e a renovação da Praça da República, todas remodelações ou obras feitas de raiz. Por norma, as cidades-dormitório sentem a necessidade de fazer este tipo de intervenções, pois é aí que se localizam grande parte dos residentes. Em claro prejuízo ficam as freguesias mais afastadas do centro, normalmente menos atrativas para novos residentes e que não colhem tanta atenção de investimento por parte dos decisores políticos.

Os espaços em processo de rurbanização assistem com frequência a uma importação de negócios de carácter marcadamente mais urbano. Também em Condeixa se tem assistido ao surgimento desse tipo de negócios, como são exemplos os *Take-Away* de comida, escolas de dança, clínicas de saúde e de tratamentos de beleza, centros de explicações, centros de formação ou lojas de carácter *gourmet*²⁰. A

¹⁹ Este fenómeno é muito comum nos processos de suburbanização. O afluxo de novos residentes faz com que o poder central e local se veja na necessidade de investir em novos equipamentos para servir esse acréscimo de população. Em sentido inverso, as cidades de onde são provenientes estes novos residentes assistem a um sobredimensionamento desses mesmos equipamentos, que passam a não ter utilizadores em número suficiente.

²⁰ É interessante verificar como muitos destes novos negócios têm existência efémera em Condeixa. Como exemplo, tomemos os negócios que tiveram existência em três lotes da Urbanização da Quinta de

proximidade à cidade de Coimbra, contudo, parece ter um impacto negativo para este tipo de negócios, pois contribui para o desvio dos potenciais clientes destas lojas para as suas congéneres na cidade.

7.5 Economia em Condeixa

É habitual assumir-se que os espaços dependentes das cidades e com função essencialmente residencial têm pouco ou nenhum dinamismo económico. A realidade, contudo, nem sempre confirma essa perceção e algumas cidades-dormitório acabam por conseguir uma dinâmica económica relevante no contexto regional onde estão inseridas, conseguindo, em determinados casos, inclusivamente assumir novos estatutos, como pudemos observar quando discutimos os Pós-Subúrbios.

No caso de Condeixa, o seu parque industrial conta com algumas empresas de dimensão e com volume de faturação interessante, mas apenas uma delas consegue estar entre as vinte primeiras empresas da região centro. O concelho do distrito que mais empresas coloca no *ranking* das dez maiores da região centro é a Figueira da Foz com seis empresas, fazendo concorrência em termos empresariais com a capital de distrito, Coimbra. Condeixa consegue a primeira representação no lugar sessenta. Das restantes que constituem o seu *top 10*, metade situam-se acima do lugar cem, estando a décima maior empresa do concelho de Condeixa sensivelmente a meio das mil maiores da região centro²¹.

Embora não muito significativas em termos económicos, as empresas de Condeixa, e cingimo-nos às dez maiores do concelho, dão emprego a 729 pessoas²².

S.Tomé, uma das mais recentes: um negócio de comida para fora que encerrou e que foi substituído por outro negócio igual que durou apenas cerca de um ano; uma loja de animais que fechou passado pouco tempo para dar lugar a um estúdio de dança, que acaba de encerrar após alguns anos de existência; um centro de explicações, que existiu apenas cerca de um ano e que foi substituído por uma clínica de serviços de enfermagem, ainda em funcionamento; um centro de formação que foi substituído por uma editora, que funcionou durante pouco tempo, substituído recentemente por um centro de explicações/gabinete de contabilidade. O terceiro lote tem, desde sempre, uma farmácia e uma clínica de imagiologia, não se tendo verificado até ao presente mudança de negócio.

²¹ Esta informação foi recolhida a partir do separável 1000 Maiores Empresas do Centro distribuído com o Diário As Beiras de Novembro de 2017.

²² Nem todos os funcionários destas empresas serão, naturalmente, de Condeixa.

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Ranking Condeixa	Ranking Regional	Nome	Faturação €	Empregados
1	19	Macrolux	49836,182	41
2	60	Inter Condeixa - Supermercados	20125,149	73
3	77	Incarpo	16515,048	105
4	82	Farmalabor	15633,929	119
5	84	Dominó	14947,662	176
6	131	Matisilva	8295,180	37
7	173	Carlos Nunes&Irmão	5732,853	48
8	221	Transportes Repolho&Rodrigues S.A.	4455,325	45
9	290	Salrifarma	3216,564	18
10	452	Moura e Santos, Lda.	3002,513	67

Quadro 1- 10 Maiores Empresas Condeixa-a-Nova- Fonte: elaboração própria a partir do separável 1000 Maiores Empresas do Centro distribuído com o *Diário As Beiras* de Novembro 2017

Quando comparada com as restantes maiores empresas das outras vilas-dormitório de Coimbra, conclui-se que Condeixa ocupa o segundo lugar, logo a seguir a uma empresa farmacêutica de Montemor-o-Velho. Embora com faturação mais reduzida, é na Lousã que se situa a empresa que emprega mais pessoas (318), valores muito diferentes daquilo que se assiste nos outros concelhos, pelo que os resultados de faturação nem sempre têm correspondência ao número de postos de trabalho que são criados.

Ranking Regional	Concelho	Nome	Faturação €	Empregados
11	Montemor o Velho	Empifarma	94661,206	61
19	Condeixa	Macrolux	49836,182	41
34	Lousã	EFAPEL	30214,629	318
50	Soure	OYMA S.A.	23703,897	43
152	Miranda do Corvo	Eólica do Espigão S.A.	6465,380	0

Quadro 2- Comparação entre as maiores empresas dos concelhos-dormitório de Coimbra- Fonte: elaboração própria a partir do separável 1000 Maiores Empresas do Centro distribuído com o *Diário As Beiras* de Novembro 2017

8. A OBSERVAÇÃO

8.1. A Amostra

Uma investigação em ciências sociais pressupõe o recurso a uma metodologia que inicia com a formulação da pergunta de partida, passa pela formulação de hipóteses relativas a essa questão e exige, depois, uma observação através da qual essas hipóteses são ou não confirmadas e que permitem responder à questão de partida.

No caso deste trabalho a população a estudar foi a dos novos residentes da vila de Condeixa. Tratando-se de um conjunto alargado de pessoas, não havia forma de as podermos contactar todas, e não existia uma base de dados que nos permitisse recorrer a uma amostra probabilística que nos facultasse as informações necessárias para confrontar com as hipóteses. Nesse sentido, a nossa opção foi recorrer a uma amostra não probabilística obtida através das respostas a um inquérito por questionário disseminado em bola de neve que foi construído para recolha de informação junto da população-alvo.

8.2. O Inquérito

O instrumento pelo qual optámos para a recolha da informação necessária à etapa da observação foi a de um inquérito por questionário composto por quarenta questões que visavam cobrir os seguintes domínios: caracterização sociodemográfica da amostra (questão 1-7); caracterização dos movimentos pendulares (questão 8-13); razões para a escolha do local de residência (questão 14-19); uso do local (20-28); relação com o lugar (questão 29-40).

O inquérito por questionário foi construído na plataforma eletrónica *Google Docs* e partilhado através dos nossos contactos da rede social *Facebook*, aos quais foi solicitado que ele fosse transmitido a outros contactos com o perfil pretendido, isto é, residentes em Condeixa não naturais dessa vila, gerando o efeito bola de neve que permitiu obter setenta e quatro respostas válidas. Este método permitiu que o inquérito chegasse a outros residentes que não apenas os da nossa rede de contactos. Era para nós importante que tal sucedesse, pois caso a amostra se limitasse aos nossos

contactos, iria correr-se o risco de ela ser enviesada, com uma nítida tendência para pessoas com o mesmo perfil pessoal e profissional, que poderiam não espelhar a realidade da população em estudo. Pesou também para a opção por este método a facilidade e rapidez da disseminação do inquérito.

O inquérito esteve *online* de setembro a novembro de 2017. A primeira leva de respostas foi resultado do envio do nosso orientador para os seus contactos. Quando cessou a entrada de novas respostas, colocámos a ligação na nossa página da rede social *Facebook* convidando a que o inquérito fosse respondido pelos contactos que se enquadrassem no perfil de residente pretendido, solicitando a divulgação por mais contactos com vista à obtenção de novas respostas. Após esta segunda leva, aguardou-se até ao momento em que as novas contribuições deixaram de ocorrer. Nesse momento, colocámos novamente a ligação na página do *Facebook*, reforçando o pedido de colaboração no sentido de obter mais respostas. Esgotadas as novas contribuições por via da nossa rede social, solicitamos à gestora do nosso condomínio em Condeixa que divulgasse o inquérito junto dos contactos de novos residentes dos condomínios que estão sob sua gestão. Pareceu-nos que poderíamos aí conseguir mais respostas e, muito importante, aumentar a diversificação de respondentes, uma vez que o inquérito iria chegar a um conjunto de novos residentes das mais variadas formações e perfis. A nossa opção revelou-se correta, pois estimamos que obtivemos através desta solicitação entre vinte a vinte e cinco respostas.

Esgotadas todas as tentativas de obtenção de novas respostas por via eletrónica, e tendo recebido apenas quarenta e oito respostas, contactámos os responsáveis da cafetaria do Museu PO.RO.S, em Condeixa, no sentido de saber se aceitariam disponibilizar uma versão em papel do inquérito aos seus clientes. A cafetaria do PO.RO.S é frequentada por muitos novos residentes de Condeixa, pelo que considerámos que poderíamos aí obter mais algumas contribuições. Tendo o nosso pedido recebido uma concordância por parte destes responsáveis, disponibilizámos um conjunto de dez inquéritos em papel que ficaram na cafetaria durante uma semana para que os clientes que assim o desejassem o pudessem preencher. Após uma semana recolhemos os inquéritos e constatámos que os dez exemplares tinham sido utilizados, obtendo dez novas respostas. Foi deixado mais um conjunto de inquéritos

em papel que aí ficou mais uma semana. Desta segunda leva já só foram respondidos quatro inquéritos, que recolhemos e carregámos na plataforma do *Google Docs*, juntamente com os anteriores. A partir deste momento esgotámos as nossas possibilidades de divulgação do inquérito, aguardando que algumas respostas mais atrasadas pudessem ainda surgir no *Google Docs*. Durante o mês de novembro entraram mais duas respostas. Não tendo nós ativado eletronicamente a opção de não receção de novas respostas, obtivemos ainda uma nova entrada em finais de dezembro, que também contabilizámos, totalizando, desta forma, os setenta e quatro inquéritos finais.

8.3. Os Resultados

Após a receção das respostas do inquérito por questionário que divulgamos com vista à obtenção de informação para validar as hipóteses do nosso estudo, os dados obtidos foram exportados para *excel*, sendo depois tratados no programa estatístico SPSS.

A apresentação dos resultados terá em conta não apenas as frequências absolutas de alguns indicadores mas também o cruzamento de algumas variáveis.

8.3.1 Caracterização Sociodemográfica

8.3.1.1 Ano de Nascimento

Das 74 respostas obtidas, 61 responderam à questão relacionada com a idade. Foram eliminadas duas respostas por erro de digitação dos respondentes e que originaram anos ilógicos de nascimento (1075 e 1900). Foram, deste modo, consideradas válidas 59 respostas, sendo a média o ano 1974 e a moda o ano 1967. O respondente mais velho foi um indivíduo nascido em 1954 e o mais novo um nascido em 1994. A média de idades dos respondentes situa-se, portanto, nos 43 anos.

Estatística Descritiva	
	Pergunta 1
Válidos	59
Em Falta	15
Média	1974
Mediana	1974
Moda	1967
Mínimo	1954
Máximo	1994

Quadro 3: Estatística Descritiva Idade

Quando dividida a amostra em três escalões etários obtemos a seguinte distribuição:

		%
Grupos	<1970	35.6%
	1971-1985	54.2%
	>1986	10.2%

Quadro 4: Divisão em escalões etários

8.3.1.2 Sexo

Relativamente à distribuição por sexos, registaram-se mais respostas de elementos do sexo feminino do que do sexo masculino, com percentagens de 59 % e 41%, respetivamente.



Gráfico 1: Distribuição da amostra por sexo.

8.3.1.3 Estado Civil

No que concerne ao estado civil dos respondentes, constatou-se que 62,2% eram casados, 17,6% solteiros, 10,8% viviam em união e facto e 9 % enquadravam-se noutra situação, pelo que é o grupo dos casados que constitui a esmagadora maioria da amostra.

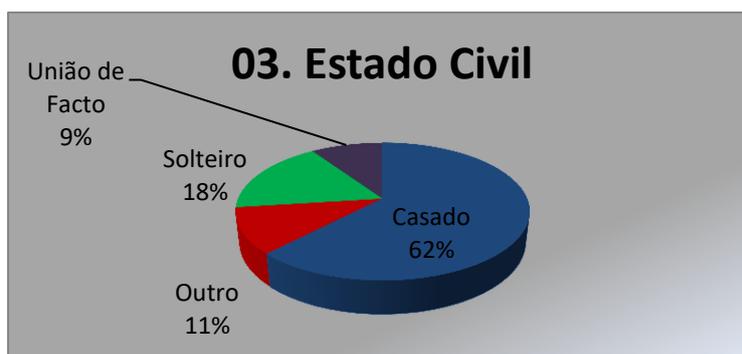


Gráfico 2: Estado civil

8.3.1.4 Número de Elementos do Agregado Familiar

Relativamente a este item, a maioria dos agregados familiares dos inquiridos é composto por quatro ou mais elementos com 34,2% das respostas, vindo logo a seguir os agregados com três elementos com 32,9%. Destaque ainda para os agregados constituídos por apenas dois elementos com 24,7%, sendo os de apenas uma pessoa apenas 8,2%, pelo que se conclui que a esmagadora maioria dos agregados dos novos residentes de Condeixa tem três ou mais elementos (65%).

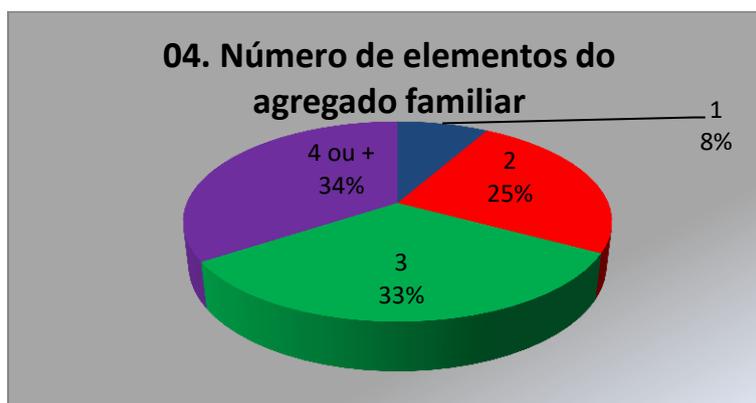


Gráfico 3: Número de elementos do agregado familiar

8.3.1.5 Filhos

Quanto ao número de filhos, a maioria tem apenas um filho (36,5%), havendo uma distribuição quase equitativa entre os que têm dois (28,4%) e nenhum (27%). Com três ou mais filhos os valores foram residuais. Assim sendo, conclui-se que o perfil tipo das famílias de novos residentes em Condeixa é de agregados com um ou dois filhos (65%), registando-se, contudo, que nos mais velhos cerca de um quarto das famílias não tem filhos. Regista-se ainda que o grupo dos mais novos (nascidos após 1985) não tem filhos.

		05._Filhos							
		0		1		2		3	
		Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Gru pos	< 1970	5	27.8%	9	50.0%	3	16.7%	1	5.6%
	1971- 1985	7	20.0%	13	37.1%	12	34.3%	3	8.6%
	> 1985	6	100.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%

Quadro 5: Cruzamento variável Idade e Número de Filhos

8.3.1.6 Habilitações Académicas

No que respeita às habilitações académicas, conclui-se que mais de metade dos respondentes (52%) tem licenciatura. Note-se depois que cerca de um quinto (20,3%) têm o grau de mestrado e 6,8% possuem um doutoramento, o que significa que a esmagadora maioria de novos residentes possuem habilitações académicas ao nível do ensino superior.

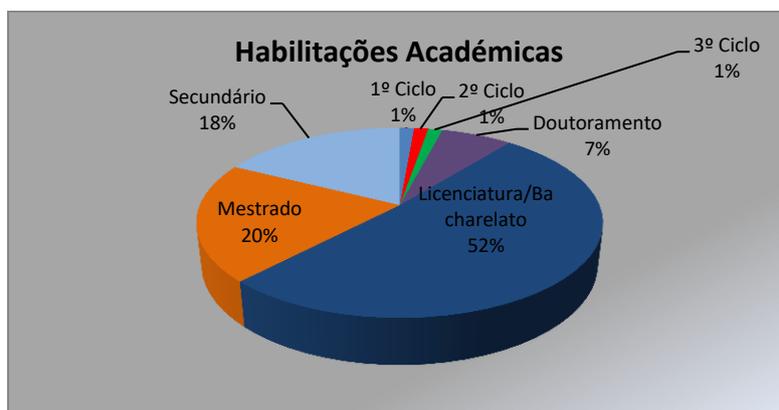


Gráfico 4: Habilitações Académicas

8.3.1.7 Ocupação Atual

Relativamente à ocupação atual dos inquiridos, 85% trabalham, tendo as restantes opções sido escolhidas por poucas ou nenhuma pessoa, pelo que o perfil dos novos residentes em termos de ocupação é maioritariamente de trabalhador ativo.

8.3.1.8 Tipo de Empresa/Organização onde trabalha

Quando questionados relativamente ao tipo de empresa/organização onde os inquiridos exercem a sua atividade profissional, verifica-se que a resposta mais vezes assinalada é Empresa Privada (42,5%). Contudo, se juntarmos todas as respostas que se referem a emprego público (Órgão da Administração Pública Central, Empresa

Pública, Instituto Público) chegamos aos mesmos 42,5%, pelo que existe uma distribuição equitativa entre o setor público e privado.



Gráfico 5: Tipo de empresa/organização em que trabalha

Dividindo a amostra em três escalões etários (os nascidos até 1970, os nascidos entre 1971 e 1985 e os nascidos após 1986) verificamos que existe uma diferença vinculada no que diz respeito ao tipo de organização onde trabalham, ocupando os mais velhos (nascidos até 1970) lugares na Administração Pública (44,7%) e apenas cerca de um quinto (22,2%) em empresas privadas. Os nascidos entre 1971 e 1985 trabalham maioritariamente em empresas privadas (54,3%) e um quinto destes inquiridos em órgãos da administração pública (25,7%), concluindo-se que os mais velhos trabalham maioritariamente no público e os mais novos no privado.

Tomando estes primeiros dados relativos à caracterização sociodemográfica dos inquiridos, e quando relacionados com a hipótese *Os novos residentes das cidades-dormitório são uma massa sociodemograficamente homogénea* parece confirmar-se que, de facto, os novos residentes são um grupo homogéneo de pessoas formado essencialmente por indivíduos na faixa entre os 40 e 50 anos, casados, vivendo em agregados constituídos por mais de três elementos, com um ou dois filhos, possuindo habilitação académica ao nível do ensino superior e a trabalhar em empresas do setor público ou privado.

8.3.2 Caracterização dos Movimentos Pendulares

8.3.2.1 Local de Trabalho

Esta questão visava perceber onde trabalham as pessoas inquiridas. Além da opção Condeixa, era permitido escolher Coimbra, que antevíamos como sendo das opções mais vezes selecionada, e outros concelhos vizinhos de Condeixa. Era também permitido optar pela opção *Outro*, caso nenhuma das opções anteriores servisse para resposta.

A opção mais vezes selecionada foi Coimbra, o que confirmou a nossa perceção. Em segundo lugar foi apontado o concelho de Condeixa e, por último, a opção *Outro*. Sendo o facto de residir num concelho e trabalhar noutro uma das características das cidades-dormitório, os 81% de respostas que escolheram outro concelho que não o de Condeixa parecem confirmar a característica de dormitório que Condeixa parece assumir.

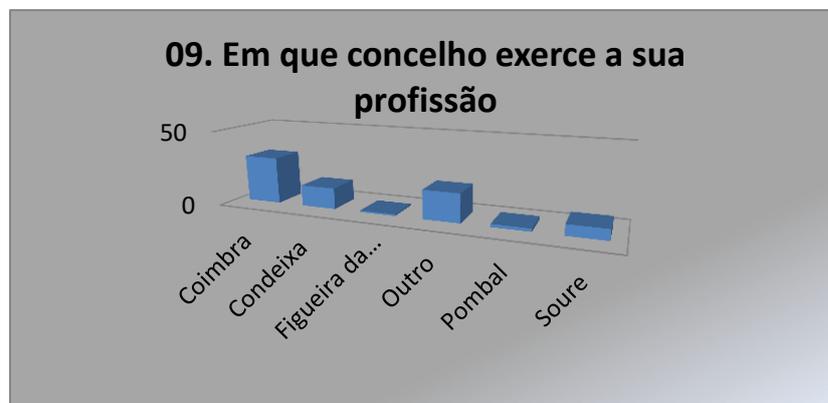


Gráfico 6: Concelho onde exerce a profissão

8.3.2.2 Tipo de Transporte Utilizado

Procurava-se, com esta questão, perceber qual o meio de transporte que predominantemente é utilizado para as deslocações casa-trabalho. Três quartos dos inquiridos responderam que utilizam o carro pessoal, característica das cidades-dormitório, profundamente alicerçadas na utilização do transporte individual. A opção *Carro da Empresa* foi escolhida por 16% dos inquiridos, o que indica que há uma faixa considerável de novos residentes que deverão desempenhar funções profissionais em setores comerciais, porquanto é este setor que costuma facultar viatura da empresa

aos seus funcionários. As restantes opções obtiveram poucas escolhas, com destaque negativo para a utilização do *Transporte Público*, que foi apontado apenas por um inquirido, valor que nos parece aquém do que era suposto acontecer.



Gráfico 7: Meio de transporte utilizado

8.3.2.3 Tempo Gasto com as Deslocações

Esta questão tinha o propósito de apurar o tempo diário gasto nas deslocações ida e volta de casa para o trabalho. As respostas indicam que a maior parte dos residentes (30%) despendem até 15 minutos diários nessas deslocações. A seguir é indicado o intervalo de 30 minutos a uma hora (28,8%) e em terceiro lugar a de 16 minutos a meia hora (24,7%). Só 16,4% refere necessitar mais de uma hora para essas deslocações. Este último valor é semelhante aos 16% que revelaram utilizar viatura da empresa, pelo que pode haver aqui uma relação, porquanto é sabido que normalmente as viaturas de empresa são conferidas a funcionários que trabalham zonas geográficas extensas, nomeadamente no setor comercial.



Gráfico 8: Tempo gasto em viagens

8.3.2.4 Natureza da Propriedade da Habitação

Tal como expectável, a esmagadora maioria dos inquiridos (86,7%) informou viver em habitação própria, elemento marcante dos dormitórios nos arredores das cidades principais que atraem residentes pelo fator preço.



Gráfico 9: Habitação própria ou arrendada

Recorrendo à divisão por escalões etários, verifica-se que apenas dois terços dos inquiridos mais novos são proprietários das casas onde vivem, habitando 16,7% dos mais novos em casas arrendadas. De destacar ainda que a esmagadora maioria dos inquiridos (escalão etário situado entre 1970 e 1985) vive em casa própria, praticamente não existindo mercado de arrendamento neste escalão.

		12. A Habitação Onde Reside É:		
		Arrendada	Outra situação	Própria
Grupos	<1970	19.0%	0.0%	81.0%
	1971-1985	3.1%	3.1%	93.8%
	>1986	16.7%	16.7%	66.7%

Quadro 6: Cruzamento variável Idade com Habitação

8.3.2.5 Tipo da Habitação

No que se refere ao tipo da habitação, 70% afirma viver em apartamentos e 28,4% em moradias, o que está em linha com o parque habitacional existente em Condeixa.



Gráfico 10: Tipo de Habitação

8.3.2.6 Tempo de residência em Condeixa

Neste caso, a intenção era saber há quanto tempo residiam os inquiridos em Condeixa. As respostas apontam para uma clara maioria de 75,7% a residir na vila há mais de dez anos. Em segundo surge a opção 6-10 anos com 16,2%, pelo que 91,9% de todos os inquiridos vivem há um período considerável em Condeixa.

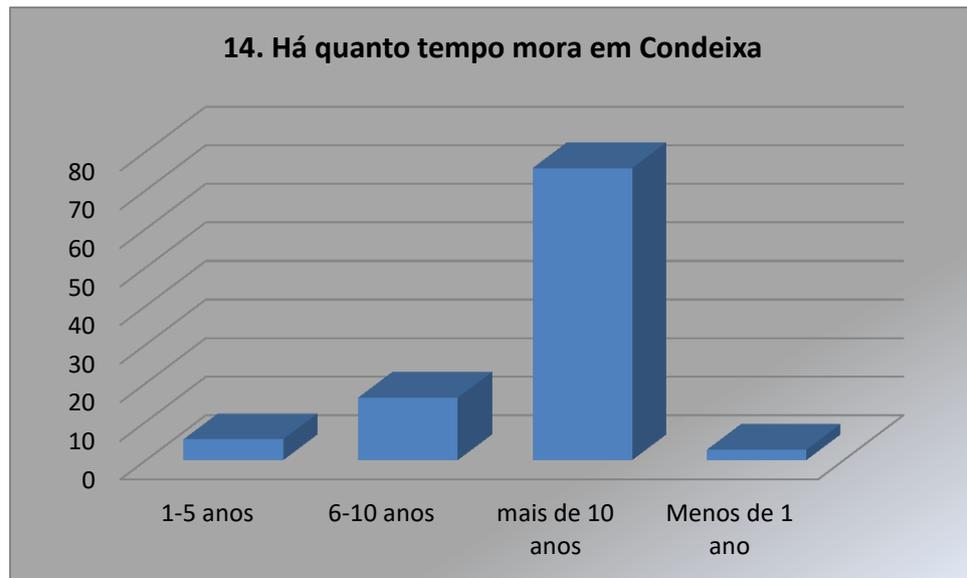


Gráfico 11: Há quanto tempo vive em Condeixa

Conclui-se, portanto, que os novos residentes de Condeixa trabalham esmagadoramente fora do concelho, com especial incidência em Coimbra, utilizam carro próprio para as suas deslocações que ocupam para mais de metade dos inquiridos até meia hora por dia no circuito de ida e volta. A grande maioria vive em casa própria em apartamento. Quando relacionado com a segunda hipótese formulada para responder à pergunta de partida, *As cidades-dormitório são espaços funcionalmente monofuncionais com especial incidência na função residencial*, estes dados parecem confirmar esta ideia, podendo ser retirada a ilação de que o fator emprego em Condeixa não é o que assume a principal função para os seus novos residentes.

8.3.3 Razões da Escolha do Local para Residência

8.3.3.1 Razões que levaram à escolha por Condeixa

Esta questão tinha a intenção de apurar as três principais razões que levaram os inquiridos a escolher Condeixa como local para fixarem a sua residência. Os resultados apontam para a razão Preço das Habitações (62,2%), Qualidade de Vida (40,5%) e Acessibilidades (37,8%) como as que mais pesaram no momento da escolha. De realçar a importância do fator preço para esta decisão, com valores bem acima da segunda razão mais apontada.

15. Razões que levaram a escolher Condeixa

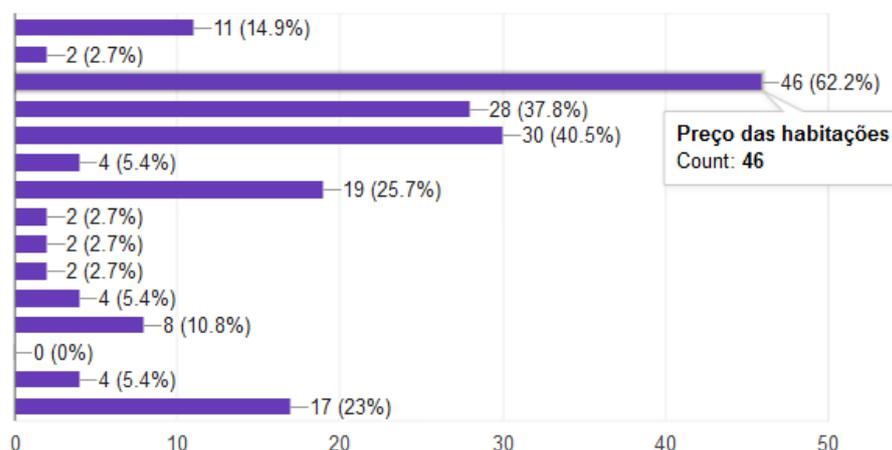


Gráfico 12: Razões que levaram a escolher Condeixa para viver

8.3.3.2 Viver em Condeixa...

Nesta questão era pedido aos inquiridos que completassem uma frase e que visava perceber até que ponto a escolha por Condeixa fora primeira escolha ou escolha de recurso. As respostas dão uma expressiva maioria (60,8%) à opção *não foi a primeira opção, mas foi a melhor alternativa à minha preferência*, sendo que apenas 28,4% responderam que se tratara da sua primeira opção residencial, o que deixa perceber que para mais de 60% dos inquiridos Condeixa não foi primeira escolha.

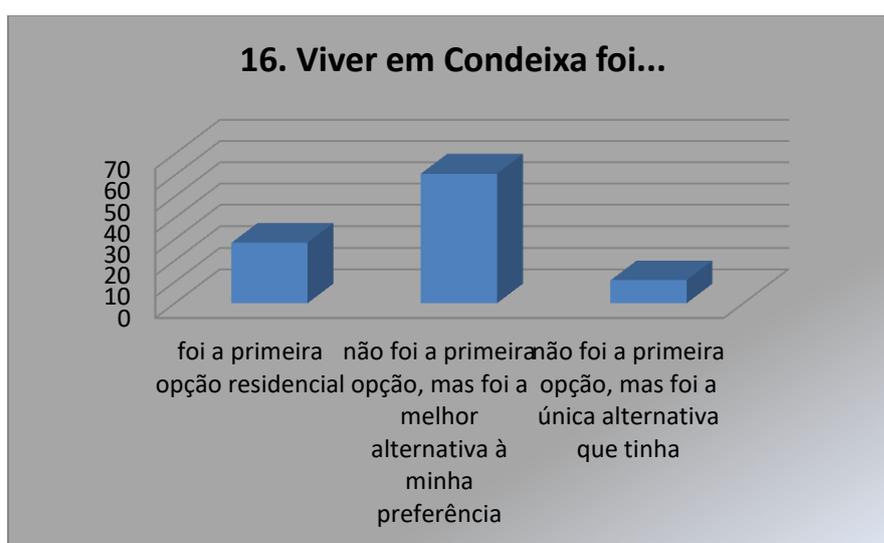


Gráfico 13: Especificação de opções

É entre os mais velhos que se verifica que Condeixa não foi a primeira opção, mas sim a melhor alternativa à preferência, enquanto os mais jovens indicam ter sido uma escolha de primeira opção.

		16. Viver Em Condeixa ...		
		foi a primeira opção residencial	não foi a primeira opção, mas foi a melhor alternativa à minha preferência	não foi a primeira opção, mas foi a única alternativa que tinha
Grupos	<1970	9.5%	76.2%	14.3%
	1971-1985	31.3%	62.5%	6.3%
	>1986	66.7%	33.3%	0.0%

Quadro 7: Cruzamento escalão etário com opção de residência

8.3.3.3 Em Relação ao Futuro

Neste caso era pedido que fosse escolhida uma das opções fornecidas para apurar até que ponto viver em Condeixa se poderia tornar uma opção definitiva ou temporária. Quase metade dos inquiridos (47,9%) responderam que pretendiam morar em Condeixa para sempre e apenas 15% afirmaram querer mudar para outro concelho logo que possível. Os restantes 37% manifestaram intenção de permanecer em Condeixa mais algum tempo e depois mudar de residência para outro concelho.

Quando cruzadas as variáveis escalão etário com as intenções de residência futuras, observa-se que a maioria dos mais velhos não pretende morar em Condeixa para sempre, procurando mudar de concelho logo que possível. Já metade dos mais novos manifesta intenção de permanecer no concelho para sempre. Isto levanta a questão de saber se esta intenção é fruto de uma estratégia voluntária ou de resignação, questão que só poderíamos ver respondida com recurso a uma investigação mais aprofundada e com recurso a uma metodologia qualitativa.

		17. Em Relação Ao Futuro, Vê-Se A:		
		Morar em Condeixa para sempre	Mudar a residência para outro concelho logo que possível	Residir mais alguns anos em Condeixa, mas mudar a residência para outro concelho
Grupos	<1970	38.1%	4.8%	57.1%
	1971-1985	54.8%	16.1%	29.0%
	>1986	50.0%	16.7%	33.3%

Quadro 8: Cruzamento variável grupo etário com perspetiva residencial futura.

8.3.3.4 Impressões sobre Condeixa

Nesta questão interessava-nos perceber qual a ideia que os inquiridos tinham da vila quando decidiram fixar aí habitação, sendo pedido que escolhessem até duas de oito opções. A esmagadora maioria afirmou que achava, na altura da escolha, Condeixa uma vila bem localizada. A maior distância veio a opção *Sossegada*, embora as opções *Vila Simpática* e *Vila com Qualidade de Vida* ficassem muito próximas desta.

18. O que achava de Condeixa quando comprou/arrendou casa? (escolha até duas que melhor traduzem a sua opinião)

73 responses

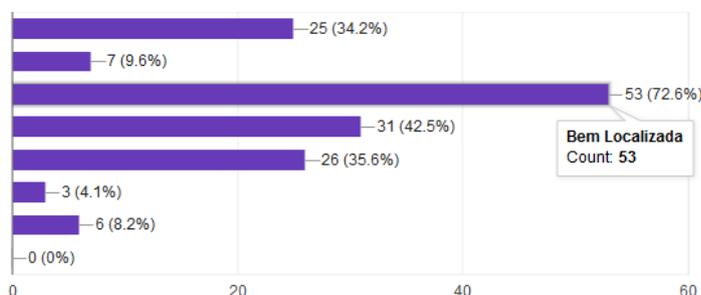


Gráfico 14: O que achava de Condeixa quando comprou/arrendou casa

8.3.3.5 Impressões sobre Condeixa hoje

Nesta questão procurava-se saber o que achavam presentemente os novos residentes de Condeixa sobre a vila que escolheram para sua residência. Eram apresentadas as mesmas opções da questão anterior, para perceber se tinha havido alterações na ideia dos inquiridos. As respostas indicam que não existiu essa alteração, pois a boa localização e o fator sossego continuaram a ser os mais indicados, com a diferença de o primeiro ter assistido a uma diminuição de escolhas e o segundo a um aumento.

19. O que acha hoje de Condeixa? (escolha até duas que melhor traduzem a sua opinião)

73 responses

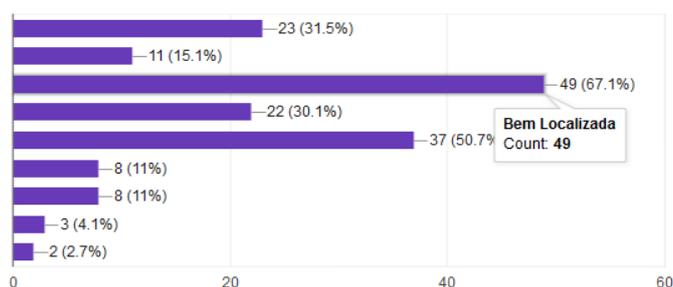


Gráfico 15: O que acha de Condeixa atualmente

As respostas às questões relativas ao ponto *Razões da Escolha do Local para Residência* permitiram dar informação para duas das hipóteses formuladas, a saber: *Os novos residentes escolhem as cidades-dormitório por uma questão económica* e *Os novos residentes escolhem as cidades-dormitório como local de residência transitório*. Relativamente à primeira hipótese, ela confirma-se, pois a esmagadora maioria afirma ter tomado a opção com base numa escolha de ordem económica. Quanto à segunda, ela também encontra sustentação, uma vez que mais de metade dos inquiridos mais velhos afirma não pretender viver em Condeixa para sempre, e cerca de metade dos mais novos também não querem fazer de Condeixa local de residência permanente, o que atesta a sua condição de espaço transitório.

8.3.4 Uso do Local

Tendo a questão da monofuncionalidade tanta importância na discussão relacionada com as cidades-dormitório, era necessário perceber que uso, além do residencial, fazem os novos residentes da vila.

8.3.4.1 Utilização de serviços Públicos de Condeixa

Com esta questão pretendíamos perceber se os inquiridos utilizavam os serviços públicos disponibilizados em Condeixa. Constata-se que 63% respondeu afirmativamente, ou seja, que utiliza esses serviços, mas destaca-se que 37%, mais de um terço dos inquiridos, afirma não utilizar esses serviços na vila onde tem a sua habitação.

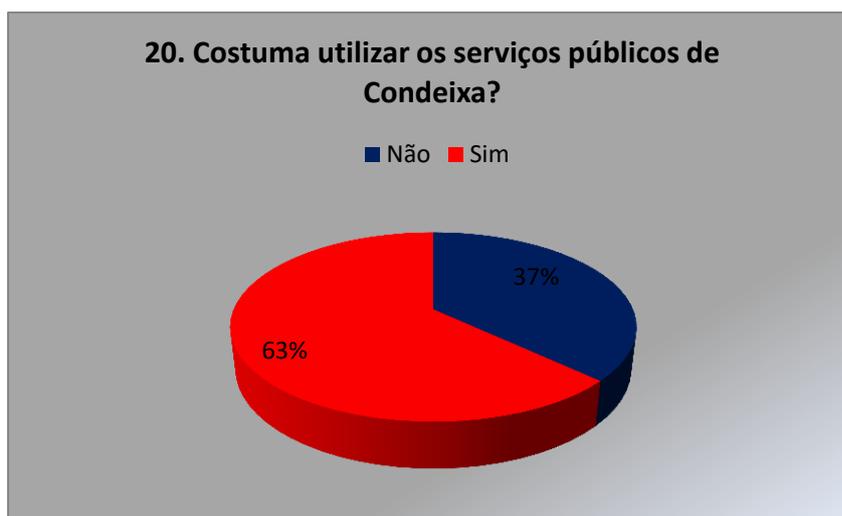


Gráfico 16: Utiliza ou não espaços públicos de Condeixa

8.3.4.2 Serviços Públicos mais utilizados em Condeixa

De uma lista de onze opções pretendia-se que fossem apontados os serviços públicos mais utilizados em Condeixa do que noutra concelho. Saúde, Correios, Finanças e os Bancos foram os mais apontados. Registe-se que, embora vinte e sete inquiridos em setenta e três tivessem respondido à questão anterior que não utilizavam este tipo de serviços em Condeixa, houve sessenta e nove respostas a esta questão, o que leva a concluir que muitos dos inquiridos fazem uma utilização não percecionada dos serviços públicos de Condeixa.

21. Que Serviços Públicos utiliza mais em Condeixa do que noutra localidade? (pode seleccionar mais do que uma opção)

69 responses

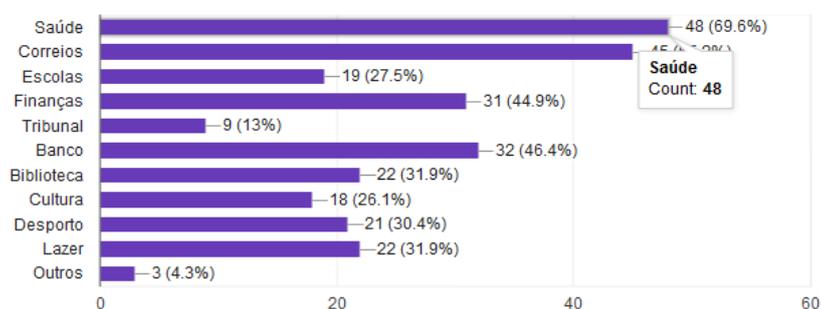


Gráfico 17: Serviços públicos mais utilizados em Condeixa que noutra concelho.

8.3.4.3 Utilização do Comércio

Em linha com a questão anterior pretendia-se saber que utilização era feita do comércio em Condeixa, considerando-se para tal o comércio local, os supermercados e o mercado. Verificou-se através das respostas uma distribuição equilibrada entre os que afirmam fazer a maior parte dessas compras em Condeixa (35,6%), os que as fazem tanto em Condeixa como noutra concelho (32,9%) e os que as fazem apenas fora do concelho (31,5%). Este último valor indica, contudo, que cerca de um terço dos residentes faz um uso residual do comércio em Condeixa, valor não despreciando.



Gráfico 18: Utilização do Comércio de Condeixa

8.3.4.4 Diversão em Condeixa

Com esta pergunta pretendia perceber-se qual a percentagem de novos residentes que saem à noite com intuítos de diversão em Condeixa. Quase 80% respondeu que não usa a vila para esse propósito, permitindo concluir que a oferta deste tipo de espaços/serviços não é procurada pelos novos residentes ou não existe ou existe em grau insuficiente. Os que afirmam sair são os mais jovens.

		23. Costuma Sair À Noite Para Diversão Em Condeixa?	
		Não	Sim
Grupos	<1970	36.2%	33.3%
	1971-1985	57.4%	41.7%
	>1986	6.4%	25.0%

Quadro 9: Cruzamento escalão etário com utilização de Condeixa para diversão noturna

Os residentes mais recentes são os que têm maior tendência a sair à noite em Condeixa, enquanto da parte dos residentes mais antigos a esmagadora maioria afirma não o fazer.

		23. Costuma Sair À Noite Para Diversão Em Condeixa?	
		Não	Sim
14. Há Quanto Tempo Reside em Condeixa?	1-5 anos	25.0%	75.0%
	6-10 anos	91.7%	8.3%
	Menos de 1 ano	0.0%	100.0%
	mais de 10 anos	82.1%	17.9%

Quadro 10: Cruzamento variável tempo em Condeixa e Hábito de sair à noite no concelho

8.3.4.5 Espaços de Diversão Frequentados

Ainda em relação à questão anterior, procurava-se saber que espaços de diversão procuravam os que tinham afirmado usar Condeixa para esse fim. Houve sessenta e sete respostas, o que significa que vinte e seis inquiridos, embora tivessem afirmado não sair à noite para diversão em Condeixa na questão anterior, optaram por apontar espaços nesta questão. Como escolha isolada foram apontados os Restaurantes, Cafés e Espaços Verdes. As restantes respostas associavam dois ou mais destes espaços.



Gráfico 19: Espaços frequentados em Condeixa para diversão noturna

8.3.4.6 Supermercados

Nesta questão pretendia-se saber onde faziam os novos residentes maior uso dos supermercados. Mais de metade dos inquiridos (52,7%) apontou Condeixa como o local onde utiliza mais este tipo de espaços. Para 36,5% estes mesmos espaços são mais utilizados em Coimbra. Uma das características dos espaços dormitório é acolherem num curto espaço de tempo número significativo de potenciais clientes, o que motiva investimentos de espaços comerciais nesses locais. O surgimento de supermercados de média dimensão no concelho nos últimos anos dá sustentação a esta ideia. Resulta desta análise ainda outra ideia, que é a facilidade que os espaços comerciais de maior dimensão têm em atrair clientes em comparação com o comércio local nas cidades principais, fenómeno que parece também ser replicado nos espaços-dormitório.

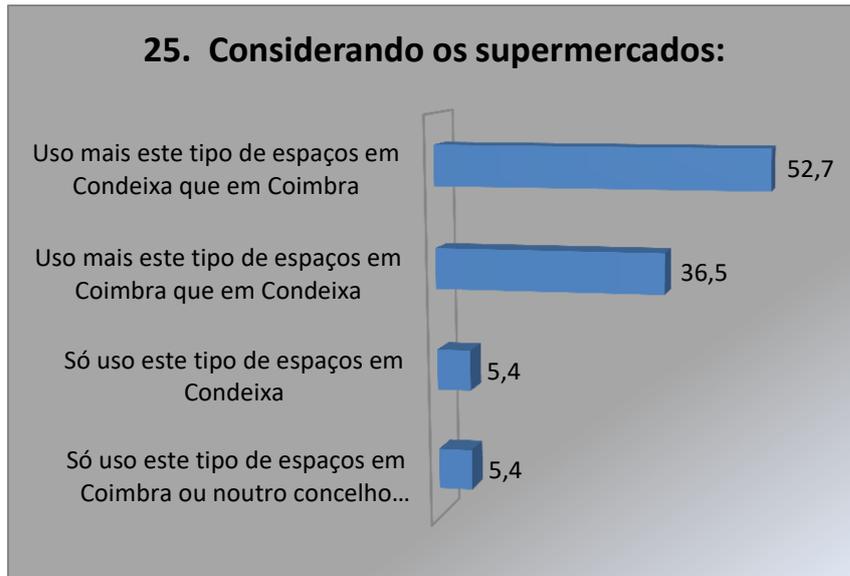


Gráfico 20: Utilização dos Supermercados

8.3.4.7 Filhos em Idade Escolar

Pretendia-se saber se os inquiridos tinham filhos em idade escolar, tendo 60% respondido afirmativamente.



Gráfico 21: Filhos em idade escolar

8.3.4.8 Filhos em Escolas de Condeixa

Relacionada com a questão anterior pretendia-se saber qual a percentagem de inquiridos que tinham os filhos em idade escolar a frequentar estabelecimentos de ensino em Condeixa. As respostas permitiram perceber que metade dos inquiridos afirmam ter os seus filhos em escolas de Condeixa. Esta questão não permitiu contabilizar os filhos em idade escolar que frequentam o ensino superior e que, por essa razão, não podem frequentar escolas de Condeixa.



Gráfico 22: Filhos a frequentar escolas de Condeixa

Contudo, analisando a evolução do número de alunos matriculados no concelho de Condeixa-a-Nova desde 2010 verifica-se que tem havido uma tendência de decréscimo. Embora em linha com a perda de população jovem a nível nacional, esta diminuição não acompanha o acréscimo de população que Condeixa tem acolhido no mesmo período, pelo que atesta que, efetivamente, existe uma percentagem considerável de população em idade escolar que não frequenta as escolas do concelho. Uma das escolas fora do concelho que tem contribuído para esta fuga de alunos para fora de Condeixa é o Colégio da Imaculada Conceição, em Cernache. Uma vez que esta escola perdeu no presente ano letivo o contrato de associação com o estado e vai deixar de receber financiamento público para as suas turmas no próximo ano letivo, adivinha-se que a população escolar de Condeixa possa aumentar, tal como já sucedeu no ano letivo 2017/2018 com a abertura de novas turmas (segundo o que foi possível apurar).

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre Condeixa-a-Nova

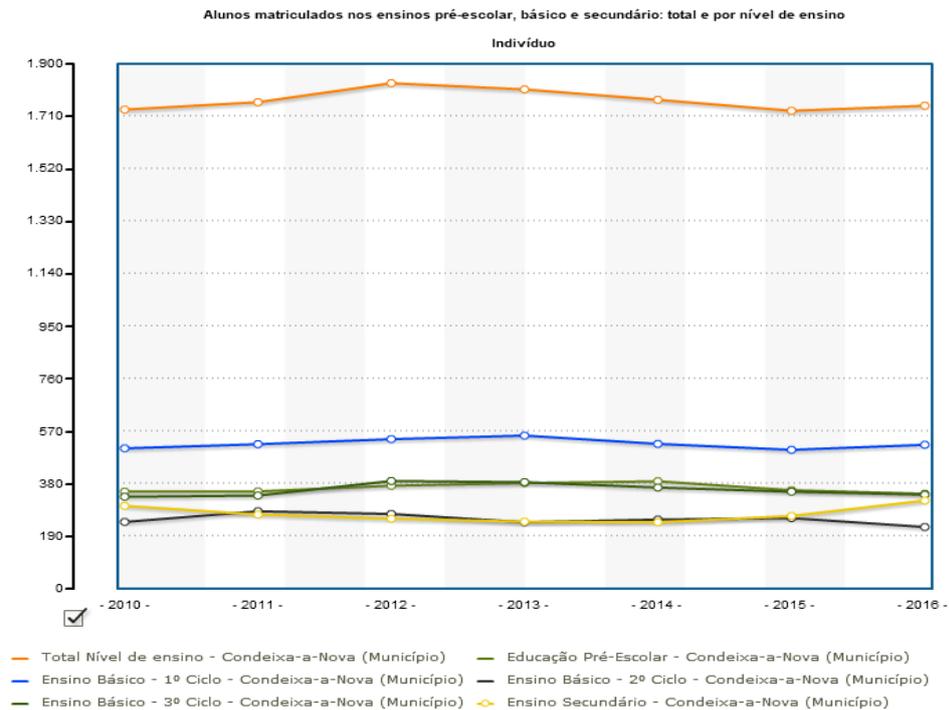


Gráfico 23: Evolução matriculados escolas concelho Condeixa-a-Nova. Fonte: Pordata

8.3.4.9 Escolha da Escola com Base no Local de Trabalho

Relacionada com a questão anterior, esta pergunta pretendia apurar se a opção pela colocação dos filhos em escolas fora do concelho se prendia com o local de trabalho do inquirido ou do seu cônjuge, o que foi confirmado por 36% dos inquiridos, o que permite concluir que nos restantes casos se deve a uma questão de opção pessoal por determinado estabelecimento de ensino.

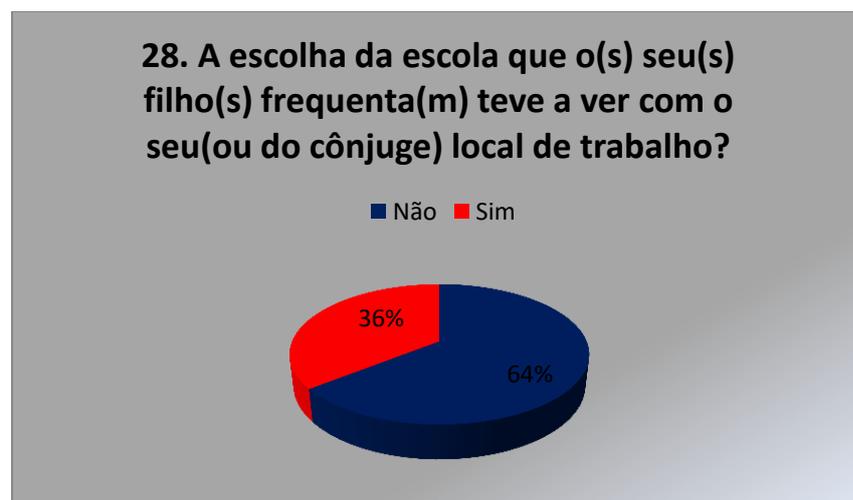


Gráfico 24: Relação da escolha da escola com base no local de trabalho

Este conjunto de questões visou trazer informação para a hipótese *Os novos residentes fazem pouco uso dos serviços disponibilizados pelas cidades-dormitório*. Os dados parecem apontar para a existência de um uso para além do da monofuncionalidade residencial que está associado às cidades-dormitório. Contudo, essa utilização assenta essencialmente em alguns serviços públicos os quais os inquiridos parecem nem sempre ter noção de utilizar em maioria no concelho. A utilização do comércio é repartida entre a vila e outros concelhos. Conclui-se pelo pouco uso em termos de diversão e pela utilização das escolas do concelho por apenas metade da população inquirida.

8.3.5 Relação com o Lugar

8.3.5.1 Familiares em Condeixa

Com esta questão pretendia-se saber se os inquiridos tinham familiares a viver em Condeixa, fator que poderia ter importância para facilitar a integração com o lugar. Dois terços dos inquiridos afirmaram não ter familiares em Condeixa.

8.3.5.2 Amigos em Condeixa

Na mesma linha da questão anterior, pretendia-se saber se os inquiridos tinham amigos a viver em Condeixa. Neste caso, 84,9% responderam afirmativamente.

8.3.5.3 Integração em Condeixa

A questão da integração assume importância na relação com o lugar, pelo que foi questionado aos respondentes do inquérito se eles se sentiam bem integrados em Condeixa, tendo 92% respondido que sim e apenas 8% que não.

Cruzando as variáveis das duas questões anteriores com esta variável é-nos permitido concluir que os inquiridos que respondem não ter familiares ou amigos a residir em Condeixa manifestam menor integração com o lugar em comparação com aqueles que têm.

		31. Sente-Se Bem Integrado Em Condeixa?	
		Não	Sim
29. Tem Familiares A Viver Em Condeixa?	Não	10.2%	89.8%
	Sim	4.2%	95.8%
30. Tem Amigos A Viver Em Condeixa?	Não	27.3%	72.7%
	Sim	4.9%	95.1%

Quadro 11: Cruzamento variáveis Familiares e Amigos com Integração em Condeixa

8.3.5.4 Conhecimento dos Vizinhos

Procurou-se também saber qual o grau de conhecimento dos vizinhos por parte dos novos residentes. Cerca de metade (48,6%) afirmaram conhecer alguns e 29,7% quase todos. Apenas 16,2% afirmaram conhecer todos os vizinhos.

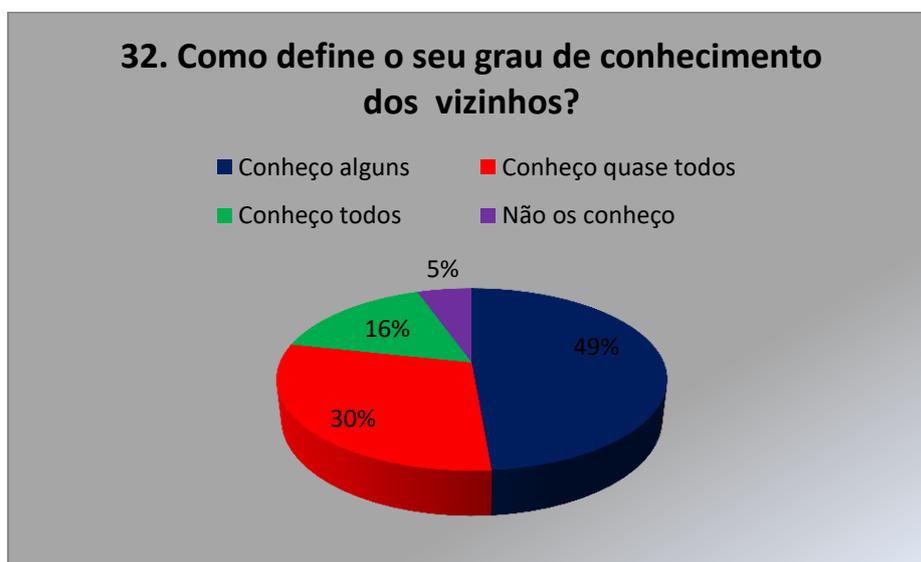


Gráfico 25: Grau de conhecimento dos vizinhos

8.3.5.4 Tipo de Conhecimento dos Vizinhos

Cerca de metade dos inquiridos afirmam manter com os vizinhos um relacionamento de vizinhança. 25% das respostas repartem-se entre a amizade e o convívio. Note-se os quase 25% de inquiridos que afirmam manter apenas uma relação superficial com os vizinhos.

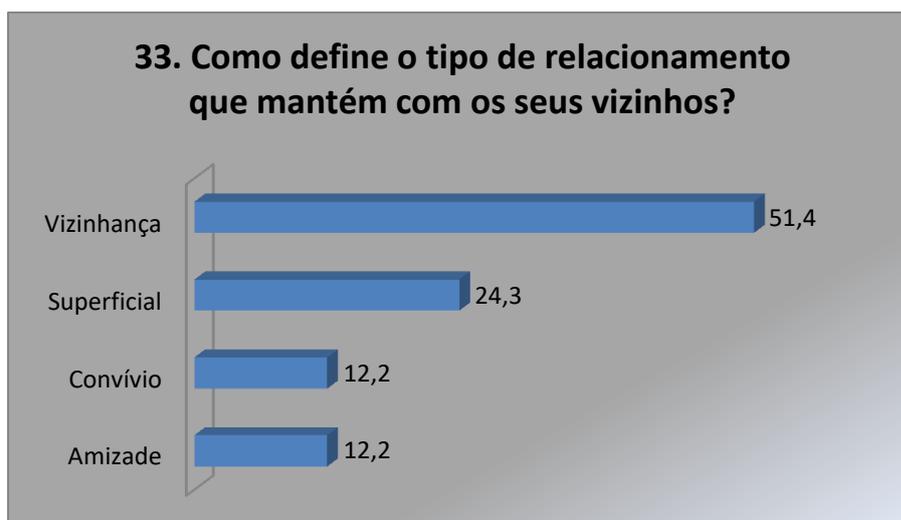


Gráfico 26: Definição de relacionamento com os vizinhos

8.3.5.5 Sentir-se Condeixense

Tornava-se importante conhecer a relação identitária com o espaço por parte dos novos residentes. Esta questão servia para aferir se se sentiam condeixenses. A maior parte (32,4%) optou por responder que se sente alguma coisa condeixense e 14,9% afirmam sentir-se bastante. Do outro lado das respostas, 24,3% dizem sentir-se pouco condeixenses e 18,9,6% afirmam mesmo não se sentir nada condeixense, totalizando o grupo dos que manifestam pouca ou nenhuma ligação ao lugar 43,2% do total dos inquiridos, valor assinalável.

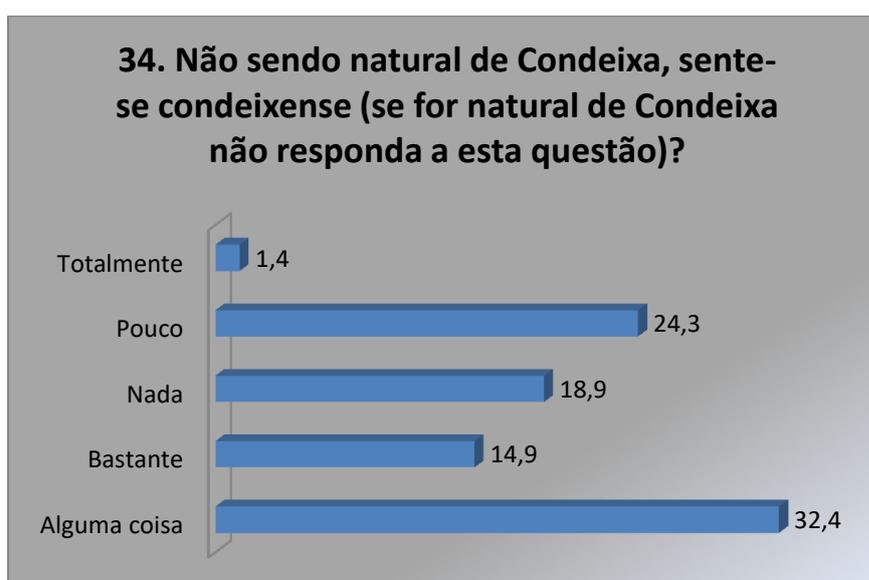


Gráfico 27: Sentir-se Condeixense

8.3.5.6 Associativismo

A participação em movimentos associativos ou de outra índole pode também ser um indicador de envolvimento com o local e preocupação na resolução de problemas da comunidade. Apenas dezassete pessoas responderam pertencer a uma associação/clube.²³



Gráfico 28: Membro de Associação ou Clube de Condeixa

8.3.5.6 Participação associativa que já existia antes

No caso dos inquiridos que responderam pertencer a uma associação/clube, foi questionado se essa participação já vinha de trás ou se foi iniciada em Condeixa. Apenas 14% já pertenciam a essa associação/clube antes de virem para Condeixa, pelo que a maioria dos respondentes iniciou essa participação já após viver em Condeixa, o que pressupõe uma utilização que vai para além de apenas a função residencial.

²³ Um dos elementos que nos pode dar alguma indicação do grau de participação das pessoas no melhoramento ou resolução de problemas das suas comunidades é o contributo com propostas para o Orçamento Participativo. Uma consulta ao *site* do Orçamento Participativo da Câmara Municipal permite perceber que as propostas mais votadas são em seis casos provenientes de freguesias rurais, em nove casos da freguesia do Sebal (misto de rural e urbano) e noutras nove da união de Freguesias Condeixa-a-Nova/Condeixa-a-Velha, pelo que se depreende que são os residentes dos lugares menos urbanos e com menos população alógena que mais contribuem com propostas para o Orçamento Participativo da vila.



Gráfico 29: Clube/Associação a que pertencia antes de vir para Condeixa

A maior parte das associações/clubes apontados são clubes desportivos. A Associação de Pais surge como a associação não desportiva mais referida. Apenas uma resposta apontou uma organização política.

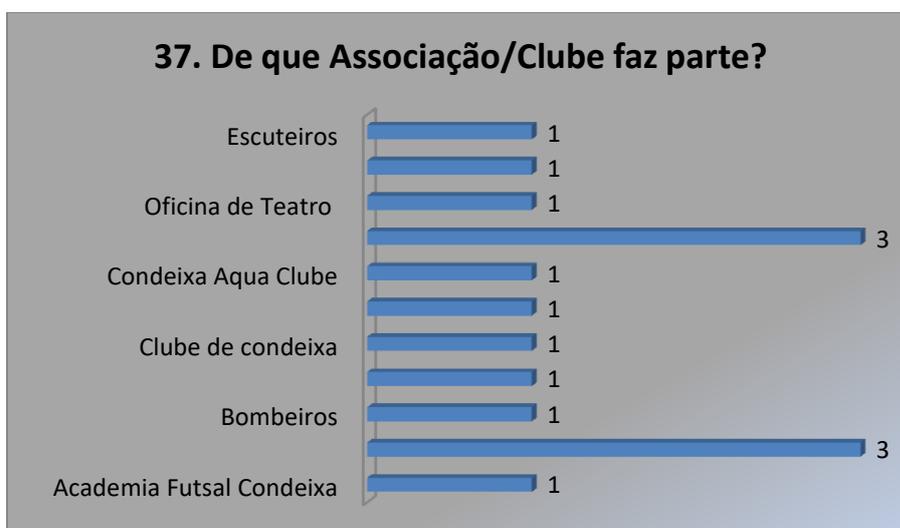


Gráfico 30: Associação/Clube do qual faz parte

8.3.5.7 Relação com Condeixa

Com esta questão procurava-se saber qual a perceção da ligação ao lugar que os novos residentes mantinham com Condeixa. Para 28,4% dos inquiridos, Condeixa é vista como um local onde já criaram raízes, sendo esta a resposta mais dada. Para outros 27% é um local onde já criaram raízes e onde pretendem permanecer, o que significa que 55,1% dos inquiridos manifestam ter uma relação de alguma

proximidade com o lugar. De destacar que mais de um quarto das respostas (25,7%) assumem que Condeixa funciona apenas como dormitório. Há depois ainda 16,2% que dizem Condeixa ser apenas local onde residem temporariamente.

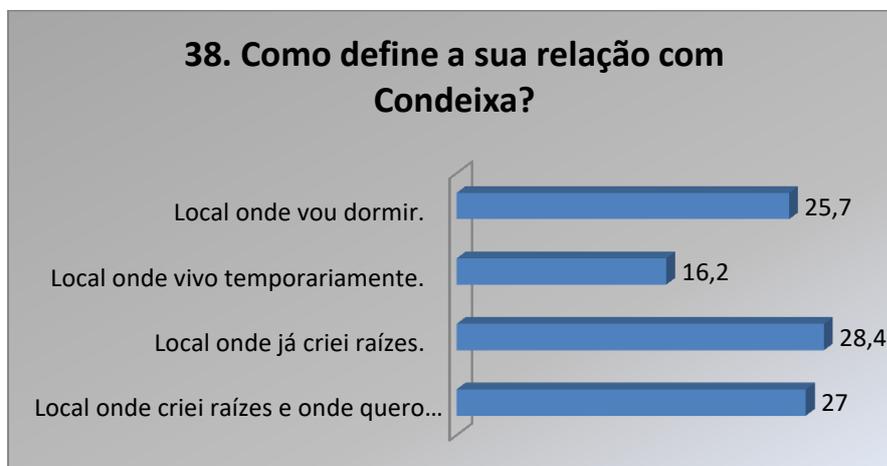


Gráfico 31: Definição da relação com Condeixa

8.3.5.8 Perspetiva de permanecer em Condeixa

Quando questionados sobre a forma como encaram a ideia de terem de permanecer os próximos anos em Condeixa, os inquiridos respondem na esmagadora maioria (63,5%) que o fazem com naturalidade. Há, contudo, cerca de 10% que afirmam ver esse cenário como desanimador.

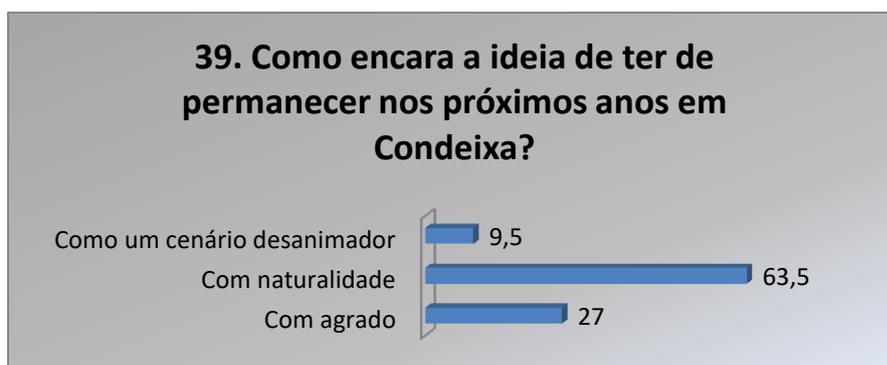


Gráfico 32: Forma como a ideia de permanecer em Condeixa é encarada

8.3.5.9 Local de Proveniência

A última questão do inquérito visava perceber qual o local que os inquiridos respondiam quando questionados de onde eram. Pretendia-se saber se se assumiam como sendo de Condeixa ou se davam o seu local de origem, independentemente de já não terem aí a sua residência principal. Mais de dois terços dos inquiridos optou por

dizer que aponta o seu local de origem. Apenas cerca de um terço opta por se dizer de Condeixa.

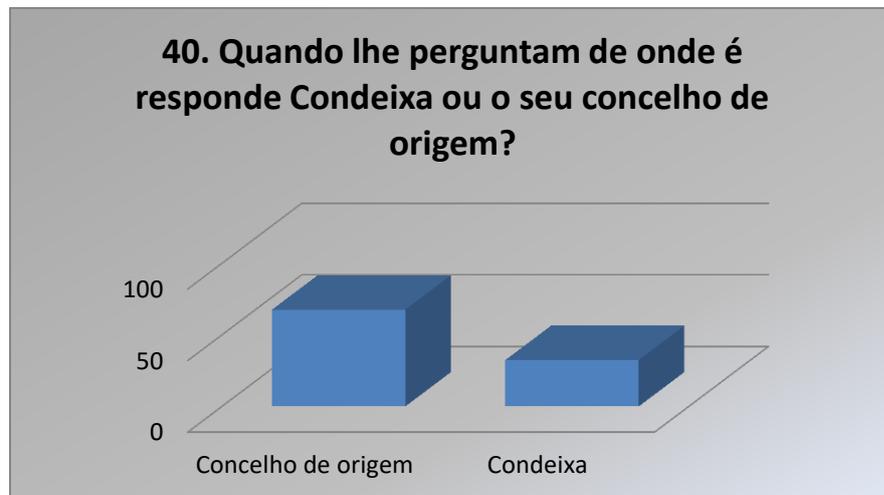


Gráfico 33: Resposta dada à pergunta qual o concelho de origem

A última das hipóteses avançadas era a seguinte: *Os novos residentes mantêm uma relação superficial com o espaço físico e social nas cidades-dormitório.* Com base neste último conjunto de respostas podemos perceber que embora haja uma percentagem elevada de inquiridos que afirmam ter amigos a viver em Condeixa, e que têm um grau considerável de conhecimento dos vizinhos, esses laços sociais parecem ser do tipo fraco e de cariz utilitário, não funcionando como âncora para a ligação ao lugar. Cerca de metade dos inquiridos afirmam sentir-se pouco ou nada condeixenses e apenas uma percentagem diminuta faz parte de uma associação/clube do concelho, sendo que a quase totalidade se prende com clubes/atividades desportivas e de associações de pais. Ainda assim, há a destacar relativamente a esta questão que a adesão a essa associação/clube foi feita já enquanto residente em Condeixa e não fruto de um vínculo anterior trazido do concelho de onde o inquirido veio. Embora a grande maioria encare com naturalidade ter de permanecer em Condeixa por mais anos, mais de 40% manifesta pouco ou nenhum enraizamento com o concelho, optando cerca de dois terços por dar o seu concelho de origem e não Condeixa como local de proveniência quando questionado de onde é. As respostas vão no sentido de não se poder afirmar que existe uma ligação ao lugar por parte dos novos residentes, porquanto as suas respostas não manifestam inequivocamente que o sentem como seu.

8.4 Outros Resultados

Depois de analisadas as frequências absolutas por resposta, importa procurar descortinar mais algumas informações que os resultados deste inquérito nos permitem obter, nomeadamente quando relacionamos questões.

Quando cruzadas as variáveis que dizem respeito ao peso que Condeixa teve para a escolha de local de residência e a perspetiva de permanecer no futuro no local, constata-se que os que manifestaram que Condeixa não foi a sua primeira escolha residencial ou foi a escolha possível são os que mais manifestam a intenção de mudar de concelho de residência assim que possível. Assim sendo, 43,2% daqueles para quem Condeixa não foi primeira opção residencial, mas sim a melhor alternativa à sua preferência, manifestam intenção de residir mais alguns anos em Condeixa e depois mudar para outro concelho, enquanto 15,9% pretende mudar de residência assim que possível. Para 37,5% daqueles para quem Condeixa não foi a primeira opção residencial, a intenção é também a de residir mais alguns anos e depois mudar de concelho, mas 50% pretendem fazê-lo assim que possível. Verifica-se, portanto, que a esmagadora maioria dos residentes para quem Condeixa não foi primeira opção não pretendem ficar na vila para sempre. Já no caso daqueles que escolheram este local como primeira opção residencial, 76,2% afirma querer residir em Condeixa para sempre, e apenas 23,8% querem mudar de concelho mais tarde (ver Apêndice 2, Quadro 1).

O cruzamento das variáveis *Há quanto tempo reside em Condeixa* e *Em relação ao futuro vê-se a...* constata-se que parece haver um certo conformismo em residir na vila, pois 50% e 38,2% dos residentes mais antigos (entre seis e dez e mais de dez anos respetivamente) afirmam querer residir mais alguns anos e depois mudar de concelho, informando 50% e 43,6% a intenção de permanecer em Condeixa para sempre. No caso dos residentes mais jovens, 100% dos que vivem em Condeixa de um a cinco anos pretendem ali residir para sempre e 50% dos que ali vivem há menos de um ano afirmam a mesma intenção (ver Apêndice 2, Quadro 2).

Quando cruzada a questão da integração com o sentir-se condeixense, os que informam não se sentir integrados dizem sentir-se nada ou pouco condeixenses (40% e

60%, respetivamente). Já entre aqueles que se afirmam bem integrados, 38,7% dizem sentir-se alguma coisa condeixense e 17,7% bastante, pelo que mais de metade dos inquiridos que se dizem bem integrados em Condeixa manifesta níveis de sentimento de pertença à vila positivos (ver Apêndice 2, Quadro 3).

Ao relacionar o sentir-se condeixense com a questão que pretendia saber qual o local que os inquiridos davam quando perguntados de onde eram, verifica-se que os que responderam sentir-se alguma coisa ou bastante condeixenses responderam ser de Condeixa. Já no caso dos que se afirmam sentir nada ou pouco condeixenses, existe um nível fraco de respostas *Condeixa* quando perguntados de onde são (ver Apêndice 2, Quadro 4).

Relacionando a forma como os inquiridos definem a sua relação com Condeixa com a ideia de ter de permanecer na vila durante os próximos anos, 70% dos que respondem que Condeixa é um local onde já criaram raízes e onde querem continuar a viver confirmam ser com agrado que encaram a ideia de ter de permanecer na vila. Já entre os que afirmam ser um local onde criaram algumas raízes 71,4% afirmam ver com naturalidade o facto de aí terem de viver mais alguns anos. Da mesma forma os que afirmam que Condeixa é um local onde vivem temporariamente dizem ver com naturalidade o facto de aí terem de permanecer. Já no caso dos que dizem que Condeixa é local onde vão dormir, ter de permanecer ali nos próximos anos é visto com um cenário desanimador para 26,3% dos inquiridos, o valor mais alto nesta opção (ver Apêndice, Quadro 5).

Noutra análise foram consideradas as razões que conduziram à escolha de Condeixa por parte dos que afirmaram ter sido esta vila a sua primeira opção residencial. Constata-se que a qualidade de vida e os laços familiares foram as duas opções mais assinaladas. O quadro de frequências gerais para as razões de escolha por Condeixa para residência apontava o fator preço das habitações como a principal opção, pelo que se verifica aqui uma diferença de critérios de escolha para os que viram Condeixa como a sua primeira opção residencial (ver Apêndice 2, Quadro 1).

Quando recorremos à informação de quem indicou fazer a maior parte das compras em Condeixa e a cruzamos com as razões de escolha residencial, podemos

observar que os espaços verdes e a qualidade de vida foram as duas razões mais apontadas para essa escolha, o que deixa perceber que o comércio de Condeixa é mais utilizado por pessoas que escolheram a vila para viver com base em critérios relacionados com a fruição do espaço (qualidade de vida, espaços verdes) e menos com base no preço das habitações. Assim sendo, a escolha com base em critérios não assentes na racionalidade económica é propícia a uma maior utilização do espaço (ver Apêndice 2, Gráfico 2).

É também interessante observar as razões pela opção residencial assinaladas por quem afirma já ter criado raízes com Condeixa e aí pretender permanecer alguns anos. Novamente são as opções qualidade de vida e os espaços verdes que mais pesam, permitindo concluir que cria mais relação identitária com o lugar quem o escolheu por razões relacionadas ao usufruto do espaço e que menos valorizou a questão preço e acessibilidades (ver Apêndice 2, Gráfico 3).

9. CONCLUSÃO

Com este trabalho propusemo-nos estudar a relação com o lugar que os novos residentes mantêm com as cidades-dormitório, tendo, para tal, sido escolhida a vila de Condeixa-a-Nova como objeto do estudo.

A abordagem que decidimos fazer ao tema e as hipóteses que formulámos conduziram a um aporte teórico assente nos seguintes domínios: a cidade; a suburbanização; as cidades-dormitório e a relação com o lugar.

Torna-se difícil definir a cidade, não existindo uma definição única, antes tantas quantas as realidades sobre as quais estamos a falar. A dimensão e a densidade são elementos definidores do que é a cidade, mas é necessário complementar estes critérios com outros como a funcionalidade, por exemplo, para que seja possível chegar a entendimentos que justifiquem por que razão determinado aglomerado é cidade e outro não.

Concluiu-se que as cidades-dormitório são um fenómeno associado à suburbanização. Tal como sucede com a cidade, também na suburbanização não existe uma definição única, antes realidades distintas e que se afastam umas das outras dependendo do caso que estamos a analisar. Historicamente, a suburbanização resultante das revoluções industriais na Europa e nos EUA surgiu como fuga à cidade por parte das franjas mais favorecidas da população, fenómeno que continua a verificar-se ainda na América do Norte, onde o subúrbio não tem necessariamente uma carga negativa, ao contrário do que acabou por suceder na Europa, onde acabou por assumir uma carga não muito abonatória. Independentemente da carga negativa ou positiva dos subúrbios, verifica-se que eles têm grande importância no crescente fenómeno de urbanização do mundo, pois uma grande percentagem da nova população que se urbaniza fá-lo nos subúrbios. Esta realidade conduz à problemática do esvaziamento das cidades em detrimento do crescimento do seu entorno, mais por via de uma escolha forçada do que propriamente por opção voluntária. De registar que o repovoamento a que assistem os centros de algumas cidades em Portugal, com especial destaque para Lisboa e para o Porto, vão no sentido da gentrificação de

alguns espaços, dando força à ideia do empurrar para os subúrbios de grande quantidade de pessoas que gostariam de poder ocupar ou permanecer nesses mesmos espaços, mas que não têm condições económicas para fazer face às exigências da especulação imobiliária. É nessa sequência que o surgimento das cidades-dormitório se assume como uma das principais manifestações da suburbanização, apresentando-se como espaços monofuncionais de carácter essencialmente residencial, acolhendo em pouco tempo massas consideráveis de novos residentes que encontram a preço acessível e por via da proximidade à cidade principal a sua habitação. Mas torna-se difícil esconder o sentido de minorização que estes espaços carregam e que começa no seu próprio nome definidor – cidade-dormitório. Estas cidades serão, portanto, essencialmente locais para permanecer algumas horas do dia, obrigando a procurar tudo o resto (o trabalho, a educação, o lazer, etc) noutra local, normalmente a cidade polarizadora que preside à metrópole ou à constelação urbana, conforme o caso. É esta, pelo menos, a ideia que subsiste no imaginário do que são as cidades-dormitório.

A ligação ao lugar, indica-nos a literatura, é fator importante para o desenvolvimento do próprio lugar e para a sua mudança de estatuto. A apropriação do lugar é fator fundamental para que as cidades-dormitório passem a ser vistas como algo mais do que apenas um espaço onde se encontra habitação a preços acessíveis e relativamente perto da cidade fornecedora do emprego e de serviços.

A ideia comumente associada às cidades-dormitório é a de que são espaços de segunda opção, assentes em casas baratas, bons acessos e desprovidas de infraestruturas. Este é o cenário que os estudos existentes, principalmente os que têm origem no Brasil, nos vão pintando. Contudo, como parece ser regra nas questões urbanas, a realidade desmente muitas vezes a ideia feita. Observa-se que as cidades-dormitório não são todas iguais nem se desenvolvem todas da mesma forma, como provam aquelas que, fruto da sua evolução, deixam cair o *dormitório* para trilharem o seu caminho apenas como *cidade*. As cidades-dormitório podem, portanto, confirmar a carga menos abonatória que normalmente carregam consigo, mas também podem corresponder a lugares de escolha voluntária como opção mais tranquila à selva urbana, dotadas da qualidade de vida e do bucolismo que há muito se esfumaram da cidade.

No caso do objeto em estudo, Condeixa parece poder enquadrar-se num destes exemplos: dormitório, local de segunda opção para parte dos novos residentes, que fazem da vila apenas um uso residencial remetendo as restantes funções maioritariamente para Coimbra. Confirma-se que a caracterização sociodemográfica dos novos residentes de Condeixa é composta por um tipo de residente de perfil similar; que a escolha de Condeixa assentou em fatores de racionalidade económica; que a proximidade à cidade fornecedora de emprego é fator determinante na escolha. Mas o inquérito aplicado aos novos residentes permitiu perceber que Condeixa tem conseguido assumir-se como algo mais do que apenas dormitório. Os usos vão já mais além do que apenas o ir dormir a Condeixa. Parte destes residentes já fazem uma utilização maioritária de muitas das funções do dia-a-dia na vila. Em muitos casos já se nota uma apropriação do lugar. Existe ligação ao lugar, afirmam-se graus de satisfação consideráveis com a vila, reconhecem-se virtudes do lugar, tudo aspetos que contrariam a ideia de que o espaço serve apenas para um uso residencial. A proximidade a Coimbra parece funcionar até como uma forma de fazer esquecer que se está noutro concelho. Em alguns casos, Condeixa parece ter voltado a integrar Coimbra, e, em termos físicos, retirem-se as placas toponímicas existentes entre os dois municípios e torna-se difícil saber onde acaba um e começa o outro. Embora para a maioria dos novos residentes a ideia de ter de permanecer em Condeixa no futuro não seja vista como algo negativo, a maioria afirma, contudo, querer mudar de concelho logo que possível, reforçando a dificuldade que as cidades-dormitório têm em conseguir fazer com que os seus residentes se apropriem do lugar.

9.1. Limitações do estudo

O inquérito que serviu de base à recolha dos dados para este trabalho permitiu-nos confirmar algumas das hipóteses levantadas e deixar algumas interrogações relativamente a outras. A amostra, contudo, não foi suficientemente alargada para poder de forma clara e indiscutível determinar qual é a ligação por parte dos novos residentes de Condeixa em relação ao lugar. O facto de não haver mais estudos deste tipo feitos em Portugal impede também a comparação com outras realidades, não sendo possível estabelecer se há diferenças ou semelhanças por parte de populações de cidades-dormitório das metrópoles e noutros contextos. Da mesma forma, a

inexistência destes estudos impede igualmente a comparação da problemática abordada entre contextos semelhantes. Por tudo isto, embora pertinente, este estudo deverá ser visto simplesmente como um contributo para a abordagem da questão da relação com o lugar nas cidades-dormitório e não ser visto como um conjunto de informação definitiva e aplicável a toda e qualquer cidade-dormitório, pois para tal serão necessários mais estudos e recolha de informação.

9.2. Pistas para futuras investigações

Os resultados deste estudo, principalmente os que o inquérito nos forneceu, permitiram perceber e determinar quem são e como se relacionam os novos residentes com o dormitório de Coimbra que é Condeixa. Contudo, seria importante perceber se o residente-tipo e a relação com o espaço se replica pelas restantes cidades-dormitório ou se obedece a especificidades locais. Nesse sentido, seria fundamental que surgissem mais estudos deste tipo. Seria desejável que esses mesmos estudos pudessem incidir nas cidades-dormitório das áreas metropolitanas nacionais e também no restante território, em contexto mais próximo da realidade da constelação urbana presidida por Coimbra. Só dessa forma poderemos identificar se existe um único residente-tipo das cidades-dormitório ou vários. Da mesma forma, só com esses estudos poderemos verificar se existe ou não défice de relação com o lugar por parte dos novos residentes em relação às cidades-dormitório em todo e qualquer contexto ou se ele obedece aos diferentes critérios deste tipo de cidades.

Os resultados do inquérito permitem concluir por uma deficiente ligação ao lugar por parte dos novos residentes em relação a Condeixa, nomeadamente no que diz respeito ao uso do espaço em termos recreativos, à participação cívica e à apropriação do lugar. Fica a dúvida se isso é um padrão das cidades-dormitório ou se a proximidade a Coimbra constitui um entrave para essa ligação/utilização mais profunda. Daí parecer-nos que um estudo incidindo na questão dos consumos culturais por parte dos residentes alógenos de outros dormitórios onde o fator distância se torna um maior entrave aos movimentos pendulares com este intuito poderia também fazer sentido, para poder verificar se ele existe numa maior escala nas cidades-dormitório mais afastadas da cidade principal. Da mesma forma seria interessante poder perceber se o comportamento relativamente à ligação ao lugar seria diferente no caso de o local de

residência ser uma primeira escolha, isto é, se a ligação ao lugar, o envolvimento com a comunidade e a utilização dos serviços seriam maiores caso os inquiridos tivessem a sua residência na sua primeira opção residencial e não numa segunda escolha, como sucede com as cidades-dormitório. Julgamos que esse cruzamento de informação traria mais luz para o desbravar de caminhos ainda pouco claros no que respeita à esta temática.

BIBLIOGRAFIA

- Acolin, Arthur, Richard Voith, e Susan Watcher. 2016. «City and Suburbs – Has There Been a Regime Change?» *PennIUR*, 2–10.
- Aranha, Valmir. 2005. «Mobilidade Pendular na MetrÓpole Paulista». *São Paulo em Perspectiva* 19 (4):96–109.
- Asher, François. 2010. *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Balducci, Alessandro, e Valeria Fedeli. 2008. «The State of European Cities Report: some critical reflections upon urban phenomena in the European Union 1». *Urban Research & Practice* 1 (3):240–53. <https://doi.org/10.1080/17535060802476434>.
- Baptista, Luís Vicente. 2006. «Urbanização, Ruralidade e Suburbanidade: Conceitos e Realidades». Em *Relações Sociais de Espaço: Homenagem a Jean Remy*, editado por Casimiro Balsa, 55–66. Lisboa: Edições Colibri.
- Baptista, Luís Vicente, e João Pedro Silva Nunes. 2004. «Contexto metropolitano e (re)classificação urbana: apontamentos sobre a cidade de Lisboa e um bairro residencial na sua periferia». *Ciudades* 8 (8):87–100.
- Barros, Afonso de. 1990. *Sociologia -- Problemas e Práticas*. Universidade do Porto.
- Bauer, Uta, Christian Holz-Rau, e Joachim Scheiner. 2005. «Standortpräferenzen, intraregionale Wanderungen und Verkehrsverhalten: Ergebnisse einer Haushaltsbefragung in der Region Dresden». *RuR* 4:266–78.
- Bourdieu, Pierre. 1997. «Efeitos de Lugar». Em *A Miséria do Mundo*, 3^a, 159–91. São Paulo.
- . 2011. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- Brito, Fausto. 2006. «O deslocamento da população brasileira para as metrópoles». *Estudos Avançados* 20 (57):221–36. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200017>.
- Buffet, Laurence. 2006. «De l’appropriation du quartier à la decouverte de la grande ville. L’influence des bornes de la ville sur les usages spatiaux.» Em *La ville aux limites de la mobilité*, editado por Michel Bonet e Patrice Aubertel, 143–52. Paris: Presses Universitaires de France.
- Burdack, Joachim, e Markus Hesse. 2007. «Suburbanisation, Suburbia and „Zwischenstadt“: Perspectives of Research and Policy». Em *German Annual for Spatial Planning and Policy*, 81–00. Springer.
- Burgos, Rosalina. 2011. «Transformações Recentes Das Periferias Urbanas Da MetrÓpole De São Paulo: Contribuição Para (Re)Definições Teórico-Conceituais». *Revista Geográfica de América Central Número Especial EGALCosta Rica II Semestre*, 1–15.

- «Câmara Municipal de Condeixa». sem data. Acedido 13 de Fevereiro de 2018.
<http://cm-condeixa.pt/autarquia/concelho/historia/>.
- Carvalho, José Ricardo. 2008. «Que Margens tem o Urbano? Modos de olhar e de interagir entre a cidade e as serras». Em *Cidade e Território - Identidade, Urbanismo e Dinâmicas Transfronteiriças*, editado por Domingos M. Vaz. Lisboa: CELTA.
- Castells, Manuel. 1977. *The Urban Question*. Edward Arnold.
- Choay, Françoise. 2013. *O urbanismo : utopias e realidades : uma antologia*. 7ª. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Conceição, Augusto dos Santos. 1983. *Condeixa-a-Nova*. 2ª. Ed. José Maria Gaspar.
- Corrêa, Roberto Lobato. 1986. «A PERIFERIA URBANA». *Geosul* 2:70–78.
- Costa, Eduarda Marques da. 2002. «CIDADES MÉDIAS. CONTRIBUTOS PARA A SUA DEFINIÇÃO». *Finisterra* XXXVII (74):101–28.
- Costa, Pedro. 1993. «Cidades e Urbanização em Portugal: Uma Sociologia, Geografia ou Economia Urbanas?» 4.
- «Croydon- Dormitory Town?» 2015. The Croydon Citizen. 2015.
<https://thecroydoncitizen.com/politics-society/print-archive-september-2015/>.
- DGOTDU. 2011. «A Ocupação Dispersa no Quadro dos PROT e dos PDM».
- Dijkstra, Lewis, e Hugo Poelman. 2012. «Regional Focus CITIES IN EUROPE THE NEW OECD-EC DEFINITION». *Regional Focus*.
- Domingues, Álvaro. 1994. «(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?» *Revista da Faculdade Letras - Geografia X/XI (I Série)*:5–18.
- . 1999. «Formas e escalas da urbanização difusa: interpretação e intervenção no [Nordeste] de Portugal». *Inforgeo*, n. 14:43–64.
- . 2007. «Qualificação das Periferias». *Inforgeo*, 139–43.
- Donzelot, Jacques. 2004. «La ville à trois vitesses: relégation, périurbanisation, gentrification». 2004. <http://www.esprit.presse.fr/article/donzelot-jacques/la-ville-a-trois-vitesses-relegation-periurbanisation-gentrification-7903>.
- Dumont, Marc, e Emmanuelle Hellier. 2010. *Les nouvelles périphéries urbaines formes, logiques et modèles de la ville contemporaine*. Presses universitaires de Rennes.
- ESPON. 2012. «TOWN Small and medium sized towns in their functional territorial context».
- Eurostat. 2016. «European statistics on cities - EU Law and Publications». European statistics on cities. 2016. <https://doi.org/10.2785/626218>.

- Expresso. 2017. «Millennials optam por casas mais pequenas». Expresso. 2017. <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-08-06-Millennials-optam-por-casas-mais-pequenas>.
- Feng, Jian, Yixing Zhou, e Fulong Wu. 2008. «New Trends of Suburbanization in Beijing since 1990: From Government-led to Market-oriented». *Regional Studies* 42 (1). Routledge :83–99. <https://doi.org/10.1080/00343400701654160>.
- Fernandes, José. 2000. «Cidade do Porto e Área Metroplitana do Porto Realidade e Desafios.pdf». *Revista HISTÓRIA da Faculdade de Letras do Porto* III série,:127–43.
- . 2004. «O Porto-Gaia e a Cidade-Metrópole : contributo para responder à necessidade de reorganização do território metropolitano». *a.obra.nasce*. [S.l. : s.n.], 70–84.
- Ferreira, Claudino, Paulo Peixoto, e Sílvia Silva. 2012. «Estudo sobre Usos, Perceções e Necessidades de Acessibilidade e Mobilidade no Centro Urbano de Condeixa-a-Nova». Coimbra.
- Fishman, Robert. 1989. «Bourgeois Utopias: Visions of Suburbia*». Em , 21–32.
- Florida, Richard. 2017. «Suburban Crisis». Em *The new urban crisis : how our cities are increasing inequality, deepening segregation, and failing the middle class—and what we can do about it*, 124–33. New York: Basic Books.
- Forrest, Ray, e Ade Kearns. 2001. «Social Cohesion, Social Capital and the Neighbourhood». *Urban Studies* 38 (12):2125–43.
- Forsyth, Ann. 2012. «Defining Suburbs». *Journal of Planning Literature* 27 (3):270–81. <https://doi.org/10.1177/0885412212448101>.
- Franklin, Benjamin. 2001. «Paris, a Capital do Século XX». Em *Cidade, Cultura e Globalização*, editado por Carlos Fortuna, 67–80. Oeiras: CELTA.
- Friedmann, John. 2005. *China's Urban Transition*. University of Minnesota Press.
- Goff, Jacques Le. 2007. *Por Amor das Cidades*. Lisboa: Teorema.
- Goitia, Fernando Chuenca. 2008. *Breve História do Urbanismo*. 7^a. Lisboa: Editorial Presença.
- Gonçalves, Carlos. 2016. «Hierarquia , policentrismo e complexidade em sistemas urbanos». *e-metropolis*, n. 25:26–34.
- Gonçalves, Jorge, Ricardo Da Costa, e Rui Abreu. 2015. «Starting over: A focused vision for the old suburbs of Lisbon». *Urban Design International* 11 (10). <https://doi.org/10.1057/udi.2014.7>.
- Grant, Jill L., Arthur C. Nelson, Ann Forsyth, Michelle Thompson-Fawcett's, Pamela Blais, e Pierre Filion. 2013. «The future of the suburbs. Suburbs in transition/The resettlement of America's suburbs/Suburbs in global context: the challenges of continued growth and retrofitting/Suburban urbanity: re-envisioning indigenous

- settlement practices/Toward a new suburban A». *Planning Theory & Practice* 14 (3). Taylor & Francis Group :391–415.
<https://doi.org/10.1080/14649357.2013.808833>.
- Grossetti, Michel. 2006. «La ville dans l'espace des réseaux sociaux». Em *La ville aux limites de la mobilité*, editado por Michel Bonet e Patrice Aubertel, 83–90. Presses Universitaires de France.
- Harris, Richard. 2004. «Suburbanization and the Employment Linkage». Em *Manufacturing Suburbs - Building Work and Home on Metropolitan Fringe*, editado por Robert Lewis, 221–36. Temple University Press.
- Hauge, Åshild Lappegard. 2007. «Identity and Place: A Critical Comparison of Three Identity Theories». *Architectural Science Review* 50 (1):44–51.
<https://doi.org/10.3763/asre.2007.5007>.
- Hidalgo, M. Carmen, e Bernardo Hernández. 2001. «Place Attachment: Conceptual and Empirical Questions». *Journal of Environmental Psychology* 21 (3):273–81.
- INE. sem data. «Censos 2011».
- — —. 2014a. «Portal do Instituto Nacional de Estatística». Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico. 2014.
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=215723165&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.
- — —. 2014b. «Tipologia socioeconómica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - 2011».
- «Instituto Nacional de Estatística». sem data. Acedido 13 de Fevereiro de 2018.
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3.
- Jean Rémy, e Liliane Voyé. 2004. *A Cidade: Rumo a uma nova definição*. 3^a. Porto: Edições Afrontamento.
- Jessop, Bob, Neil Brenner, e Martin S. Jones. 2008. «Theorizing sociospatial relations». *Environment and Planning D: Society and Space* 26 (3):389–401.
<https://doi.org/10.1068/d9107>.
- Jorge, Maria do Rosário, Luís Vicente Baptista, João Pedro Nunes, e Nuno Neves. 2016. «A dança das Densidades no Contexto do Crescimento Urbano». *PNUM*, 417–26.
- Júnior, Wilson Martins Lopes; Regina Célia Bega dos Santos. 2009. «NOVAS CENTRALIDADES NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO CENTRO – PERIFERIA New Centralities Under the Relation Town Center – Periphery Perspective». *Sociedade&Natureza* 21 (3):351–59.
- Kellermann, Aharon. 2006. «Individuals». Em *Personal Mobilities*, 20–50. Routledge.
- Kotkin, Joel. 2005. «The New Suburbanism».

- Lacaze, Jean-Paul. 1999. *A Cidade e o Urbanismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lamas, José Manuel. 2011. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 3ª. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Lang, Robert, e Jennifer Le Furgy. 2007. «Boomburbs». Em *Boomburbs-The Rise of America's Accidental Cities*, 1–21. Brookings Institution Press.
- Lang, Robert, Jennifer Le Furgy, e Arthur C Nelson. 2006. «The Six Suburban Eras of the United States» 2 (1):65–72.
- Laura Vaughan, Sam Griffiths, Muki Haklay. 2015. *Suburban Urbanities. Suburbs and the Life of the Street*. Editado por Laura Vaughan. UCL Press.
- Lewis, Robert. 2004. «Industry and the Suburbs». Em *Manufacturing Suburbs - Building Work and Home on Metropolitan Fringe*, editado por Robert Lewis, 1–13.
- Lin, Dong, Andrew Allan, Jianqiang Cui, e Ralph Mclaughlin. 2012. «The Effects of Polycentric Development on Commuting Patterns in Metropolitan Areas». <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5539/jgg.v6n4p132>.
- Lin, Sainan. 2014. «A Comparative Study of Suburbanization in United States and China». *Journal of Geography and Geology* 6 (4):132. <https://doi.org/10.5539/jgg.v6n4p132>.
- Lucy, William H., e David L. Phillips. 2000. «Suburban Decline: The Next Urban Crisis». *Issues in Science and Technology* 17. University of Texas at Dallas:55–62. <https://doi.org/10.2307/43322487>.
- Marat-Mendes, Teresa. 2006. «Os aspectos morfológicos da periferia urbana portuguesa.» Em *Artigo apresentado no XII Congresso Ibero-Americano de Urbanismo, Salamanca, Espanha, 17,18 e 18 Outubro 2006*, 1–9.
- Marques, Teresa Sá. 2006. «Portugal urbano : mosaicos, polaridades, relacionamentos e governança = mosaicos, polaridades, relaciones e gobernanza». Em *Cidade e democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal = Ciudad y democracia : 30 años de transformación urbana en Portugal*, 80–91. Lisboa: Argumentum.
- Marshall, Alex. 2000. «Trading Places - The City and the Suburb». Em *How cities work : suburbs, sprawl, and the roads not taken*, 85–109. University of Texas Press.
- Martins, José de Souza. 2008. «Subúrbio e Periferia - Antinomias do Urbano». Em *A Aparição do Demônio na Fábrica - Origens Sociais do Eu Dividido no Subúrbio Operário*, 43–62. São Paulo: Editora 34.
- Mateus, Maria de Lurdes Roxo. 2009. «Campos de Coimbra- Do Rural ao Urbano». Universidade de Coimbra.
- — —. 2011. «O Rural em Mudança - Breve Nota sobre os Processos de Urbanização». Editado por Norberto Santos; Lúcio Cunha. *Trunfos de uma Geografia Activa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

https://doi.org/DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0244-8_73.

McManus, Ruth, e Philip J. Ethington. 2007. «Suburbs in transition: new approaches to suburban history». *Urban History* 34 (2). Cambridge University Press:317–37. <https://doi.org/10.1017/S096392680700466X>.

Miglioranza, Eliana, e José Marcos Pinto da Cunha. 2006. «Valinhos : um novo padrão de cidade-dormitório ?» Em *Novas Metrôpoles Paulistas - População, vulnerabilidade e segregação*, 539–60. Campinas UNICAMP.

Moranta, Tomeu Vidal. 2005. «La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares». *Anuario De Psicología* 36 (3):281–97.

Mourão, Ada Raquel Teixeira, e Sylvia Cavalcante. 2006. «O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada». *Estudos de Psicologia (Natal)* 11 (2). Estudos de Psicologia (Natal):143–51. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000200003>.

Mumford, Lewis. 1921. «The Wilderness of Suburbia». *The New Republic*, n. September 7:44–45.

Musil, Robert. 2007. «Globalized post-suburbia». *Belgeo*, n. 1(Janeiro). National Committee of Geography of Belgium / Société Royale Belge de Géographie:147–62. <https://doi.org/10.4000/belgeo.11718>.

Nunes, João Pedro. 2011. *Florestas de Cimento - Os grandes Conjuntos Residenciais e a Construção da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Ojima, Ricardo, Eduardo Marandola Jr, Rafael Henrique Moraes Pereira, e Robson Bonifácio da Silva. 2010. «O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil». *Cad. Metrop. São Paulo* 12 (24):395–415.

Ojima, Ricardo, Felipe Ferreira Monteiro, e Tiago Carlos Lima do Nascimento. 2015. «Urbanização dispersa e mobilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida». *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* 7 (1):9–20. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.007.001.AO01>.

Ojima, Ricardo, Rafael H Moraes Pereira, Robson Bonifácio, e Da Silva. 2008. «Cidades - dormitório e a mobilidade pendular : espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais ?»

Ojima, Ricardo, Robson Bonifácio da Silva, e Rafael H Moraes Pereira. 2007. «A Mobilidade Pendular na Definição ds Cidades-Dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira». *Cadernos IPPUR/UFRJ* 21:111–32.

Oswalt, Stefanie, e Philipp Oswalt. 2011. «Berlin eine Schlfastsdt». *ARCH+* 201/202:82–83.

- Parker, Simon. 2004. *Urban Theory and the Urban Experience*. New York: Routledge.
- Pereira, Margarida. 2004. «As metamorfoses da cidade dispersa». *GeolNova*, n. 10:129–42.
- Pereira, Sandra Marques, e Paulo Marques. 2011. «Trajectórias Residenciais e Metropolização: uma análise introdutória a propósito da AML». Working Paper 2011/10. Lisboa.
- Phelps, Nicholas, Nick Parsons, Dimitris Ballas, e Andrew Dowling. 2006. «Post-Suburban Europe». Em *Post-Suburban Europe- Planning and Politics at the Margins of Europe's Capital Cities*, 16–41. PALGRAVE MACMILLAN.
- Phepls, Nicholas, e Fuong Wu. 2011. *International Perspectives on Suburbanization: A Post-Suburban World?* Pallgrave Macmillan.
- Pinto, José Vandério Cirqueira. 2005. «Desconstruindo a Cidade Dormitório: centralidades e espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia». *Mercator - Revista de Geografia da UFC* 8 (16). UFC:45–59.
- Pol, Enric. 1996. «La apropiación del espacio». Em *Cognición, representación y apropiación del espacio.*, editado por Lupicinio Íñiguez-Rueda e Enric Pol, 45–62. Barcelona: Universitat de Barcelona Publicacions.
- PÚBLICO. 2010. «Cidade não, obrigado». 2010.
<https://www.publico.pt/2010/01/10/jornal/cidade-nao-obrigado-18530849>.
- Quivy, Raimond, e LucVan Campenhoudt. 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª. Lisboa: Gradiva.
- Schwanen, Tim, e Patricia L. Mokhtarian. 2005. «What affects commute mode choice: neighborhood physical structure or preferences toward neighborhoods?» *Journal of Transport Geography* 13 (1). Pergamon:83–99.
<https://doi.org/10.1016/J.JTRANGEO.2004.11.001>.
- Sélimanovski, Catherine, e Catherine. 2009. «Effets de lieu et processus de disqualification sociale». *Espace populations sociétés*, n. 2009/1 (Fevereiro). Université des Sciences et Technologies de Lille:119–33.
<https://doi.org/10.4000/eps.3609>.
- Silva, Filipe Carreira da, Sofia Aboim, e Tiago Saraiva. 2008. «Participação Cívica e Vida Urbana em Portugal.» Em *Cidade & cidadania: governança urbana e participação cidadã em perspectiva*, editado por Manuel Villaverde Cabral, Filipe Carreira da Silva, e Tiago Saraiva, 243–69. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Simmel, Georg. 2001. «A Metrópole e a Vida do Espírito». Em *Cidade, Cultura e Globalização*, editado por Carlos Fortuna, 2ª, 31–43. Oeiras: CELTA.
- Soto, William Héctor Gómez. 2008. «Estudos sociedade e agricultura.» *Estudos Sociedade e Agricultura* 16 (1). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras e Ciências

- Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Area Sociedade e Agricultura:109–31.
- Stutzer, Alois, e Bruno S. Frey. 2007. «Commuting and Life Satisfaction in Germany». *Informationen zur Raumentwicklung Heft 2* (3).
- Sýkora, Luděk, Ondřej Mulíček, e Karel Maier. 2009. «City regions and polycentric territorial development: concepts and practice». *Urban Research & Practice* 2 (3). Taylor & Francis :233–39. <https://doi.org/10.1080/17535060903319095>.
- Teaford, Jon C. 2011. «Suburbia and Post-suburbia: A Brief History». Em *INTERNATIONAL PERSPECTIVES ON SUBURBANIZATION A Post-Suburban World?*, editado por Nicholas A; Fulong Wu Phelps, 15–34. PALGRAVE MACMILLAN.
- Ulisses Neves Rafael. 2009. «Cidades e Migrações». Em *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*, editado por Carlos Fortuna: Rogério Proença Leite, 283–98. Almedina.
- United Nations. 2014. «UN News - More than half of world's population now living in urban areas, UN survey finds». United Nations-DPI/NMD - UN News Service Section.
- Vázquez, Isabel Breda. 1992. «Crescimento urbano e suburbanização no Grande Porto : uma perspectiva relacional» xxvii (115):191–205.
- Wacquant, Loïc. 2007. «Territorial Stigmatization in the Age of Advanced Marginality». *Thesis Eleven* 91 (1):66–77. <https://doi.org/10.1177/0725513607082003>.
- Weber, Max. 1969. «The Nature of the City». Em *Classic Essays on the Culture of Cities*, editado por Richard Sennet, 23–46. New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- Wilhelm, Jorge. 1979. *O Substantivo e o Adjetivo*. 2ª. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Wirth, Louis. 2001. «O Urbanismo como Modo de Vida». Em *Cidade, Cultura e Globalização*, editado por Carlos Fortuna, 2ª, 45–65. Oeiras: CELTA.
- Xerez, Romana. 2008. «Dinâmicas do Território: Centralidades e Gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa». *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, 14.
- Zhou, Y, e JR Logan. 2004. «Suburbanization of Urban China: A Conceptual Framework».

APÊNDICES

APÊNDICE 1

		17. Em Relação Ao Futuro Vê-Se A:		
		Morar em Condeixa para sempre	Mudar a residência para outro concelho logo que possível	Residir mais alguns anos em Condeixa, mas mudar a residência para outro concelho
16. Viver Em Condeixa ...	foi a primeira opção residencial	76.2%	0.0%	23.8%
	não foi a primeira opção, mas foi a melhor alternativa à minha preferência	40.9%	15.9%	43.2%
	não foi a primeira opção, mas foi a única alternativa que tinha	12.5%	50.0%	37.5%

Quadro 1: Cruzamento variáveis 16 e 17 do inquérito.

		17. Em Relação Ao Futuro Vê-Se A:		
		Morar em Condeixa para sempre	Mudar a residência para outro concelho logo que possível	Residir mais alguns anos em Condeixa, mas mudar a residência para outro concelho
14. Há Quanto Tempo Reside Em Condeixa?	1-5 anos	100.0%	0.0%	0.0%
	6-10 anos	50.0%	0.0%	50.0%
	Menos de 1 ano	50.0%	50.0%	0.0%
	mais de 10 anos	43.6%	18.2%	38.2%

Quadro 2: Cruzamento variáveis 14 e 17 do inquérito

		34. Não Sendo Natural De Condeixa, Sente-Se Condeixense				
		Alguma coisa	Bastante	Nada	Pouco	Totalmente
31. Sente-Se Bem Integrado Em Condeixa?	Não	0.0%	0.0%	40.0%	60.0%	0.0%
	Sim	38.7%	17.7%	17.7%	24.2%	1.6%

Quadro 3: Cruzamento variáveis 31 e 34 do inquérito

		40.Quando Ihe Perguntam De Onde É Responde Condeixa Ou O Seu Concelho De Origem?	
		Concelho de origem	Condeixa
34.Não Sendo Natural De Condeixa Sente-Se Condeixense	Alguma coisa	58.3%	41.7%
	Bastante	54.5%	45.5%
	Nada	100.0%	0.0%
	Pouco	66.7%	33.3%
	Totalmente	100.0%	0.0%

Quadro 4: Cruzamento variáveis 34 e 40 do inquérito

		39. Como Encara A Ideia De Ter De Permanecer Nos Próximos Anos Em		
		Com agrado	Com naturalidade	Como um cenário desanimador
38.Como Define A Sua Relação Com Condeixa?	Local onde criei raízes e onde quero permanecer.	70.0%	30.0%	0.0%
	Local onde já criei raízes.	23.8%	71.4%	4.8%
	Local onde vivo temporariamente.	8.3%	83.3%	8.3%
	Local onde vou dormir.	0.0%	73.7%	26.3%

Quadro 5: Cruzamento variáveis 38 e 39 do inquérito

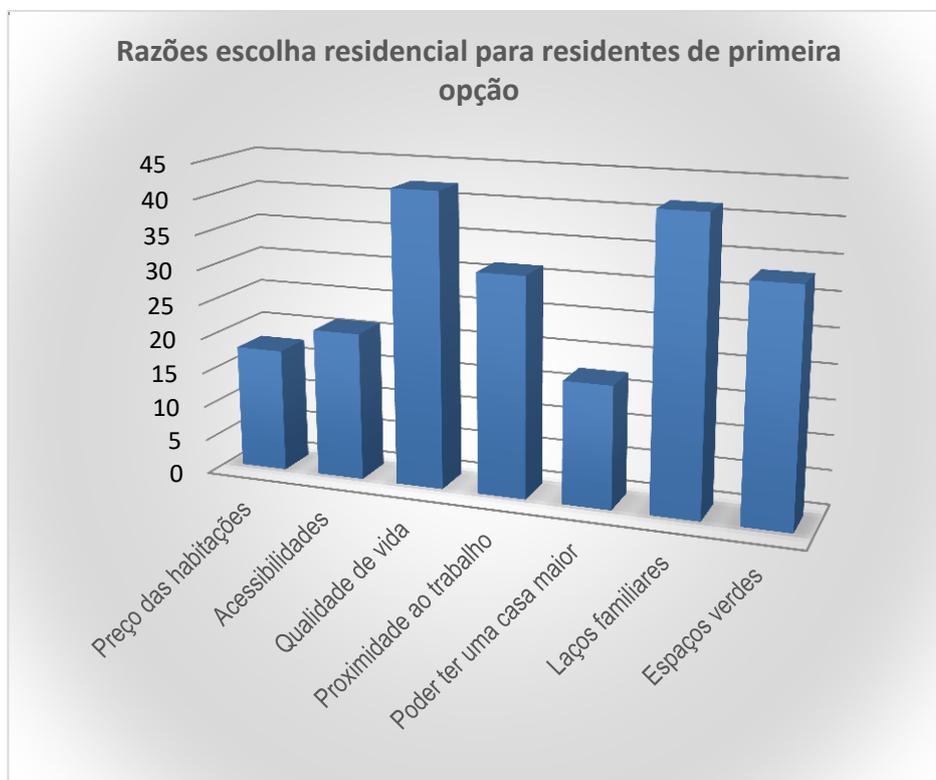


Gráfico 1: Razões que levaram à escolha de Condeixa para quem assinalou o concelho como primeira opção residencial

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre Condeixa-a-Nova

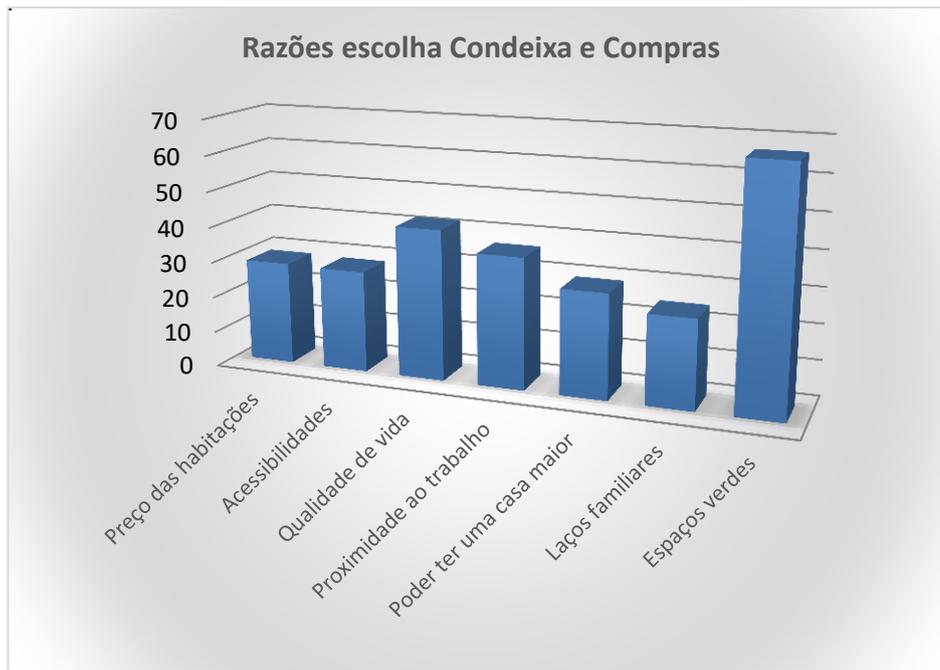


Gráfico 2: Razões pela escolha residencial para os que fazem a maior parte das compras em Condeixa



Gráfico 3: Razões pela escolha por Condeixa por parte de quem já criou raízes com o lugar e aí quer permanecer

APÊNDICE 2

Inquérito Condeixa

Este questionário destina-se a recolher informação sobre a relação que os habitantes NÃO NATURAIS de Condeixa mantêm com a vila e demorará menos de 10 minutos a preencher.

01. Ano de Nascimento

02. Sexo

Masculino

Feminino

03. Estado Civil

Solteiro

Casado

União de Facto

Outro

04. Número de elementos do agregado familiar (incluindo o próprio)

1

2

3

4 ou +

05. Filhos

não tem

1

2

3

4 ou +

06. Habilitação Académica (indique o grau mais elevado que concluiu)

1º Ciclo

2º Ciclo

3º Ciclo

Secundário

Licenciatura/Bacharelato

Mestrado

Doutoramento

07. Qual a sua ocupação atual?

Estuda

Trabalha

Estuda e trabalha

A frequentar um curso de formação profissional

À procura do primeiro emprego

Incapacitado para o trabalho

Outra situação

08. Indique o tipo de empresa/organização em que trabalha?

Empresa Privada

Empresa Pública

Empresa mista (capitais públicos e privados)

Órgão da Administração Pública Central e Regional (escolas, tribunais, universidades, ministérios, etc)

Órgão da Administração Pública Local

Instituto Público

Instituição Particular de Solidariedade Social

Cooperativa

Associação de Desenvolvimento

Fundação

Outro tipo de associação sem fins lucrativos

Outro tipo de empresa ou organização

09. Em que concelho exerce a sua profissão?

Condeixa

Coimbra

Soure

Montemor-o-Velho

Figueira da Foz

Pombal

Outro

10. Predominantemente, como se desloca para o trabalho?

Transporte público

Carro pessoal

Carro da empresa

Partilha boleias

Motociclo

A pé

Outro

11. Quanto tempo gasta diariamente em viagens no percurso casa-trabalho/trabalho-casa (indique o tempo total normalmente gasta para ir e voltar de casa para o trabalho)?

Até 15 minutos

De 16 minutos a meia hora

De meia hora a uma hora

Mais de uma hora

12. A habitação onde reside é:

Própria

Arrendada

Outra situação

13. Tipo de Habitação

Apartamento

Moradia

Outra

14. Há quanto tempo reside em Condeixa?

Menos de 1 ano

1-5 anos

6-10 anos

mais de 10 anos

15. Que razões o levaram a escolher Condeixa para morar? (escolha até 3 opções das seguintes que tenham sido mais importantes para a sua decisão)

Laços Familiares

Laços de Amizade

Preço das habitações

Acessibilidades

Qualidade de Vida

Segurança

Proximidade do local de trabalho

Estética das Habitações

Qualidade da Construção

Oferta Cultural

Infraestruturas

Espaços Verdes

Equipamentos Desportivos

Possibilidade de vender mais tarde

Poder ter uma casa maior

16. Viver em Condeixa ...

foi a primeira opção residencial

não foi a primeira opção, mas foi a melhor alternativa à minha preferência

não foi a primeira opção, mas foi a única alternativa que tinha

17. Em relação ao futuro, vê-se a:

Morar em Condeixa para sempre

Mudar a residência para outro concelho logo que possível

Residir mais alguns anos em Condeixa, mas mudar a residência para outro concelho

18. O que achava de Condeixa quando comprou/arrendou casa? (escolha até duas que melhor traduzem a sua opinião)

Vila Simpática

Bem Equipada

Bem Localizada

Sossegada

Com Qualidade de Vida

Com Boa Oferta Cultural

Bons Serviços Públicos

Boas Escolas

19. O que acha hoje de Condeixa? (escolha até duas que melhor traduzem a sua opinião)

Vila Simpática

Bem Equipada

Bem Localizada

Sossegada

Com Qualidade de Vida

Com Boa Oferta Cultural

Bons Serviços Públicos

Boas Escolas

Nenhuma das opções

20. Costuma utilizar os serviços públicos de Condeixa?

Sim

Não

21. Que Serviços Públicos utiliza mais em Condeixa do que noutra localidade? (pode selecionar mais do que uma opção)

Saúde

Correios

Escolas

Finanças

Tribunal

Banco

Biblioteca

Cultura

Desporto

Lazer

Outros

22. Que utilização faz do comércio de Condeixa (comércio local, supermercados, mercado)?

Faço apenas as compras "mais pequenas" em Condeixa

Faço a maior parte das compras em Condeixa

Compro tanto em Condeixa como noutra concelho

23. Costuma sair à noite para diversão em Condeixa?

Sim

Não

24. Quando o faz que espaços frequenta?

Restaurantes

Cafés

Bares

Espaços Verdes

Outros

Não se aplica

25. Considerando os supermercados:

Uso mais este tipo de espaços em Condeixa que em Coimbra

Uso mais este tipo de espaços em Coimbra que em Condeixa

Só uso este tipo de espaços em Condeixa

Só uso este tipo de espaços em Coimbra ou noutro concelho próximo de Condeixa

26. Tem filhos em idade escolar?

Sim

Não

27. Os seus filhos frequentam as escolas de Condeixa?

Sim

Não

28. A escolha da escola que o(s) seu(s) filho(s) frequenta(m) teve a ver com o seu(ou do cônjuge) local de trabalho?

Sim

Não

29. Tem familiares a viver em Condeixa?

Sim

Não

30. Tem amigos a viver em Condeixa?

Sim

Não

31. Sente-se bem integrado em Condeixa?

Sim

Não

32. Como define o seu grau de conhecimento dos vizinhos?

Não os conheço

Conheço alguns

Conheço quase todos

Conheço todos

33. Como define o tipo de relacionamento que mantém com os seus vizinhos?

Superficial

Vizinhança

Convívio

Amizade

34. Não sendo natural de Condeixa, sente-se condeixense (se for natural de Condeixa não responda a esta questão)?

Nada

Pouco

Alguma coisa

Bastante

Totalmente

35. Faz parte de alguma Associação/Clube de Condeixa?

Sim

Não

36. Já fazia parte dessa Associação/clube ou de outro semelhante antes de vir para Condeixa?

Sim

Não

Não se aplica

37. De que Associação/Clube faz parte?

38. Como define a sua relação com Condeixa?

Local onde vou dormir.

Local onde vivo temporariamente.

Local onde já criei raízes.

Local onde criei raízes e onde quero permanecer.

39. Como encara a ideia de ter de permanecer nos próximos anos em Condeixa?

Como um cenário desanimador

Com naturalidade

Com agrado

40. Quando lhe perguntam de onde é responde Condeixa ou o seu concelho de origem?

Condeixa

Concelho de origem

APÊNCICE 3

(Output SPSS dos dados Inquérito)

01.Ano de Nascimento

		Frequência	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Válidos	1954	1	1,4	1,7	1,7
	1956	1	1,4	1,7	3,4
	1960	1	1,4	1,7	5,1
	1961	2	2,7	3,4	8,5
	1963	3	4,1	5,1	13,6
	1965	1	1,4	1,7	15,3
	1967	6	8,1	10,2	25,4
	1968	1	1,4	1,7	27,1
	1969	1	1,4	1,7	28,8
	1970	1	1,4	1,7	30,5
	1971	3	4,1	5,1	35,6
	1972	3	4,1	5,1	40,7
	1973	2	2,7	3,4	44,1
	1974	4	5,4	6,8	50,8
	1975	3	4,1	5,1	55,9
	1976	2	2,7	3,4	59,3
	1977	4	5,4	6,8	66,1
	1978	3	4,1	5,1	71,2
	1980	3	4,1	5,1	76,3
	1981	1	1,4	1,7	78,0
	1982	3	4,1	5,1	83,1
	1983	2	2,7	3,4	86,4
	1984	1	1,4	1,7	88,1
	1985	1	1,4	1,7	89,8
	1986	1	1,4	1,7	91,5
	1988	1	1,4	1,7	93,2
1991	1	1,4	1,7	94,9	
1992	1	1,4	1,7	96,6	
1993	1	1,4	1,7	98,3	
1994	1	1,4	1,7	100,0	
	Total	59	79,7	100,0	
Missing	System	15	20,3		
	Total	74	100,0		

02. Sexo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Feminino	44	59,5	59,5	59,5
	Masculino	30	40,5	40,5	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

03. Estado Civil

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Casado	46	62,2	62,2	62,2
	Outro	8	10,8	10,8	73,0
	Solteiro	13	17,6	17,6	90,5
	União de Facto	7	9,5	9,5	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

04. Número de elementos do agregado familiar (incluindo o próprio)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		1	1,4	1,4	1,4
	1	6	8,1	8,1	9,5
	2	18	24,3	24,3	33,8
	3	24	32,4	32,4	66,2
	4 ou +	25	33,8	33,8	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

05. Filhos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	27	36,5	36,5	36,5
	2	21	28,4	28,4	64,9
	3	5	6,8	6,8	71,6
	4 ou +	1	1,4	1,4	73,0
	não tem	20	27,0	27,0	100,0

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Total	74	100,0	100,0
-------	----	-------	-------

06. Habilitação Académica (indique o grau mais elevado que concluiu)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1º Ciclo	1	1,4	1,4	1,4
	2º Ciclo	1	1,4	1,4	2,7
	3º Ciclo	1	1,4	1,4	4,1
	Doutoramento	5	6,8	6,8	10,8
	Licenciatura/Bacharelato	38	51,4	51,4	62,2
	Mestrado	15	20,3	20,3	82,4
	Secundário	13	17,6	17,6	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

07. Qual a sua ocupação atual?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		1	1,4	1,4	1,4
	A frequentar um curso de formação profissional	1	1,4	1,4	2,7
	Estuda	1	1,4	1,4	4,1
	Estuda e trabalha	4	5,4	5,4	9,5
	Outra situação	5	6,8	6,8	16,2
	Trabalha	62	83,8	83,8	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

08. Indique o tipo de empresa/organização em que trabalha?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		1	1,4	1,4	1,4
	Empresa mista (capitais públicos e privados)	2	2,7	2,7	4,1
	Empresa Privada	31	41,9	41,9	45,9
	Empresa Pública	8	10,8	10,8	56,8
	Instituição Particular de Solidariedade Social	2	2,7	2,7	59,5
	Instituto Público	2	2,7	2,7	62,2

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Órgão da Administração Pública Central e Regional (escolas, tribunais, universidades, ministérios, etc)	21	28,4	28,4	90,5
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	2	2,7	2,7	93,2
Outro tipo de empresa ou organização	5	6,8	6,8	100,0
Total	74	100,0	100,0	

09. Em que concelho exerce a sua profissão?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Coimbra	31	41,9	41,9	41,9
	Condeixa	14	18,9	18,9	60,8
	Figueira da Foz	1	1,4	1,4	62,2
	Outro	19	25,7	25,7	87,8
	Pombal	2	2,7	2,7	90,5
	Soure	7	9,5	9,5	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

10. Predominantemente, como se desloca para o trabalho?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		1	1,4	1,4	1,4
	A pé	1	1,4	1,4	2,7
	Carro da empresa	12	16,2	16,2	18,9
	Carro pessoal	55	74,3	74,3	93,2
	Outro	2	2,7	2,7	95,9
	Partilha boleias	2	2,7	2,7	98,6
	Transporte público	1	1,4	1,4	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

11. Quanto tempo gasta diariamente em viagens no percurso casa-trabalho/trabalho-casa (indique o tempo total normalmente gasta para ir e voltar de casa para o trabalho)?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
	1	1,4	1,4	1,4
Até 15 minutos	22	29,7	29,7	31,1
De 16 minutos a meia hora	18	24,3	24,3	55,4
De meia hora a uma hora	21	28,4	28,4	83,8
Mais de uma hora	12	16,2	16,2	100,0
Total	74	100,0	100,0	

12. A habitação onde reside é:

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Arrendada	6	8,1	8,1	8,1
Outra situação	4	5,4	5,4	13,5
Própria	64	86,5	86,5	100,0
Total	74	100,0	100,0	

13. Tipo de Habitação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Apartamento	52	70,3	70,3	70,3
Moradia	21	28,4	28,4	98,6
Outra	1	1,4	1,4	100,0
Total	74	100,0	100,0	

14. Há quanto tempo reside em Condeixa?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
1-5 anos	4	5,4	5,4	5,4
6-10 anos	12	16,2	16,2	21,6
mais de 10 anos	56	75,7	75,7	97,3
Menos de 1 ano	2	2,7	2,7	100,0
Total	74	100,0	100,0	

15. Que razões o levaram a escolher Condeixa para morar? (escolha até 3 opções das seguintes que tenham sido mais importantes para a sua decisão)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Acessibilidades	1	1,4	1,4	1,4
Acessibilidades, Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	2,7
Acessibilidades, Proximidade do local de trabalho, Qualidade da Construção	1	1,4	1,4	4,1
Acessibilidades, Qualidade de Vida, Proximidade do local de trabalho	1	1,4	1,4	5,4
Acessibilidades, Qualidade de Vida, Segurança	1	1,4	1,4	6,8
Estética das Habitações	1	1,4	1,4	8,1
Laços de Amizade, Proximidade do local de trabalho, Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	9,5
Laços Familiares	4	5,4	5,4	14,9
Laços Familiares, Laços de Amizade, Qualidade de Vida	1	1,4	1,4	16,2
Laços Familiares, Preço das habitações, Acessibilidades	1	1,4	1,4	17,6
Laços Familiares, Proximidade do local de trabalho, Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	18,9
Laços Familiares, Proximidade do local de trabalho, Possibilidade de vender mais tarde	1	1,4	1,4	20,3
Laços Familiares, Qualidade de Vida, Espaços Verdes	1	1,4	1,4	21,6
Laços Familiares, Qualidade de Vida, Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	23,0

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Laços Familiares, Qualidade de Vida, Proximidade do local de trabalho	1	1,4	1,4	24,3
Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	25,7
Preço das habitações	10	13,5	13,5	39,2
Preço das habitações, Acessibilidades	4	5,4	5,4	44,6
Preço das habitações, Acessibilidades, Espaços Verdes	2	2,7	2,7	47,3
Preço das habitações, Acessibilidades, Estética das Habitações	1	1,4	1,4	48,6
Preço das habitações, Acessibilidades, Infraestruturas	1	1,4	1,4	50,0
Preço das habitações, Acessibilidades, Poder ter uma casa maior	3	4,1	4,1	54,1
Preço das habitações, Acessibilidades, Proximidade do local de trabalho	2	2,7	2,7	56,8
Preço das habitações, Acessibilidades, Qualidade da Construção	1	1,4	1,4	58,1
Preço das habitações, Acessibilidades, Qualidade de Vida	4	5,4	5,4	63,5
Preço das habitações, Acessibilidades, Qualidade de Vida, Infraestruturas, Espaços Verdes, Possibilidade de vender mais tarde	1	1,4	1,4	64,9
Preço das habitações, Acessibilidades, Qualidade de Vida, Oferta Cultural, Espaços Verdes, Possibilidade de vender mais tarde	1	1,4	1,4	66,2

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Preço das habitações, Acessibilidades, Qualidade de Vida, Segurança	1	1,4	1,4	67,6
Preço das habitações, Acessibilidades, Qualidade de Vida, Segurança, Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	68,9
Preço das habitações, Infraestruturas, Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	70,3
Preço das habitações, Proximidade do local de trabalho, Infraestruturas	1	1,4	1,4	71,6
Preço das habitações, Proximidade do local de trabalho, Poder ter uma casa maior	2	2,7	2,7	74,3
Preço das habitações, Qualidade de Vida	1	1,4	1,4	75,7
Preço das habitações, Qualidade de Vida, Espaços Verdes	2	2,7	2,7	78,4
Preço das habitações, Qualidade de Vida, Poder ter uma casa maior	2	2,7	2,7	81,1
Preço das habitações, Qualidade de Vida, Proximidade do local de trabalho	3	4,1	4,1	85,1
Preço das habitações, Qualidade de Vida, Segurança	1	1,4	1,4	86,5
Proximidade do local de trabalho	1	1,4	1,4	87,8
Proximidade do local de trabalho, Oferta Cultural	1	1,4	1,4	89,2
Proximidade do local de trabalho, Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	90,5
Qualidade de Vida	3	4,1	4,1	94,6

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Qualidade de Vida, Espaços Verdes, Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	95,9
Qualidade de Vida, Poder ter uma casa maior	1	1,4	1,4	97,3
Qualidade de Vida, Proximidade do local de trabalho	1	1,4	1,4	98,6
Qualidade de Vida, Proximidade do local de trabalho, Possibilidade de vender mais tarde	1	1,4	1,4	100,0
Total	74	100,0	100,0	

16. Viver em Condeixa...

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	foi a primeira opção residencial	21	28,4	28,4	28,4
	não foi a primeira opção, mas foi a melhor alternativa à minha preferência	45	60,8	60,8	89,2
	não foi a primeira opção, mas foi a única alternativa que tinha	8	10,8	10,8	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

17. Em relação ao futuro, vê-se a:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		1	1,4	1,4	1,4
	Morar em Condeixa para sempre	35	47,3	47,3	48,6
	Mudar a residência para outro concelho logo que possível	11	14,9	14,9	63,5

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Residir mais alguns anos em Condeixa, mas mudar a residência para outro concelho	27	36,5	36,5	100,0
Total	74	100,0	100,0	

18. O que achava de Condeixa quando comprou/arrendou casa? (escolha até duas que melhor traduzem a sua opinião)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1,4	1,4	1,4
Bem Equipada, Bem Localizada	1	1,4	1,4	2,7
Bem Equipada, Com Qualidade de Vida	1	1,4	1,4	4,1
Bem Equipada, Sossegada	1	1,4	1,4	5,4
Bem Localizada	8	10,8	10,8	16,2
Bem Localizada, Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	17,6
Bem Localizada, Com Boa Oferta Cultural	1	1,4	1,4	18,9
Bem Localizada, Com Qualidade de Vida	10	13,5	13,5	32,4
Bem Localizada, Sossegada	15	20,3	20,3	52,7
Bem Localizada, Sossegada, Com Qualidade de Vida	1	1,4	1,4	54,1
Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	55,4
Com Qualidade de Vida	1	1,4	1,4	56,8
Com Qualidade de Vida, Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	58,1
Sossegada	3	4,1	4,1	62,2
Sossegada, Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	63,5
Sossegada, Com Qualidade de Vida	2	2,7	2,7	66,2
Vila Simpática	1	1,4	1,4	67,6
Vila Simpática, Bem Equipada, Bem Localizada, Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	68,9

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Vila Simpática, Bem Equipada, Bem Localizada, Com Qualidade de Vida	1	1,4	1,4	70,3
Vila Simpática, Bem Equipada, Bem Localizada, Sossegada, Com Qualidade de Vida	1	1,4	1,4	71,6
Vila Simpática, Bem Equipada, Bem Localizada, Sossegada, Com Qualidade de Vida, Com Boa Oferta Cultural	1	1,4	1,4	73,0
Vila Simpática, Bem Localizada	8	10,8	10,8	83,8
Vila Simpática, Bem Localizada, Com Qualidade de Vida	1	1,4	1,4	85,1
Vila Simpática, Bem Localizada, Sossegada	2	2,7	2,7	87,8
Vila Simpática, Bem Localizada, Sossegada, Com Qualidade de Vida, Com Boa Oferta Cultural	1	1,4	1,4	89,2
Vila Simpática, Com Qualidade de Vida	4	5,4	5,4	94,6
Vila Simpática, Com Qualidade de Vida, Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	95,9
Vila Simpática, Sossegada	3	4,1	4,1	100,0
Total	74	100,0	100,0	

19. O que acha hoje de Condeixa? (escolha até duas que melhor traduzem a sua opinião)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1,4	1,4	1,4
Bem Equipada, Bem Localizada, Com Qualidade de Vida, Boas Escolas	1	1,4	1,4	2,7
Bem Equipada, Com Boa Oferta Cultural	1	1,4	1,4	4,1

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Bem Equipada, Com Qualidade de Vida	3	4,1	4,1	8,1
Bem Localizada	8	10,8	10,8	18,9
Bem Localizada, Com Qualidade de Vida	14	18,9	18,9	37,8
Bem Localizada, Com Qualidade de Vida, Com Boa Oferta Cultural	1	1,4	1,4	39,2
Bem Localizada, Sossegada	10	13,5	13,5	52,7
Bem Localizada, Sossegada, Com Boa Oferta Cultural	1	1,4	1,4	54,1
Boas Escolas	2	2,7	2,7	56,8
Com Qualidade de Vida, Bons Serviços Públicos	4	5,4	5,4	62,2
Nenhuma das opções	2	2,7	2,7	64,9
Sossegada	1	1,4	1,4	66,2
Sossegada, Com Qualidade de Vida	2	2,7	2,7	68,9
Vila Simpática, Bem Equipada, Bem Localizada, Com Qualidade de Vida, Com Boa Oferta Cultural, Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	70,3
Vila Simpática, Bem Equipada, Bem Localizada, Sossegada, Com Qualidade de Vida	2	2,7	2,7	73,0
Vila Simpática, Bem Equipada, Bem Localizada, Sossegada, Com Qualidade de Vida, Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	74,3
Vila Simpática, Bem Equipada, Bem Localizada, Sossegada, Com Qualidade de Vida, Com Boa Oferta Cultural	1	1,4	1,4	75,7

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Vila Simpática, Bem Equipada, Bem Localizada, Sossegada, Com Qualidade de Vida, Com Boa Oferta Cultural, Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	77,0
Vila Simpática, Bem Localizada	6	8,1	8,1	85,1
Vila Simpática, Bem Localizada, Com Qualidade de Vida	1	1,4	1,4	86,5
Vila Simpática, Bem Localizada, Sossegada	1	1,4	1,4	87,8
Vila Simpática, Bons Serviços Públicos	1	1,4	1,4	89,2
Vila Simpática, Com Boa Oferta Cultural	1	1,4	1,4	90,5
Vila Simpática, Com Qualidade de Vida	4	5,4	5,4	95,9
Vila Simpática, Com Qualidade de Vida, Com Boa Oferta Cultural	1	1,4	1,4	97,3
Vila Simpática, Sossegada	2	2,7	2,7	100,0
Total	74	100,0	100,0	

20. Costuma utilizar os serviços públicos de Condeixa?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
	1	1,4	1,4	1,4
Não	27	36,5	36,5	37,8
Sim	46	62,2	62,2	100,0
Total	74	100,0	100,0	

21. Que Serviços Públicos utiliza mais em Condeixa do que noutra localidade? (pode seleccionar mais do que uma opção)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
	5	6,8	6,8	6,8
Banco	1	1,4	1,4	8,1

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Correios	1	1,4	1,4	9,5
Correios, Banco	1	1,4	1,4	10,8
Correios, Banco, Desporto	1	1,4	1,4	12,2
Correios, Banco, Lazer	1	1,4	1,4	13,5
Correios, Biblioteca, Cultura, Lazer	1	1,4	1,4	14,9
Correios, Escolas, Banco	1	1,4	1,4	16,2
Correios, Escolas, Finanças, Banco, Lazer	1	1,4	1,4	17,6
Correios, Finanças	1	1,4	1,4	18,9
Correios, Finanças, Banco, Biblioteca	1	1,4	1,4	20,3
Correios, Finanças, Banco, Biblioteca, Cultura	1	1,4	1,4	21,6
Correios, Finanças, Banco, Biblioteca, Cultura, Lazer	1	1,4	1,4	23,0
Correios, Finanças, Tribunal, Desporto	1	1,4	1,4	24,3
Correios, Tribunal, Banco, Lazer	1	1,4	1,4	25,7
Cultura, Desporto	1	1,4	1,4	27,0
Desporto	1	1,4	1,4	28,4
Escolas, Biblioteca	1	1,4	1,4	29,7
Escolas, Biblioteca, Desporto	1	1,4	1,4	31,1
Escolas, Finanças, Tribunal, Lazer	1	1,4	1,4	32,4
Finanças, Banco	1	1,4	1,4	33,8
Lazer, Outros	1	1,4	1,4	35,1
Saúde	2	2,7	2,7	37,8
Saúde, Banco	1	1,4	1,4	39,2
Saúde, Biblioteca	1	1,4	1,4	40,5
Saúde, Correios	5	6,8	6,8	47,3
Saúde, Correios, Banco	1	1,4	1,4	48,6
Saúde, Correios, Banco, Biblioteca, Cultura, Desporto, Lazer	1	1,4	1,4	50,0
Saúde, Correios, Banco, Cultura	1	1,4	1,4	51,4
Saúde, Correios, Biblioteca, Cultura, Desporto, Lazer	1	1,4	1,4	52,7
Saúde, Correios, Cultura	1	1,4	1,4	54,1

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Saúde, Correios, Desporto	2	2,7	2,7	56,8
Saúde, Correios, Escolas	1	1,4	1,4	58,1
Saúde, Correios, Escolas, Finanças, Banco, Biblioteca	1	1,4	1,4	59,5
Saúde, Correios, Escolas, Finanças, Biblioteca	1	1,4	1,4	60,8
Saúde, Correios, Escolas, Finanças, Biblioteca, Desporto	1	1,4	1,4	62,2
Saúde, Correios, Escolas, Finanças, Desporto	1	1,4	1,4	63,5
Saúde, Correios, Escolas, Finanças, Tribunal, Banco	1	1,4	1,4	64,9
Saúde, Correios, Escolas, Finanças, Tribunal, Banco, Biblioteca, Cultura, Desporto, Lazer	1	1,4	1,4	66,2
Saúde, Correios, Escolas, Tribunal, Banco, Biblioteca, Cultura, Desporto, Lazer	1	1,4	1,4	67,6
Saúde, Correios, Finanças	1	1,4	1,4	68,9
Saúde, Correios, Finanças, Banco	2	2,7	2,7	71,6
Saúde, Correios, Finanças, Banco, Biblioteca, Cultura, Desporto, Lazer	2	2,7	2,7	74,3
Saúde, Correios, Finanças, Banco, Biblioteca, Cultura, Desporto, Lazer, Outros	1	1,4	1,4	75,7
Saúde, Correios, Finanças, Banco, Biblioteca, Desporto, Lazer	1	1,4	1,4	77,0
Saúde, Correios, Finanças, Banco, Lazer, Outros	1	1,4	1,4	78,4
Saúde, Correios, Finanças, Biblioteca, Cultura	1	1,4	1,4	79,7
Saúde, Correios, Finanças, Cultura	1	1,4	1,4	81,1
Saúde, Correios, Finanças, Tribunal, Banco	1	1,4	1,4	82,4

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Saúde, Correios, Finanças, Tribunal, Banco, Desporto, Lazer	1	1,4	1,4	83,8
Saúde, Cultura	1	1,4	1,4	85,1
Saúde, Desporto, Lazer	1	1,4	1,4	86,5
Saúde, Escolas, Banco	2	2,7	2,7	89,2
Saúde, Escolas, Biblioteca	1	1,4	1,4	90,5
Saúde, Escolas, Finanças, Biblioteca, Cultura	1	1,4	1,4	91,9
Saúde, Escolas, Finanças, Tribunal, Biblioteca, Cultura, Desporto, Lazer	1	1,4	1,4	93,2
Saúde, Escolas, Lazer	1	1,4	1,4	94,6
Saúde, Finanças	1	1,4	1,4	95,9
Saúde, Finanças, Banco, Desporto	1	1,4	1,4	97,3
Saúde, Finanças, Banco, Lazer	1	1,4	1,4	98,6
Saúde, Lazer	1	1,4	1,4	100,0
Total	74	100,0	100,0	

**22. Que utilização faz do comércio de Condeixa (comércio local,
supermercados, mercado)?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1,4	1,4	1,4
Compro tanto em Condeixa como noutra concelho	24	32,4	32,4	33,8
Faço a maior parte das compras em Condeixa	26	35,1	35,1	68,9
Faço apenas as compras "mais pequenas" em Condeixa	23	31,1	31,1	100,0
Total	74	100,0	100,0	

23. Costuma sair à noite para diversão em Condeixa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	58	78,4	78,4	78,4
	Sim	16	21,6	21,6	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

24. Quando o faz que espaços frequenta?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		7	9,5	9,5	9,5
	Cafés	7	9,5	9,5	18,9
	Cafés, Bares	1	1,4	1,4	20,3
	Cafés, Bares, Espaços Verdes	1	1,4	1,4	21,6
	Cafés, Espaços Verdes	4	5,4	5,4	27,0
	Espaços Verdes	10	13,5	13,5	40,5
	Não se aplica	25	33,8	33,8	74,3
	Restaurantes	10	13,5	13,5	87,8
	Restaurantes, Cafés	2	2,7	2,7	90,5
	Restaurantes, Cafés, Espaços Verdes	5	6,8	6,8	97,3
	Restaurantes, Cafés, Outros	1	1,4	1,4	98,6
	Restaurantes, Espaços Verdes	1	1,4	1,4	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

25. Considerando os supermercados:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Só uso este tipo de espaços em Coimbra ou noutro concelho próximo de Condeixa	4	5,4	5,4	5,4
	Só uso este tipo de espaços em Condeixa	4	5,4	5,4	10,8
	Uso mais este tipo de espaços em Coimbra que em Condeixa	27	36,5	36,5	47,3
	Uso mais este tipo de espaços em Condeixa que em Coimbra	39	52,7	52,7	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

26. Tem filhos em idade escolar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	30	40,5	40,5	40,5
	Sim	44	59,5	59,5	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

27. Os seus filhos frequentam as escolas de Condeixa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		10	13,5	13,5	13,5
	Não	42	56,8	56,8	70,3
	Sim	22	29,7	29,7	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

28. A escolha da escola que o(s) seu(s) filho(s) frequenta(m) teve a ver com o seu(ou do cônjuge) local de trabalho?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		18	24,3	24,3	24,3
	Não	36	48,6	48,6	73,0
	Sim	20	27,0	27,0	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

29. Tem familiares a viver em Condeixa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	49	66,2	66,2	66,2
	Sim	25	33,8	33,8	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

30. Tem amigos a viver em Condeixa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		1	1,4	1,4	1,4
	Não	11	14,9	14,9	16,2
	Sim	62	83,8	83,8	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

31. Sente-se bem integrado em Condeixa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		1	1,4	1,4	1,4
	Não	6	8,1	8,1	9,5
	Sim	67	90,5	90,5	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

32. Como define o seu grau de conhecimento dos vizinhos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Conheço alguns	36	48,6	48,6	48,6
	Conheço quase todos	22	29,7	29,7	78,4
	Conheço todos	12	16,2	16,2	94,6
	Não os conheço	4	5,4	5,4	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

33. Como define o tipo de relacionamento que mantém com os seus vizinhos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Amizade	9	12,2	12,2	12,2
	Convívio	9	12,2	12,2	24,3
	Superficial	18	24,3	24,3	48,6
	Vizinhança	38	51,4	51,4	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

34. Não sendo natural de Condeixa, sente-se condeixense (se for natural de Condeixa não responda a esta questão)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		6	8,1	8,1	8,1
	Alguma coisa	24	32,4	32,4	40,5
	Bastante	11	14,9	14,9	55,4
	Nada	14	18,9	18,9	74,3
	Pouco	18	24,3	24,3	98,6
	Totalmente	1	1,4	1,4	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

35. Faz parte de alguma Associação/Clube de Condeixa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	57	77,0	77,0	77,0
	Sim	17	23,0	23,0	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

36. Já fazia parte dessa Associação/clube ou de outro semelhante antes de vir para Condeixa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		6	8,1	8,1	8,1
	Não	31	41,9	41,9	50,0
	Não se aplica	32	43,2	43,2	93,2
	Sim	5	6,8	6,8	100,0
	Total	74	100,0	100,0	

37. De que Associação/Clube faz parte?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		62	83,8	83,8	83,8
	Academia Futsal Condeixa	1	1,4	1,4	85,1
	Associação de Pais	1	1,4	1,4	86,5
	Associação de Pais de uma das escolas	1	1,4	1,4	87,8
	Bombeiros, CCRB, escuteiros	1	1,4	1,4	89,2
	casa do benfica	1	1,4	1,4	90,5
	Clube de condeixa	1	1,4	1,4	91,9
	Comissão política concelhia	1	1,4	1,4	93,2
	Condeixa Aqua Clube	1	1,4	1,4	94,6
	CSKD clube de artes marciais	1	1,4	1,4	95,9
	Karate	1	1,4	1,4	98,6
	Karaté	1	1,4	1,4	97,3

Cidades-Dormitório e Ligação ao Lugar: um olhar sobre
Condeixa-a-Nova

Oficina de Teatro e Associação de Pais	1	1,4	1,4	100,0
Total	74	100,0	100,0	

38. Como define a sua relação com Condeixa?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	2,7	2,7	2,7
Local onde criei raízes e onde quero permanecer.	20	27,0	27,0	29,7
Local onde já criei raízes.	21	28,4	28,4	58,1
Local onde vivo temporariamente.	12	16,2	16,2	74,3
Local onde vou dormir.	19	25,7	25,7	100,0
Total	74	100,0	100,0	

39. Como encara a ideia de ter de permanecer nos próximos anos em Condeixa?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	20	27,0	27,0	27,0
Com agrado	47	63,5	63,5	90,5
Com naturalidade	7	9,5	9,5	100,0
Como um cenário desanimador				
Total	74	100,0	100,0	

40. Quando lhe perguntam de onde é responde Condeixa ou o seu concelho de origem?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	50	67,6	67,6	67,6
Concelho de origem	24	32,4	32,4	100,0
Condeixa				
Total	74	100,0	100,0	